

Director:

Ricardo António Alves

Directora Adjunta:

Ivone Bastos Ferreira

Assistente Editorial:

Elsa Martinho

Redacção e sede:

Salgueiros (Oliveira de Azeméis)
3720-189 OSSELA
PORTUGAL

Edição:

Centro de Estudos Ferreira de Castro

**Digitalização, Composição e
Arranjo Grafico:**

Carlos Alberto Brandão

Dactilógrafos:

Carlos Alberto Brandão

Tiragem:

1500 exemplares

Impressão:

A Voz de Azeméis ????

Preço (IVA incluído):

10 Euros (aconselhado para venda ao público)
Sócios do CEFC: Gratuito
Assinatura (portes incluídos): 4 números
Portugal: 30 Euros; Europa: 35 Euros
Resto do Mundo: 40 Euros

ICS: 124032

Depósito Legal: 183337/02

I.S.S.N.: 1645-4022

E-mail:

castriana@ceferreiradecastro.org

CASTRIANA

Estudos sobre Ferreira de Castro e a sua Geração

José Maria Ferreira de Castro, uma vivência de emigrante nas terras do Brasil
▣ Ferreira de Castro, um viajante português na Europa (1929-1935). As narrativas de viagens. ▣ Arquivo - Ferreira de Castro: De Oliveira de Azemeis a Vale de Cambra ▣ Raul Proença, Ferreira de Castro e o *Guia de Portugal* ▣ Inédito: Carta de Raul Proença a Ferreira de Castro ▣ *A Lã e a Neve*: testemunho corajoso sobre homens ousados ▣ Leituras ▣ Noticiário ▣

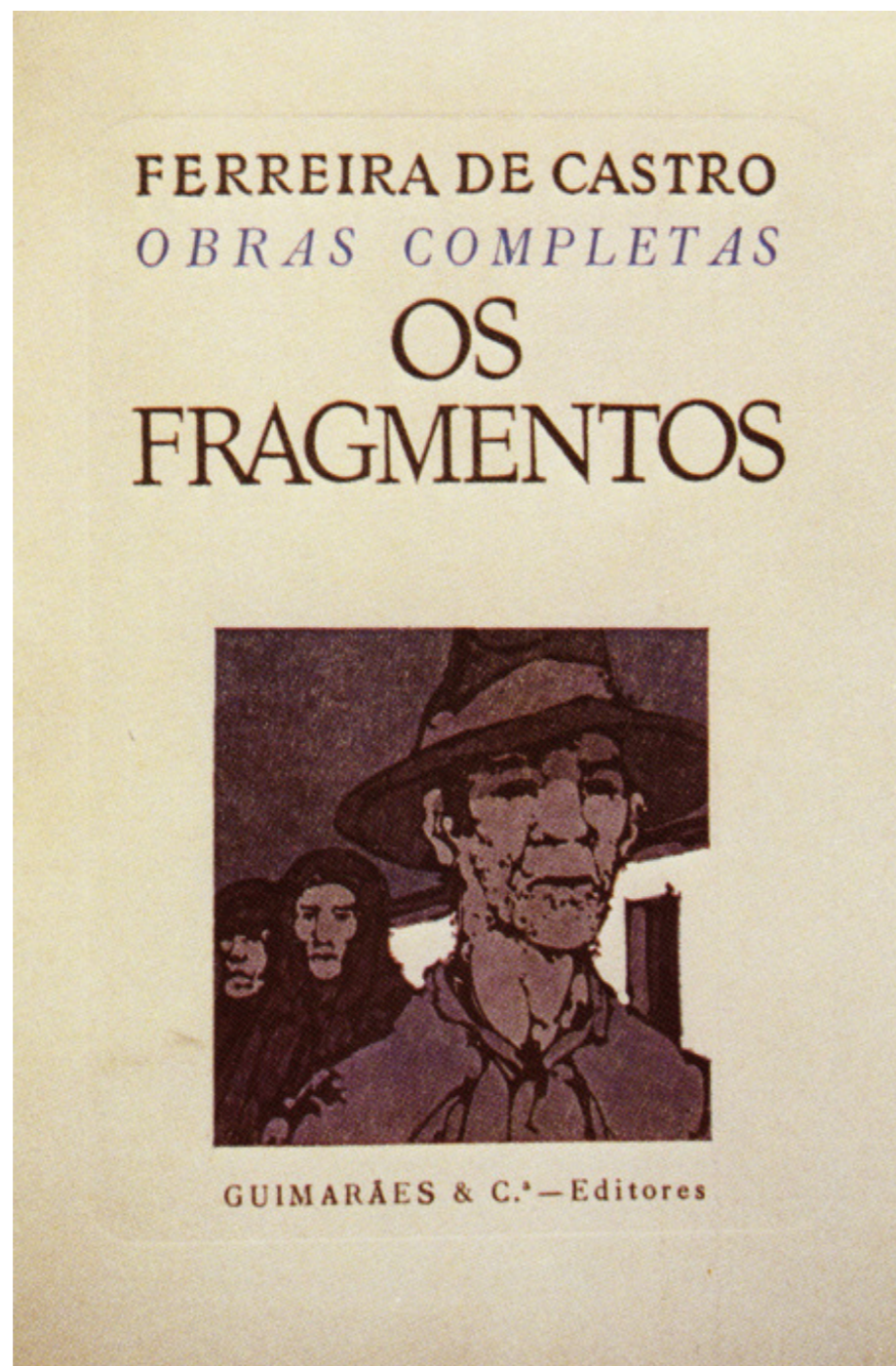
2

Centro de Estudos Ferreira de Castro

2004



2
C
A
S
T
R
I
A
N
A



Centro de Estudos Ferreira de Castro

Órgãos Sociais
(Biénio 2003/2005)

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa: Ricardo Henriques
1º Secretário: Diana Estela Bastos
2º Secretário: Carlos Alberto Brandão

DIRECÇÃO

Presidente: Carlos Alberto Castro
Tesoureiro: Rui Pedro Silva
Director-Executivo: Ivone Bastos Ferreira
Conselho Editorial: Ricardo António Alves
Departamento Multimédia: Helder Teixeira
1º Secretário: Helena Pinto
2º Secretário: Sérgio Miguel Almeida

CONSELHO FISCAL

Presidente: Alexandre Gomes
1º Secretário: Filipe Ferreira
Relator: Manuel Bessa

CONSELHO EDITORIAL

António Cândido Franco
Bernard Emery
Eugénio Lisboa
Karl Heinz Delille
Mária Eva Brás Letícia
Pedro Calheiros
Vitor Manuel Pena Viçoso
Vitor Martins

E-mail:

geral@ceferreiradecastro.org



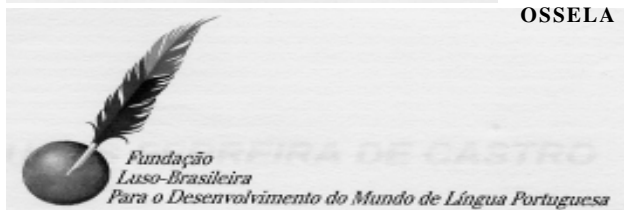
Ferreira de Castro
Foto de San-Payo, cerca de 1930

CASTRIANA

Estudos sobre Ferreira de Castro e a sua Geração

1

Apoios



Patrocínio



PÓRTICO

Depois do acolhimento caloroso que foi dispensado ao primeiro número da *Castriana*, prosseguimos entusiasmados com este projecto. Sem compromissos, sem dependências institucionais nem reverências de qualquer espécie. Estamos aqui apenas porque sim. Um boletim como este, inserido na temática específica de publicações consagradas a um autor e à sua geração, é um sinal de civilização. Só as nações civilizadas preservam o seu património espiritual. Por vezes surgem indícios de ouro nos mais diversos sectores de actividade – e se não temos a petulância de neles nos incluirmos, também não padecemos de excesso de humildade, pela noção clara quanto ao significado da *Castriana*.

Neste número 2, abordamos o contexto histórico da emigração vivido pelo jovem José Maria Ferreira de Castro e a terrível realidade com que ele se deparou no seringal, num texto fascinante e riquíssimo de informação de Maria Eva Letícia; fazemos uma incursão pelas narrativas de viagens europeias do escritor, num período de nacionalismo exacerbado que foi o dealbar da década de trinta, num trabalho de Maria de Fátima Santos; com Pedro Calheiros, afluímos a recepção crítica

de *A Lã e a Neve* e vemos sinais da subversão através duma original análise de capas de algumas edições portuguesas e estrangeiras. Chamamos a atenção para as «Leituras», com resenhas de Bernard Emery, Luís Garcia e Silva, Maria Eva Letícia, Miguel Real e Vítor Viçoso, uma parte da revista de debate e reflexão por excelência, porque é assim que a queremos.

Ricardo António Alves

Maio de 2004

José Maria Ferreira de Castro, uma vivência de emigrante nas terras do Brasil

Maria Eva B.K. LETÍZIA

O movimento migratório lusitano com destino ao Brasil independente : suas origens históricas e demográficas

Em Portugal, como em todo o continente europeu, o século XIX caracterizou-se por uma importante subida da população. As taxas de mortalidade diminuíram sensivelmente e a esperança de vida aumentou duma maneira considerável, graças ao progresso nas áreas da saúde pública e da higiene. Assim, desde 1878, o crescimento demográfico tomou uma proporção que podemos classificar como impressionante, se compararmos o número de três milhões e cem mil portugueses residentes no país, por volta de 1820, com o número de cinco milhões quinhentos e quarenta e oito mil moradores permanentes, no território nacional, em 1911, ano em que o adolescente José Maria Ferreira de Castro, natural de Ossela, concelho de Oliveira de Azeméis, Distrito de Aveiro, deixou a sua terra natal para tentar a sorte no Brasil, antiga colónia lusitana no Novo Mundo, que proclamara a sua Independência a 7 de Setembro de 1822.

Numa primeira fase, uma parte da população rural, composta por famílias particularmente numerosas, tentava procurar um emprego assalariado nas grandes cidades, essencialmente em Lisboa ou no Porto, vistas de longe como possíveis Eldorados. Mas, a partir da década de 1860, o fluxo migratório oriundo das camadas camponesas lusitanas começou a dirigir-se para a América, principalmente para o Brasil, país onde os portugueses podiam comunicar, utilizando a sua língua pátria e onde a instrução primária adquirida por alguns desses emigrantes, nos bancos das escolas elementares lusas, podia ser imediatamente aproveitada, nomeadamente no comércio, proporcionando-lhes melhores oportunidades de vencerem na vida do outro lado do Oceano Atlântico.

Todos os historiadores portugueses concordam com o facto de que o grosso dos emigrantes portugueses no Brasil provinha de Entre-Douro-e-Minho e da Beira Litoral, de que faz parte o já mencionado Distrito de Aveiro. Naquelas duas províncias continentais, o crescimento da população rural tornara-se incompatível com a vontade de preservar as condições de sobrevivência dentro de um mínimo de bem-estar. E isso explica o surto da emigração portuguesa, que, segundo o historiador A.H. de Oliveira Marques, de dez mil indivíduos registados, em 1886, subiu para cerca de cinquenta mil pessoas, em 1911. Um daqueles cinquenta mil que saíram de Portugal chamava-se Ferreira de Castro, futuro romancista, cuja obra seria divulgada no mundo inteiro, através de traduções em trinta e seis línguas estrangeiras...

Obviamente, podemos avaliar que o número acima citado se situe aquém da realidade, pois os registos distritais não mencionam aqueles

que partiram de Portugal clandestinamente, já que não dispunham de dinheiro para tirar os passaportes nas repartições do Governo Civil de que dependiam administrativamente.

Diga-se logo que, deixando sair do seu território aquelas levas de emigrantes que, indubitavelmente, contribuía para o despovoamento e a desorganização das suas províncias do interior, o Governo lusitano vislumbrava uma contrapartida que não podia ser desprezada: tratava-se do volume de divisas que os emigrados remetiam do Brasil e dos outros países de emigração para as suas terras, quantias que estimulavam a economia das regiões e compensavam o défice da balança comercial de Portugal, que continuava a exportar pouco e a importar muito, do Estrangeiro.

José Hermano Saraiva e Oliveira Marques consideram as remessas de emigrantes, oriundas do Brasil, que afluíram a Portugal, no ano de 1910, a quarta parte das receitas totais do Estado português, orçando a sua importância em cerca de vinte mil contos de réis.

Frise-se também que as dificuldades económicas que levavam milhares de indivíduos a deixar o território lusitano tinham as suas causas na estagnação e na fraqueza do tecido industrial nacional, que não conseguia sair das fases da oficina artesanal e da pequena manufactura, assim como na incapacidade secular de desenvolver a agricultura, que mal dava para o sustento daqueles que residiam no país.

Antes do advento do Liberalismo, costumava falar-se nos laços feudais que, por assim dizer, tolhiam a actividade dos camponeses como produtores. Mas, na segunda metade de Oitocentos, os agricultores já estavam isentos da dízima à Igreja, extinta desde 1834. A sisa também

ficou reduzida a metade e apenas aplicada aos bens de raiz. Desapareceram igualmente as jeiras, monopólios de fornos e lagares, relegos, ltuosas, gabelas e todos os pagamentos em benefício do senhor feudal ou do rei. O Liberalismo aboliu as coutadas e as coudelarias, os bens da Coroa foram nacionalizados, revertendo para o Estado todas as terras e todos os direitos pertencentes a comendatários e donatários. Os morgadios seriam também extintos, desaparecendo, ao mesmo tempo, numerosas portagens e costumagens que travavam e incidiam sobre o comércio e a circulação de bens, encarecendo o transporte, agravando todos os custos, que se repercutiam desastrosamente nos preços retalhistas.

Por outro lado, os bens fundiários das ordens religiosas extintas ou expulsas do país foram confiscados pelo Estado e depois revendidos a pessoas singulares, a quem as leis decretadas, em 1832, por Mouzinho da Silveira, garantiam, ainda por acima, a liberdade fiscal às terras arroteadas de novo, por um período de vinte anos.

Os baldios e pousios, mal aproveitados, podiam tornar-se produtivos, devido ao maior empenho pessoal dos novos proprietários, enquanto o desenvolvimento dos transportes e das estradas, a partir de 1840, trouxe consigo os alicerces aproveitáveis pelo progresso económico geral, graças a algumas infra-estruturas modernas.

No entanto, apesar de todos esses factores reunidos, as medidas liberais não surtiram o efeito desejado na agricultura portuguesa. O mundo agrícola lusitano parecia viver num ambiente de perturbação social e política. A lembrança sempre viva dos movimentos sócio-reivindicativos como os da Maria da Fonte ou da

Patuleia (1846-47), que subverteram o mundo rural, mantinha o povo num estado de expectativa, arredando-o das boas resoluções tais como a campanha das arroteias ou o aumento de produção, no que respeita à cultura extensiva, por exemplo. Não obstante as leis proteccionistas, visando a produção de trigo nacional, as importações de cereais mantinham as tonelagens elevadas, desfalcando o tesouro em somas cada vez maiores, tanto mais que a população não parava de aumentar.

Mal sucedido nas medidas promulgadas e nas campanhas nacionais lançadas, visando o desenvolvimento da cultura de trigo, o Estado português apostou na expansão dos batatais e dos arrozais. Em meados de Oitocentos, as batatas e o arroz começaram a substituir vantajosamente o consumo de nabos, nabiças e castanhas, na alimentação popular. Mas, em muitos lares camponeses do Norte e Nordeste portugueses, a nabiça e a castanha continuavam a fazer parte da ementa diária até ao dealbar do século XX.

Um grande número de famílias rurais apenas dispunha de pequenos lotes de terrenos cultiváveis, que se revelavam realmente insuficientes para alimentar o agricultor e a sua prole. Além disso, no Norte de Portugal, por volta de 1872, a filoxera atacou e dizimou em larga escala os vinhedos, desgraçando muitos lavradores modestos que, privados de rendimentos, caíram na miséria. Podemos calcular que a produção de vinho destruída nos distritos nortenhos contribuiu grandemente para engrossar o caudal migratório da referida região, onde cada vez mais pessoas passavam a sonhar com as moedas de ouro brasileiras. O mito de riqueza garantida para emigrantes poupados e teimosos, como os portugueses, num país imenso, de recursos e

oportunidades incalculáveis, como o Brasil, começou a criar raízes profundas na mentalidade dos camponeses, em Portugal.

Os rurais lusitanos, desejosos ou forçados a sair do campo, não podiam contar com os empregos industriais como os seus congéneres nascidos nos países mais industrializados da Europa ocidental. As estatísticas indicam que, nas vésperas da primeira conflagração mundial, em Portugal, apenas existiam duzentos mil operários, distribuídos por cerca de cinco mil oficinas e pequenas fábricas, as quais se satisfaziam com cento e onze mil cavalos-vapor para o seu desempenho laboral, enquanto, na mesma época, a Bélgica, cuja superfície é igual a metade da de Portugal, se servia de setecentos e vinte mil cavalos-vapor.

Diga-se também que com excepção das grandes cidades, tais como Lisboa e o Porto, no país continuavam a predominar as formas pré-capitalistas da produção, entre as quais encontramos as oficinas artesanais e o trabalho manual feminino, feito em casa. Além disso, notava-se a escassez de mão-de-obra verdadeiramente qualificada, a insuficiência de capitais e de maquinaria. Todos esses factores se conjugavam para travar o crescimento estável das actividades transformadoras.

Desde o final de Oitocentos, alegavam-se igualmente, como razões do subdesenvolvimento industrial do país as querelas políticas no seio da classe dirigente e uma certa instabilidade governamental, que não favoreciam o emprego de capitais na indústria. Na província, o capital disponível era aplicado, sobretudo, na compra de propriedades fundiárias, mesmo que estas não servissem directamente para o desenvolvimento planeado da agricultura. Até os comerciantes e os

burocratas preferiam possuir terras aráveis ou lotes de terrenos cobertos de floresta a fundarem fábricas. No século XIX, a maioria dos portugueses esperava pelo abastecimento em artigos industriais vindo de França ou de Inglaterra.

No dealbar do século XX, oitenta por cento dos operários lusitanos trabalhavam na indústria têxtil e nos curtumes artesanais, que não utilizavam maquinaria alguma. Nas vésperas da Primeira Grande Guerra, em segundo lugar, situava-se o ramo tabaqueiro com quatro mil operários e trinta máquinas a vapor. Depois, vinham a moagem e a indústria cerâmica, a que se seguiam as actividades corticeiras e o fabrico de vidro.

No remate da centúria de Oitocentos começou a expansão da indústria conserveira, com destaque para as sardinhas em lata, e também a produção de lacticínios.

No Norte de Portugal, a maior parte dos industriais daquele tempo eram estrangeiros. Os ingleses possuíam setenta por cento das casas de vinho do Porto, por exemplo, em Vila Nova de Gaia. Nos outros ramos havia também alemães, franceses, flamengos, suíços e italianos, todos apenas interessados na exploração de alguns recursos naturais, florestais ou minerais do país, que lhes serviam de matérias-primas, aproveitando, quando calhasse, a mão-de-obra barata local, embora sem qualificações suficientes, na maior parte dos casos.

Tal como antigamente, Portugal continuava a ser um país comerciante e um empório de mercadorias coloniais, apesar de ter perdido a Índia e o Brasil.

Infelizmente, porém, a ideologia liberal impedia o Governo de tomar medidas de intervenção directa no comércio, para que esta

actividade fosse mais rendosa para o erário público. Existia, claro, uma abundante legislação que defendia o movimento associativo da classe comerciante. Em 1888, o Código Comercial de 1833, da autoria de Ferreira Borges, foi substituído pelo Novo Código Comercial de Veiga Beirão, que favorecia a formação das sociedades anónimas. O Código de Falências, com data de 1899, e o de Processo Comercial, promulgado em 1901, completaram o enquadramento legal das actividades comerciais em Portugal.

Se é evidente que o comércio liberal contribuiu para o desenvolvimento de Lisboa e Porto, porque estas cidades dispunham de portos de mar, por outro lado, é forçoso constatarmos que as populações rurais não tiraram nenhum benefício directo dessa actividade, baseada em intercâmbios internacionais. Mais uma vez, os estrangeiros aproveitaram a abertura dos portos portugueses, fundando entrepostos, companhias de navegação, casas de exportação e importação, somando lucros avultados, que no entanto enchiam os cofres dos capitalistas actuantes em Portugal, sem praticamente beneficiar as classes populares.

Lembre-se também que, desde 1831, existiam dois importantes tratados comerciais com a Espanha e o Brasil que privilegiavam os produtos dessas nações nas praças portuguesas, sem nos esquecermos de Inglaterra, primeiro parceiro comercial do Estado lusitano, a quem foram outorgados grandes privilégios alfandegários.

Mas como Portugal não era capaz de pôr nos mercados internacionais muitos produtos oriundos do próprio território, a balança comercial lusa acusava um défice permanente, que por volta de 1909 orçava em trinta e dois mil contos de réis. Como factor de compensação,

Portugal só podia contar com as divisas estrangeiras, que os emigrantes estabelecidos no Brasil enviavam às respectivas famílias.

No que diz respeito às moedas de ouro, que tamanho impacto teriam no imaginário popular lusitano e na mentalidade da população rural portuguesa, frise-se que, desde o esgotamento do ouro brasileiro, na segunda metade de Setecentos, as moedas nacionais em curso começaram a ser desvalorizadas. Note-se, por exemplo, que logo em 1822, o preço de um marco de ouro amoedado, com duzentos e trinta gramas, passou de cento e dois mil quatrocentos réis para cento e vinte mil réis, ou seja, um encarecimento de dezassete por cento!

Em 1835, ocorreu a desvalorização da prata em cerca de vinte por cento.

Em 1854, o marco de ouro já valia cento e trinta mil réis.

No território português, antes da proclamação da República, a 5 de Outubro de 1910, circulavam as moedas de ouro nacional de 10.000, 5.000, 2.500 e 1.000 réis, mas paralelamente tinham curso legal as libras de ouro inglesas, particularmente cobiçadas pela população ávida de poupança, que eram cotadas a 4.500 réis por unidade.

Na família de José Maria Ferreira de Castro, a avó materna do futuro escritor não parava de falar ao menino, que acabaria por embarcar para o Brasil, em sacos de libras. A velha senhora exigia que o neto lhe providenciasse um capital em ouro amoedado inglês, já que no Norte de Portugal, a influência e o prestígio de tudo o que provinha da Grã-Bretanha eram enormes. Os portugueses desejavam imitar os ingleses para ter as mesmas garantias de estabilidade nas respectivas poupanças.

Além disso, a findar a centúria de Oitocentos, registou-se o progressivo desaparecimento das moedas de ouro nacionais, já que o

Governo empobrecido deixou de as cunhar. Em seu lugar, os portugueses encontravam o numerário de níquel, com as moedas de 100 e de 50 réis e o papel-moeda, visto com imensa desconfiança, como um sintoma de deterioração da boa moeda de antigamente. Por causa disso, as pessoas de idade só juravam pelo ouro inglês, que lhes merecia bem mais confiança do que as notas emitidas pelo Banco de Portugal.

Apesar da confusão política, que também reinava no Brasil, desde a proclamação da República Velha, em 15 de Novembro de 1889, os Portugueses continuavam a acreditar que o ouro era fácil de encontrar ou de ganhar do lado oposto do Atlântico, na antiga Colónia do Novo Mundo. O mito do ouro brasileiro, vindo dos tempos de D. João V, o Magnânimo, que tanto gastara em obras monumentais, no Reino, estava sempre vivo e presente no espírito do povo. Obviamente, o ouro do Brasil já não chegava a Portugal em quintos del-Rei ou derramas provenientes da produção diamantífera, cobradas pelo Contratador-representante da Coroa lusitana. No início de Novecentos, todos sabiam que era preciso ir buscá-lo à antiga possessão ultramarina e suar bastante para constituir um pé-de-meia satisfatório; o futuro pertencia aos corajosos, aos valentes e aos obstinados.

Quanto ao nosso menino de Ossela, ele ainda não sabia se era realmente obstinado ou valente, mas armou-se de toda a coragem necessária para tomar uma decisão cabal e sair muito novo da sua terra, embarcando para o Brasil, onde pensava poder contar com o apoio do padrinho, comerciante estabelecido em Belém do Pará. Por essa razão, a capital do Pará, na Amazónia, foi o seu primeiro destino.

O jovem José Maria Ferreira de Castro, titular do diploma do

segundo grau da instrução primária, podia, claro, tentar empregar-se no comércio, em Lisboa ou Porto. Podia também pretender alcançar uma colocação administrativa, um emprego público, quando tivesse crescido mais um pouco, mas aquelas perspectivas não pareciam interessá-lo, já que todos sabiam, mesmo na província, que os salários auferidos em Portugal nunca permitiriam a ninguém arrecadar um saco de libras de ouro e o pequeno Zeca foi mentalizado desde a infância que só as moedas de ouro contavam, só elas tinham valor e faziam um homem subir de categoria. O jovem José Maria, além de corajoso, acalentava também algumas ambições: instruir-se, escrever livros, viver desafogado e livre da tutela materna, em poucas palavras, desejava uma promoção social, longe do lar que, em 1906, ficou órfão de pai, onde também viviam outros quatro filhos menores, deixados por José Eustáquio Ferreira de Castro: Rita, Ludovina da Conceição, Matilde da Soledade e Mário Augusto. E como se a morte do progenitor não bastasse à desgraça, a mãe do futuro escritor: Maria Rosa Soares de Castro, teve mais dois filhos, desta vez ilegítimos: Almerindo e Arthur, cujo nascimento, com certeza, deu origem a vários comentários e mexericos malévolos na aldeia de Salgueiros, em Ossela, que despromoviam socialmente tanto a viúva de José Eustáquio como a sua prole.

Que outras perspectivas se ofereciam, então, ao jovem Ferreira de Castro, no seio duma família em desagregação, empobrecida pela morte do seu chefe legítimo, onde o dinheiro fazia falta para garantir ao filho primogénito o acesso à instrução secundária e, depois, a uma Faculdade? Podemos avaliar facilmente que o menino de Ossela, por mais precoce e ambicioso que fosse, não tinha nenhum futuro, ficando

na casa de Salgueiros. Esperava-o, no melhor dos casos, uma vida de pequeno agricultor, o amanho da terra ingrata, o cumprimento das tarefas rurais de sol a sol, uma comida frugal, as raras distrações colectivas por ocasião das festas paroquiais, em Ossela e Oliveira de Azeméis, as idas e voltas das feiras, em Vale de Cambra, Estarreja, Albergaria-a-Velha e pouco mais. Nada de libras de ouro, nem do desafogo sonhado...

Nas redondezas de Ossela, todos sonhavam, aliás, com o ouro do Brasil, a avó materna do Zeca repetia, em boa verdade, o que se ouvia em todos os lares, abarrotados de filhos, com poucas leiras de terras cultiváveis a partilhar entre a descendência cada vez mais numerosa, sem outros empregos garantidos à vista.

No fundo, sem precisar dos conselhos da avó, o garoto, espevitado e inteligente, não ignorava que «sem sair dali, sem procurar fortuna noutras terras, jamais conseguiria realizar a ambição. As jornas eram más e o quintalejo e as courelas davam para viver, nunca para amealhar» – palavras amargas que, em 1928, o romancista ascendente José Maria Ferreira de Castro, já de volta da Amazónia, fazia pronunciar a Manuel da Bouça, protagonista da narrativa intitulada «Emigrantes»¹, mas que também podiam dizer respeito a ele próprio. Lembre-se que no referido romance vai igualmente consignada uma parte da experiência adquirida na Amazónia pelo antigo empregado do Seringal «Paraíso».

Por isso, «em todas as aldeias próximas, em todas as freguesias das redondezas, havia o mesmo anseio de emigrar, de ir em busca de riquezas a continentes longínquos. Era um sonho denso, uma ambição profunda que cavava nas almas, desde a infância à velhice. O oiro do

¹ FERREIRA DE CASTRO, «Emigrantes», Op. cit., p.22 .

Brasil fazia parte da tradição e tinha o prestígio duma lenda entre os espíritos rudes e simples.»²

O povo reconhecia o dinheiro dos emigrantes nos palacetes, nas estradas, nas pontes, que os chamados «brasileiros» mandavam construir ou comprar e restaurar, nas povoações de origem, e também nos altares renovados, das igrejas humildes de aldeias remotas, que eram recuperadas e embelezadas graças aos generosos donativos dos seus paroquianos mais decididos, que não hesitaram em desafiar a sorte longe da terra natal.

No imaginário popular, as cobiçadas moedas de ouro tinham o tamanho do sol que se fundia com a linha do horizonte. Pois para lá daquele horizonte ficava o tal país maravilhoso onde elas caíam nas mãos dos esforçados portugueses, que se davam ao trabalho de as ir buscar. E Ferreira de Castro acrescenta: «...nenhuma esperança de grande prosperidade havia que não fosse cimentada com esse oiro que lá longe brotava...»³

Podemos imaginar também o desalento daqueles que não podiam sair da terra, e que, de tão magoados, até se mostravam pouco perseverantes no amanho das suas courelas, sabendo que as colheitas nunca compensariam os desgostos e as canseiras vividas por aqueles que continuassem agarrados às enxadas. Pelo menos, já ninguém acreditava na hipótese de poder passar bem sem emigrar.

E Ferreira de Castro volta a explicar, em «Emigrantes»: «Palavra mágica, o Brasil exercia ali um perene sortilégio e só a sua evocação era motivo de visões esplendorosas, de opulências deslumbrantes e vidas

² Op. cit., p. 32 .

³ Idem, p. 32 .

liberadas. Sujeitos ao ganha-pão diário, sofrendo existência mesquinha, os lugarejos sonhavam redimir-se, desde as veigas em flor ao dorso das serranias pelo oiro conquistado no país distante. Aquela ideia residia dentro do peito de cada homem e era gorgulho implacável até nos sentimentos dos mais agarrados ao terrunho. Vinha já dos bisavós, de mais longe ainda; coisa que se herdava e legava, arrastando-se pela vida fora como um peso inquietante. Todas as gerações nasciam já com aquela aspiração, que se fazia incómoda, quando não se realizava. Acocorava-se no canto da alma, como um talismã, usável em momentos de desafio à sorte, ou como um bordão, para os instantes de soluções desesperadas. »⁴

Aliás, desde a centúria de Quinhentos, Portugal destaca-se como um país de emigração em massa. O êxito dos navegadores lusitanos e os Descobrimientos por eles realizados fizeram imediatamente os homens lusos transitar de Leste para Oeste, a fim de se aproximarem do litoral atlântico, depois, do Norte e do Sul para a capital do Reino, e a partir de Lisboa para fora, para o Ultramar ou para outros países, em busca de pão e de um futuro melhor. O caudal migratório engrossava periodicamente, quando se lhe juntavam levas de judeus fugindo das perseguições que lhes movia a Inquisição.

Aqueles que saíam de Portugal recusavam-se a ficar até ao fim da vida submissos, humildes, apagados ou vítimas das exações dos poderosos. Deixavam a terra, onde nasceram e que aprenderam a amar, apesar de tudo, mas onde não lhes apetecia sofrer passivamente ou vegetar numa existência condicionada por milhentas restrições. Queriam

⁴ Idem, p. 33 .

viver e aceder a algumas regalias que em Portugal só existiam para um punhado de privilegiados, ligados à Corte ou à hierarquia eclesiástica. Por isso, resolviam deslocar-se para outros continentes, para outro hemisfério, acalentando esperanças de poderem satisfazer, pelo menos em parte, as aspirações ancoradas na mente e no coração.

De Portugal, emigrava-se também por razões ideológicas, políticas ou religiosas, mas a maioria dos emigrantes saía das respectivas terras para ir em busca do seu lugar ao sol e do pão. Por terem nascido sem disporem de cabedais acumulados pelos seus maiores, aqueles indivíduos insubmissos percebiam logo que estavam a mais no seu país natal e que, para melhorarem a sua condição mesquinha, saborearem algum bem-estar, tinham que procurar oportunidades longe da pátria.

No entanto, nem todos conseguiam realmente colher os frutos de oiro que cobiçavam, superando o seu drama de humildes. A muitos acontecia, do lado oposto do oceano, resvalarem para um drama semelhante, porque ali também vigoravam leis e regras do jogo que privilegiavam minorias: aqueles que souberam mostrar-se mais espertos e aproveitar, ou mesmo criar, as circunstâncias favoráveis para realizar a sua ascensão social. Também no Brasil, com tanta fama de riqueza fácil, houve fracassos nas fileiras de emigrantes. Alguns não conseguiram ganhar mais do que escassos meios de sobrevivência vegetativa. A emigração de José Maria Ferreira de Castro na Amazónia foi igualmente um fracasso económico, pois apenas a inteligência precoce do futuro escritor conseguiu resgatar ali alguns alimentos espirituais e muitos ensinamentos filosófico-sociais, e enriquecer-se com as vivências, as experiências laborais diversas, graças ao convívio com outros seres

humanos com quem pôde trocar impressões e de quem observou o drama vivido no dia-a-dia confinado pela selva.

Contudo, o que nos quer parecer verdadeiramente admirável, no caso do romancista luso, é o seu agudíssimo sentido de objectividade no balanço que o homem Ferreira de Castro faz da sua aventura tropical, da qual saiu fisicamente ileso, mas sem o pé-de-meia que queria constituir para si e para os seus. Todavia, o autor de «A Selva» diz, no «Pórtico» da primeira edição de «Emigrantes» que: «seria (...) um erro atribuir ao Brasil, país que tanto amamos e é um dos mais nobres e generosos do Mundo, (...) responsabilidades especiais pela derrota que alguns emigrantes possam sofrer nas suas ambições, tanto mais que é verdade não estar preparada para a luta a maioria deles, constituída, em muitos casos, por nobres seres ignorantes que a Europa exporta diariamente.»

No Pará e no Amazonas, José Maria Ferreira de Castro percebeu que o drama dos cearenses, dos paraibanos, dos maranhenses migrantes, que ele próprio presenciou, durante quatro longos anos, no Seringal «Paraíso», não tinha nada de particularmente amazónico, mas que era mesmo universal. Os seus antigos companheiros das estradas da borracha optaram um dia pela aventura, enganados pelas promessas falaciosas dos angariadores de mão-de-obra nordestina, por causa da miséria provocada pelas secas cíclicas e pela exploração dos terratenentes e oligarcas da sua própria região natal. Portanto, deixaram-se iludir, na sua ingenuidade primária, vislumbrando fabulosas riquezas à sua espera no vale do rio Madeira. Partiram de Fortaleza fascinados pela miragem, exactamente como os portugueses que partiam de Lisboa ou Leixões. Nordestinos ou portugueses faziam parte daquela «gente da terceira classe», como lhes

tinha chamado um outro grande escritor luso: José Rodrigues Miguéis...⁵

Para José Maria Ferreira de Castro, o problema da emigração lusa e mundial é inalienável do problema da injustiça social, da exploração impiedosa do homem desvalido pelo homem escudado pelos privilégios e pelo imperialismo do dinheiro, num mundo globalizado, que tudo eclipsa, pisando aos pés a dignidade humana.

Um menino de doze anos e meio enrolado numa leva de candidatos a seringueiros

O jovem Zeca, natural de Salgueiros, Ossela, cedo foi mentalizado para ir para Brasil, em busca dos recursos económicos e da liberdade. Depois de aprovado no exame de fim de estudos primários, o rapaz teve ganas de partir sem demora ao encontro da misteriosa terra de promessa, onde era possível colher moedas de ouro. O miúdo de Ossela desejava, além disso, ver-se livre da tutela materna que há muito parecia pesar-lhe, pensava, ao mesmo tempo, viver a sua aventura de homem, explorador dos mundos novos, o que podia engrandecê-lo aos olhos da pretendida moça, Margarida, muito mais velha do que ele, por quem se confessava apaixonado.

Porém, uma criança da sua idade não podia partir sozinha rumo a um país desconhecido e tão longínquo, pelo que o nosso menino de Ossela teve que esperar pela vinda à aldeia natal dum comerciante estabelecido em Belém do Pará, amigo da família. Não há certeza alguma

⁵ MIGUÉIS, JOSÉ RODRIGUES «Gente da terceira classe» (contos e novelas), 1962 .

de que se tivesse tratado do seu padrinho José Maria Ferreira da Costa Pinto. O que se sabe hoje, por intermédio da biografia do escritor, redigida por Jaime Brasil, é que o homem não quis levar consigo o adolescente, candidato à emigração, aconselhando o rapaz e a mãe a esperarem com paciência a visita dum sócio seu, um certo senhor Samuel, que havia de aparecer em breve, em Portugal, disposto a levar na volta para o Brasil o jovem Zeca.

Para adiantar os preparativos, em Dezembro de 1910, José Maria, acompanhado do senhor Esteves, outro amigo da família Ferreira de Castro, morador em Oliveira de Azeméis, vai a Aveiro, capital do distrito da sua residência, para solicitar o passaporte, junto da repartição competente do Governo Civil. A obtenção do passaporte foi o primeiro passo em frente pelo menino de Ossela para alcançar o distante Brasil.

A anunciada visita a Portugal do sócio do comerciante belenense chegou a concretizar-se, pois a saída do Zeca foi finalmente marcada para o dia 6 de Janeiro de 1911, em plena festa dos Reis Magos, que facilitou uma reunião de numerosos vizinhos e amigos da família, que compareceram na casa dos Ferreira de Castro para assistir à despedida do jovem viajante.

Na parte da tarde, o Zeca terá de percorrer a pé o caminho que separa o lugar de Salgueiros da vila de Oliveira de Azeméis, onde irá ter com o Senhor Esteves, na casa deste último. Com efeito, este velho amigo da família ficou com a incumbência de levar o rapaz, na madrugada do dia seguinte, até ao porto de Leixões, onde se encontrava surto o «Jérôme», um velho paquete-cargueiro, no qual muitos candidatos à emigração atravessavam o Atlântico.

Antes de o nosso menino abalar, houve muito choro no lar do

falecido José Eustáquio Ferreira de Castro. Em seguida, quando o Zeca já estava a caminhar na direcção da vila, afastando-se cada vez mais da casa familiar, houve acenos repetidos por parte da mãe e do filho viajante e uma multidão de lenços brancos agitados no ar pelas mãos amigas que assim diziam adeus ao corajoso menino, cujo vulto, em breve, sumiria numa curva de estrada.

Naquele momento, todos os que ficavam na aldeia : a mãe, os tios, os primos, os irmãos, os amigos e os vizinhos, assim como o próprio Zeca e o seu acompanhante, senhor Esteves, estavam convencidos de que, no Brasil, o rapaz de Ossela encontraria à sua espera um emprego de aprendiz de caixeiro no comércio ultramarino, junto duma das casas aviadoras e dum armazém de exportação-importação, ou, no pior dos casos, numa daquelas lojas de secos e molhados que os portugueses implantavam em todas as cidades onde existiam numerosas comunidades lusitanas. Essas esperanças alicerçavam-se no facto de o Zeca ter sido «convidado» a embarcar pelo comerciante, senhor Samuel, sócio do compatriota dos Ferreira de Castro, estabelecido como armazenista em Belém do Pará.

Aliás, a maior parte dos moços da província lusitana, desejosos de sair das respectivas terras e do meio pequeno que lhes tolhia as iniciativas e a liberdade de movimentos, sentiam-se vocacionados para encetar uma carreira comercial, numa das cidades da Metrópole ou nas colónias da África portuguesa, ou ainda no Brasil. A maior parte deles estreavam-se como *marçanos*. A palavra *marçano*, raramente utilizada no Brasil, era comum, em Portugal, para designar um aprendiz de empregado de comércio, um garoto recém-chegado da sua terra natal,

situada no interior, frequentemente no meio rural, que era «recebido» pelo patrão, comerciante a retalho ou por atacado, que lhe permitia dormir nos bastidores do estabelecimento comercial, entre as montanhas de caixotes, pipas, ancoretas, barris, tulhas, sacos atacados pelo gorgulho, rolos de papel pardo de embrulho, latas de conservas, garrafões, garrafas e caixas de papelão, que exalavam diversos cheiros de intensidade variável, adocicados ou azedos, picantes ou oleosos, onde o salgado e o doce se misturavam à porfia, em divisões escuras e exíguas, mal arejadas, de asseio duvidoso, por onde, não raro, passeavam baratas e ratazanas, sempre sobrevoadas com delícia pelas moscas varejeiras e moscardos. Na realidade, o marçano era uma espécie de escravo do patrão lojista, que o explorava impiedosamente, sem lhe conceder nenhuma regalia, fazendo-o andar no giro comercial da madrugada até ao anoitecer. O moço tinha que carregar embrulhos pesados, baldes, latas, caixotes, barris, estava sempre às ordens do patrão que o fazia correr de um lado para o outro, subir pelo escadote à altura das prateleiras mais elevadas, descer até as arrecadações subterrâneas, sem nunca o deixar descansar, trazendo-o numa lufa-lufa dos diabos, espicaçado pelos ralhos e altos brados, o traseiro sempre exposto aos pontapés e às lambadas de cinto ou de chicote, e as orelhas aos puxões. Havia-de ser, pois o povo costumava dizer que o pepino se torcia desde pequenino e todos concordavam que os marçanos tinham que aprender a viver na disciplina, a obedecer aos que lhes davam o pão de cada dia e a atender com paciência, solicitude e amabilidade a freguesia que se apresentava ao balcão. Aprendiam, claro, à custa de algumas privações, dos vexames e dos castigos corporais... Depois de alguns anos de serviço

em regime de escravidão absoluta, o marçano, já mocetão, chegava a empregado de balcão, depois a caixeiro de confiança, já podia também estrear-se como pracista ou representante da firma e, ao cabo de muitos anos de perseverança, o patrão envelhecido podia conceder-lhe sociedade na firma, ou oferecer-lhe a mão duma filha, aceitá-lo, portanto, como genro e herdeiro, franqueando-lhe o acesso à propriedade comercial plenária e à condição invejada de patrão. O lugar de marçano colocava, portanto, o aprendiz de comerciante no primeiro degrau da carreira, permitindo-lhe começar uma vida laboral que lhe fazia acalentar as esperanças dum futuro garantido, com todas as perspectivas da almejada ascensão social.

Em Portugal, ainda nas vésperas da Revolução dos Cravos, havia rapazes provincianos que começavam o seu percurso laboral no ramo comercial como marçanos, precisamente, dormindo na loja do patrão ou em alguma dependência da residência familiar do comerciante, tratados por este mesmo como os últimos dos criados por causa da sua pouca idade e das suas origens rurais. Apesar dos maus tratos, esses moços consideravam Lisboa, Coimbra ou Porto, um mundo que valia todos os sacrifícios. Na época em que os emigrantes deixaram de ir para o Brasil, uma grande cidade como Lisboa, por exemplo, era para eles tão promissora como este o era antigamente para as gerações anteriores, em poucas palavras: o seu Eldorado, como nos revela uma das crónicas da autoria da inesquecível Maria Judite de Carvalho⁶, publicada a 26 de Abril de 1972, portanto,

⁶ CARVALHO, MARIA JUDITE DE, «Rapazinho no metropolitano» (crónica), in «Este Tempo»/«Por exemplo Margarida», 1991.

apenas dois anos antes do fim da ditadura fascista, no «Diário de Lisboa», sob o título «Rapazinho no metropolitano».

Evidentemente, no Brasil dos finais de Oitocentos ou inícios de Novecentos, um moço letrado, branco, habilidoso, dominando bem a escrita e os cálculos, capaz de caligrafar com esmero rótulos e conhecimentos de carga, boletins de remessa e facturas, podia principiar a carreira de comerciante como empregado responsável pela mercadoria armazenada, pelas sua pesagem ou dosagem, ao mesmo tempo, encarregado da escrituração mercantil, ou como ajudante de guarda-livros. Se fosse honesto, assíduo, zeloso e cumpridor, o rapaz tornava-se rapidamente o empregado de confiança do patrão e, posteriormente, sócio. Pelo que sabemos do nosso menino Zeca, o filho do finado José Eustáquio Ferreira de Castro tinha todos os predicados para aceder em poucos anos ao topo da hierarquia comercial, num país onde a qualidade de homem branco ajudava os jovens conscienciosos e esforçados a elevarem-se socialmente.

Mas o destino teimou em pregar uma partida ao menino de Ossela, porque, chegando a Leixões, sempre em companhia do bondoso senhor Esteves, que fez descobrir ao jovem José Maria o comboio e o eléctrico, os dois encontram no porto, à sua espera, um outro protegido do senhor Samuel, na pessoa dum adolescente mais crescido e evoluído do que o primogénito da senhora Mariquinhas Rosa Soares de Castro, o qual também pretendia ir a Belém do Pará para se empregar no armazém dos mesmos comerciantes associados que o apadrinhavam.

Sem dizer nada ao seu acompanhante, o pequeno Zeca inquieta-se, percebendo imediatamente as vantagens de que dispunha aquele outro

protegido do senhor Samuel : maior idade, maior corpulência, mais traquejo nas relações com as pessoas, uma capacidade de expressão oral mais desafogada e uma certa elegância no porte e no trajar, precocemente distinto, enquanto ele, José Maria Ferreira de Castro, titular duma certidão de instrução primária de segundo grau, não passava duma criança corajosa e invulgar, com certeza, mas inexperiente e algo ingénuo. Por isso, não lhe foi difícil compreender que o moço mais velho era, na realidade, um terrível concorrente, que parecia desde já obstruir o seu caminho de futuro empregado de comércio, pois podemos imaginar com facilidade que o jovem Zeca seria, logo à chegada, preterido por aquele que ele mesmo via como «mais civilizado» e mais remediado também, já que o moço viajaria com o Senhor Samuel num camarote de primeira classe, enquanto ele seria colocado em terceira classe, perto do porão, entre os passageiros grosseiros e barulhentos, camponeses analfabetos e arraia-miúda citadina.

O próprio senhor Esteves devia pensar a mesma coisa, temendo a desilusão que esperava o seu jovem amigo, na distante cidade paraense. Por isso, com certeza, no momento do embarque, antes de estreitar nos braços o menino José Maria, os olhos marejam-se-lhe de lágrimas e o coração marca um compasso apressado, apesar de todos os esforços para conter o pranto.

A bordo do «Jerôme», o garoto Ferreira de Castro fica sozinho, no meio de tantos desconhecidos. O paquete-cargueiro já está de âncoras levantadas, os marujos já recolheram os cabos e o barco começa a singrar, a proa buscando o canal de saída do porto. Leixões e Matosinhos desaparecem envoltas na escuridão da noite, que agora também

estende o seu véu negro sobre o coração aflito do menino de Ossela, obrigado custe o que custar a enfrentar o seu destino incerto.

Infelizmente, em Belém do Pará, aonde o futuro escritor luso chegaria em Fevereiro de 1911, as previsões sombrias e os receios do jovem José Maria, com respeito à preferência dada ao outro moço protegido, mais velho do que ele, tornam-se realidade. No armazém belenense não haverá lugar para dois novos empregados e em Março, com menos de treze anos de idade, o garoto Zeca rumará para o longínquo Seringal «Paraíso», no Rio Madeira, entranhando-se no seio da natureza amazônica, selvagem e indomável, em companhia dum numerosa grupo de nordestinos, cearenses e maranhenses, na maior parte dos casos, que se alistaram como seringueiros, trabalhadores do látex por conta do conhecido latifúndio gomífero.

No entanto, é forçoso repararmos que os «brabos», ou seja, os candidatos a seringueiros, que se encaminham para o Médio Madeira e que viajam com o nosso menino José Maria, são homens feitos, alguns moços, outros já entrados na casa dos trinta. Entre eles não há garotos porque os angariadores da mão-de-obra nordestina não costumavam recrutar crianças, por razões óbvias, ligadas às difíceis condições ambientais, ao trabalho pesado e de responsabilidade, que expunha o trabalhador a vários perigos. Não sabemos bem por que razões o capataz que recrutava os trabalhadores da selva consentiu em levar consigo o menino Zeca, ainda franzino, com apenas doze anos e meio, um branco, ainda por cima, que não estava habituado ao clima tropical e que nunca tinha visto a floresta virgem, sem nenhuma experiência do trabalho braçal, também...

Talvez o Seringal «Paraíso» tivesse ficado a dever alguns favores aos armazenistas de Belém, ou o sócio que se tinha responsabilizado pela vinda do Zeca tivesse oferecido uma comissão choruda ao capataz-recrutador. Sabe-se lá, é possível levantarmos diversas hipóteses, mas, no fundo, que importa ? Fosse como fosse, o garoto Ferreira de Castro foi admitido para fazer parte do rebanho de «brabos», se calhar para substituir um ou outro nordestino fugitivo, como Alberto, personagem principal de «A Selva». A sua pouca idade não parecia incomodar ninguém, julgaram-no capaz de ganhar o seu pão no seringal, tanto fazia que morresse num centro de produção de borracha ou que sobrevivesse, logo se veria no que era possível empregá-lo....

O que se torna evidente é que, no Rio Madeira, começou a vida adulta para o futuro humanista e escritor luso, que ali amadureceria e se faria homem de horizontes rasgados e de mundividência alargada, decidido a defender a causa dos humildes e injustamente explorados companheiros da sua adolescência amazonense.

O reflexo literário da experiência madeirense, revista e corrigida pelo escritor maduro

O adolescente Ferreira de Castro penetrou no vale do Madeira, viajando rumo ao Seringal «Paraíso», a bordo do gaiola «Justo Chermont» da Companhia *Amazon River*. Mais tarde, na sua narrativa ficcional «A Selva», o escritor de trinta e dois anos de idade, na véspera da consagração, colocaria o seu protagonista Alberto na mesma situação que ele próprio vivera em 1911, fazendo-o embarcar juntamente com

um grupo de nordestinos, trazidos do Ceará por um capataz de confiança do seringalista do «Paraíso».

No início do século XX, um barco levava quase três semanas para percorrer a distância entre Belém do Pará e Humaitá, e esta demorada viagem fluvial permitia aos viajantes interessados observarem o meio ambiente onde o gaiola se entranhava devagarinho. Podemos imaginar que, para o jovem Zeca Ferreira de Castro, a grande aventura amazônica tenha começado precisamente a bordo do navio com destino a Porto Velho. A viagem proporcionou-lhe uma primeira oportunidade de aproximação daquele universo teluricamente majestoso, que surpreendia todos os alienígenas com a densidade da sua cobertura vegetal e com as transformações da morfologia das zonas costeiras, submetidas à acção corrosiva das águas, que se operavam perante o olhar maravilhado do viajante.

Ao mesmo tempo, um gaiola de grande calado, com três conveses, duas chaminés e amplos porões constituía uma miniatura flutuante da sociedade amazonense da época. Para um viajante atento oferecia-se, portanto, uma ocasião de descobrir todos os contrastes sociais patentes na região em que penetrava, onde o luxo, tão inesperado nestas latitudes, e a opulência de alguns ombreavam com a indigência dos trabalhadores migrantes em busca duma colocação de seringueiro.

Em boa verdade, os conveses sobrepostos dividiam a embarcação em pisos, que correspondiam à estratificação sócio-económica dos passageiros, assinalando os direitos e o estatuto de cada classe ou grupo.

Que diferença entre a toalha que branquejava na mesa da sala de

jantar com, em cima, uma fileira de copos de cristal e de garrafas caras, destinadas aos passageiros «ditosos», seringalistas, negociantes, advogados, médicos, militares de alta patente, alguns dos quais se deslocavam acompanhados das respectivas famílias, passando o tempo em passeios, jogatinas e conversas amenas, ou estendidos nas espreguiçadeiras e redes rendilhadas, e aquele estendal da miséria errante dos maltrapilhos, tabaréus ignaros a falar um português mestiço, docilmente acomodados na promiscuidade de dezenas de redes encardidas de corda e pano, suspensas em desordem e em todos os sentidos, no convés de baixo, rente à água ! Apesar da limpeza diária, os conveses da terceira classe estavam sujos e escorregadios, cheirando a visco fluído e repulsivo.

O gaiola costumava fazer escala em Manaus, onde recebia novos passageiros de primeira classe com destino ao Madeira ou à Rondônia. Depois de deixar o Rio Negro, a proa do navio procurava a embocadura do antigo Caiari, pela qual pretendia atingir Porto Velho, após uma breve escala em Humaitá, já então considerada uma das povoações-chave do sul do Amazonas.

Na foz do Madeira, o barco podia entrar na pororoca, um fenómeno ligado à força extraordinária das correntes que se entrechocavam e embatiam nas confluências. Ferreira de Castro adulto lembrava-se das suas travessias da embocadura do Madeira, que não parecia ser um afluente do gigantesco Amazonas, mas sim, um outro monstro de correntes vigorosas que se entrelaçavam com as do rio principal. Pairava ali uma sensação de absoluto já que tudo perdia as proporções a que os humanos estavam habituados.

Nas margens do Madeira o viajante enxergava os sítios habitados pelas famílias caboclas amazonenses, pescadores, mariscadores ou pequenos agricultores, sempre humildes, sem aspirações nem exigências para com a vida. Ao lado das suas taperas, havia campos abertos no matagal a fogo e terçado. As barracas de habitação eram cobertas de folhas de palmeira; o assoalho parecia irregular, além de erguido um ou dois metros acima da terra, fixando-se em estacas, que resistiam às águas das enchentes. Ao pé da habitação surgiam jiraus, onde secavam mantas de pirarucu, com alguns mamoeiros à volta, umas touças de bananeiras e uns metros de mandiocal. O que nunca fazia falta eram os ancoradouros, com pirogas ou canoas amarradas, a baloiçarem-se na maré. Pelo barranco serpenteava um trilho que ia até à cabana do morador. Aqueles caboclos alimentavam-se do peixe e o que sobejava da pesca era vendido ou trocado nos regatões por sal, farinha, milho e cachaça. Enquanto houvesse algum alimento na barraca, o caboclo, des preocupado e desprovido de ambições, não voltava a trabalhar.

Na sua solidão recordava bailes e reuniões festivas em que participara, convivendo com os seus congêneres e com os trabalhadores do látex, igualmente grandes amadores das festas e da caninha.

Para o viajante, não era difícil compreender que aquelas vidas pobres permaneciam como que encaustadas na selva e talvez por isso se mantivessem tão alheias às inquietações deste mundo e tão ignoradas pelos demais viventes.

De quando em quando apareciam, nas ribanceiras, cinco ou seis cruces que assinalavam a existência de cemitérios rústicos, humildes como os defuntos ali sepultados, que jaziam lá sem campas de mármore, nem

epitáfios solenes. Os mortos do interior amazonense deixavam aqui apenas um sinal discreto da sua passagem pela terra, sinal que a floresta virgem iria apagar em breve. O viajante perdia de vista as cruces na curva do rio, logo diluídas na massa verde da selva...

Mas, a um alienígena «brabo», novato e estranho àquela natureza grandiosa, os meandros do rio e os paranás que o gaiola atravessava pareciam todos idênticos. O viajante ainda inocente na sua percepção da Amazónia não se dava conta do movimento transformador constante daquela mesma natureza tropical. No entanto, as margens modelavam-se sob a pressão do caudal barrento, aparecendo praias, lá, onde as águas tinham sido profundas há poucas semanas.

Adivinhava-se uma terra inconsistente e os barrancos argilosos caíam ruidosamente, dando mergulhos nas águas correntes, com elas desaparecendo num redemoinho instantâneo. Nos olhos inexperientes de um forasteiro tudo isso se confundia e se baralhava.

O caudal do Madeira arrastava garças adormecidas sobre uma perna só, com o longo bico escondido no colo, e bastante vegetação parasita que formava, por vezes, um engraçado ilhéu flutuante, a que se agarravam certas plantas aquáticas como o mururé ou a aninga.

Das margens cobertas com a floresta virgem vinham guinchos dos macacos guaribas, alvoroçados com a passagem do gaiola, enquanto a própria mata parecia fechar-se cada vez mais sobre o rio.

As margens do Madeira ofereciam uma altura bem maior do que as do Amazonas, mas a terra ribeirinha era escalavrada pelas águas e logo começava a gretar-se, pondo à mostra dezenas de raízes. Na realidade, o vigor do caudal significava a morte da terra inconstante e

talvez estivesse na origem do nome de Caiari, «rio da morte», como lhe chamaram outrora os indígenas.

Acontecia também o barranco transformar-se numa gigantesca escadaria, que o homem poderia aproveitar, se dispusesse de meios técnicos para realizar rapidamente as obras de fixação e de consolidação da margem.

O viajante descobria um mundo novo, como se fosse um desbravador.

Visto do rio, o casario de Humaitá apresentava-se modesto. Naquele início de Novecentos, o capim ainda atapetava as ruas da vila, onde as casas de telha se sucediam às de palha. A Matriz de Nossa Senhora da Conceição não passava de uma capelazita; só o imponente edifício da Prefeitura Municipal surpreendia pelo seu comprimento maciço.

O desembarque dos passageiros e das mercadorias, que baixavam por uma prancha cambaleante, era presenciado pelos olhares curiosos dos habitantes, ávidos de novidades. Os moços da vila e o rapazio menor colaboravam no desembarque dos caixotes e das barricas, ganhando uns trocados.

A próxima paragem era o Seringal «Paraíso», destino do menino de Ossela. Na verdade, não passava de um ancoradouro pomposamente chamado porto, onde o gaiola também era esperado pelos moradores mulatos e pretos, na maior parte dos casos, todos vestidos de blusas de riscado, de calças de brim azul, de largos chapéus de carnaúba ou de palha, com os pés enfiados em estranhos sapatos de borracha de fabrico caseiro.

O navio ficava amarrado por um cabo à palmeira mais grossa do local. A sede do Seringal «Paraíso» via-se no fundo da ribanceira, onde em linha recta se avistavam três barracas e dois casarões-barracões de madeira. A construção maior fixava-se em paliçada e era bastante comprida, com uma grande varanda à frente. Nas proximidades avistavam-se três palmeiras muito altas, um cedro e uma sapotilha que, no futuro, se tornaria uma celebridade, por causa de Ferreira de Castro, que se costumava sentar à sombra dela para meditar ou escrever, sentindo espigar uma vocação de escritor que faria daquele aprendiz de seringueiro, bastante mal sucedido, um dos maiores romancistas da língua portuguesa.

Naquela época, o «Paraíso» constituía a segunda mais importante propriedade extractivista da região madeirense, depois do Seringal «Três Casas», de Manuel Lobo. O latifúndio florestal foi fundado pelo Comendador José Francisco Teles Monteiro, natural do Porto, em Portugal, e continuava nas mãos dos seus descendentes. Porém, no romance «A Selva», o escritor luso colocou à cabeça do Seringal «Paraíso» Seu Juca Tristão, um mulato enriquecido no Baixo-Amazonas, graças à criação de gado bovino, que acedeu, no rio Madeira, à categoria de dono duma das maiores propriedades gomíferas.

Quanto aos «brabos», candidatos a seringueiros, estes desciam à terra entre as chacotas e os risos dos seringueiros veteranos, já acostumados à precaridade das condições de vida nas colocações lactíferas disseminadas na floresta virgem.

Podemos calcular quão grande tivesse sido o espanto daquele pessoal rude e barulhento ao deparar com o garoto branco, metido na

sua fatiota de tecido de lã, vindo não se sabe de onde, que desembarcava na cauda do grupo de novatos, pretendendo ganhar o seu pão nas estradas da borracha...

Por outro lado, o pequeno Zeca, estranho a tudo o que o rodeava, devia sentir-se acanhado e perturbado, talvez estivesse atormentado pelo medo, porque qualquer seringal, por mais barracões e cabanas que ostentasse na frente do rio, sempre parece humilde e perdido no meio silvestre que se debruça sobre ele a querer devorá-lo. A sede do «Paraíso» não era nenhuma vila, nem mesmo a mais modesta das aldeias, não passando de um abrigo, primitivo e provisório que a selva concedia aos humanos, num momento de magnanimidade...

Certas realidades geo-morfológicas, assim como os fenómenos climatéricos e ambientais da região lactífera humaitaense estiveram na origem dos grandes espantos ou sustos, que o futuro escritor luso sofrera durante a sua estadia de quatro anos no vale do rio Madeira. O filho da pacata Ossela, cercada de courelas cultivadas, de colinas, e declives serranos, onde tudo era conhecido e familiar, sentiu, na Amazónia, uma repulsa ao descobrir os miasmáticos igapós, que o jovem ajudante de armazém do «Paraíso» achava «pavorosos», por causa das águas apodrecidas, e do ar parado, prisioneiros da selva desde a época da última enchente. Os igapós e os paranás inspiraram ao autor de «A Selva» a curiosa expressão, encontrada no romance: «o rio encarcerado».

Essas águas estagnantes alimentavam enxames de insectos portadores de doenças tropicais endémicas, perigosas para a saúde do homem.

Para Ferreira de Castro, o igapó era duplamente um lugar de

morte, não somente por se alojarem nele cobras e jacarés, ou por nascerem lá os mosquitos, mas também por cozer, durante o ano todo, nas suas entranhas, os ramos apodrecidos, as folhas mortas e outros resíduos da brenha silvestre. Aliás, dessa mórbida e lenta infusão das podridões diversas provinham as cores letais das águas dormentes.

O romancista não mencionou os peixes saborosos e graúdos, tais como os deliciosos tambaquis, que também vivem nos igapós da região. Só se lembrou das espécies ictiológicas pertencentes ao grupo de peixes de lama ou do mato: traíras, cascudos, acrás, assim como da enguia amazónica: poraquê. Todos eles se caracterizam pelo seu aspecto ossudo, revestido de couraça, comprazendo-se no meio fétido. E talvez por isso mesmo se tornem alvo da curiosidade dos forasteiros, que nunca viram, na sua terra de origem, nenhum peixe do mato. Na obra de Ferreira de Castro, o tremedal ou o pântano revestem-se de tons evocadores duma degradação assustadora.

Mas, como no mundo amazónico nada é permanente, a água morta dos igapós ressuscita com a enchente, perde a sua cor escura e expande-se por toda a parte. Os tremedais tornam-se campos de excursão para peixes, os lagos perdem os respectivos contornos, as árvores sofrem os assaltos das águas, algumas morrem quebradas, outras tornam-se espécies aquáticas. O inverno tropical alegrava, com certeza, o nosso menino de Ossela, tal como enchia de contentamento o moço Alberto, em «A Selva», e ao mesmo tempo, o dilúvio permitia a ambos darem-se conta da pequenez dos rios de Portugal, mesmo do Tejo ou do Douro, que são os maiores cursos de água da Península Ibérica.

No vale do Madeira, a enchente do rio é o sinal infalível da

mudança : as cachoeiras animam-se e entram na festa, as correntes dos igarapés sopram uma vida nova no caudal barrento do velho Caiari.

José Maria via, então, passar pela frente do seringal um pesado volume de barro líquido, enchendo de destroços a face lisa da água. O rio engolia as praias, atacava os barrancos altos, prontos a desmoronarem-se. Os caboclos amazônicos, que possuíssem algum gado bovino, eram obrigados a construir à pressa umas marombas, extensos estrados de madeira de lei, onde as reses estacionavam a salvo das inundações inverniais. O gado dos seringais ribeirinhos ia para as cabeceiras dos rios, para as terras firmes ou para as restingas. Simultaneamente, nas restingas vizinhas das várzeas do Madeira, a água da enchente surpreendia pacas, antas, cutias, tamanduás, tatus e veados, apoquentando até algumas onças carnívoras. Todos os animais selvagens recuavam instintivamente na direção das terras firmes.

Só os caboclos ribeirinhos, por hábito ancestral, se mostravam pacientes e compreensivos. Passavam o inverno nas respectivas barracas, cercadas de água barrenta, a contemplar as mudanças.

Todos sabiam, e o jovem Ferreira de Castro acabou por aprender, que os homens não conseguiam ter mão na natureza. A selva e os rios imperavam sempre e despoticamente. Os viventes na região amazônica eram obrigados a conformar-se. Os seringueiros não podiam trabalhar nas estradas da borracha, pois tudo à sua volta se transformava em lama, poças de água ou pantanal. Eram os meses perdidos, durante os quais não se ganhava nada, mas era preciso sobreviver, satisfazendo, custasse o que custasse, as necessidades elementares do corpo. O que lhes valia era a paz absoluta na frente dos ataques dos indígenas. Os

índios Parintintim, ferozes e inconformados com a presença dos invasores brancos, nos seus territórios, não tinham nenhum transporte no inverno e eram forçados a ficar nas respectivas malocas. Assim, os trabalhadores do látex podiam dormir sossegados, sem temer a morte na curva da estrada da borracha ou a flecha envenenada que fosse os atingir ao pé da barraca, na própria colocação.

Os cearenses reuniam-se para recordar a terra natal, contar e recontar os seus sonhos derrotados pela seca e pela fome, a retirada, a morte dos entes queridos, os amores interrompidos pela saída rumo à Amazónia e as promessas impossíveis de cumprir nas condições precárias da selva, onde a prosperidade fugia dos humildes seringueiros. Os nordestinos estimavam-se enganados por aqueles que os tinham recrutado, prometendo fortunas fáceis. Agora podiam medir o tamanho das mentiras ouvidas entre as duas rodadas de cachaça pagas pelos emissários do seringal. O mau passadio também existia na fabulosa Amazónia, onde vegetavam endividados, mal alimentados, frequentemente doentes, considerando-se prisioneiros da selva. Desmoronavam-se, então, os derradeiros castelos de esperança na mente daqueles homens parados, que ardiam no fogo das saudades do mítico sertão e do arrependimento por terem vindo para a floresta virgem.

No começo do verão, chegava o tempo da vazante e as águas punham-se a correr no sentido inverso : «Depois da invasão e da posse dava-se agora a retirada e cada manhã o sol tinha na floresta mais um esteiro a enxugar.» (Op. cit., p.225), reparava Ferreira de Castro.

Reconheciam-se as pegadas dos animais selvagens na lama, os cardumes de peixes remontavam, as tartarugas abundavam nos igarapés,

antes de descerem, para a desova, às praias que o rio já tinha devolvido à fauna e aos humanos. Os caboclos e os índios esperavam por este momento para as flechar; primeiro comiam-se os pitiús e só depois os quelónios tracajá.

Nos seringais do Madeira, sabia-se, porém, que os índios Parintintim iriam de novo abandonar a maloca tribal e correr todos os varadouros da selva, desafiando os seringueiros indefesos, que se arriscavam a serem flechados ou degolados pelo inimigo fugidio. Em certas praias, onde abundavam as tartarugas, até os caboclos mariscadores podiam ser atacados pelos indígenas, que vinham revidar as pretensas ofensas dos anos passados.

Mas, por outro lado, a vida social animava-se também com o regresso dos gaiolas, que traziam notícias da cidade e do sertão, cartas de familiares e amigos, além das mercadorias e dos mantimentos encomendados. Os navios eram esperados com impaciência pelos moradores dos seringais, prisioneiros do «inferno verde».

Para todos, o mês de Junho significava o ambiente festivo dos santos populares (Santo António, São João e São Pedro). Anos depois do tempo visado em «A Selva», no rio Madeira, o Boi-Bumbá convidava o povo a brincar um segundo carnaval. As fogueiras de São João irmanavam os viventes na região através do compadrio reencontrado a saltar o braseiro, em torno do qual se travavam novas amizades.

A cidade de Humaitá e o Seringal «Paraíso» competiam na caricatura taurina do Boi-Bumbá. Construía-se esqueletos de madeira, cobertos de panos vistosos que imitavam o couro luzidio. O dorso do animal fantasiado cintilava, graças às enfiadas de vidrilhos brilhantes, de

lantejoulas e de quinquilharia. Nos chifres do Boi, os festeiros colocavam laços e plumas de aves tropicais. Uma saia pregueada disfarçava a falta das pernas da caricatura e um folgazão, que gozava da fama de engraçado, levava o Boi a passear...

Na competição com os humaitaenses, o Seringal «Paraíso» defendia bem o seu renome de festeiro. Em todo o caso, o Boi do «Paraíso» era muito concorrido, o pessoal não hesitava em atravessar o Madeira para comparar os dois animais : o citadino e o silvestre. Os moradores da propriedade lactífera costumavam acrescentar ao Boi-Bumbá dois bonecos gigantes : Pai Francisco e Mãe Catarina, representantes da tradição sertaneja. O Boi começava a dançar ao som da matraca, entre as réplicas e brigas do extravagante casal de fantoches. O folgazão que conduzia o Boi não se descuidava dos tragos de cachaça que os seus companheiros lhes iam servindo.

Ferreira de Castro afirma que no Seringal «Paraíso» se confraternizava imenso à volta das fogueiras acesas. Os moradores tornavam-se uma só família; os pares escolhiam-se e saltavam juntos a fogueira, apelando aos santos populares, que eram testemunhas do compadrio que se criava. Os caboclos gostavam de solicitar o seringalista para padrinho, enquanto os nordestinos se dirigiam de preferência, ao guarda-livros, um branco luso-paraense. Durante alguns dias, os ódios e os rancores ficavam arredados da mente dos populares, porque a festa se apoderava dos corações. Esqueciam-se as dívidas acumuladas no armazém do barracão, as esperanças goradas, as saudades do Nordeste e por mor daquele convívio singelo, o verão era, com certeza, a estação preferida dos habitantes do seringal, apesar da

ameaça dos assaltos indígenas.

Todavia, os dias de festa, com a sua permissividade indulgente, eram contados. Rapidamente se regressava à rotina do extractivismo. Na sede do seringal recepcionavam-se cargas trazidas pelos vapores, conferiam-se mercadorias, logo arrumadas nas prateleiras postas à venda. Ao mesmo tempo, o patrão seringalista folheava as contas e memorizava os nomes dos seringueiros mais endividados para os impedir de comprarem mais abastecimento do que o mínimo indispensável à sua sobrevivência nas colocações, no mato. O seringalista dava ordens aos empregados da sede, no sentido de vedarem o acesso aos produtos manufacturados àqueles que não eram capazes de lhe arranjar um saldo. Fixavam-se os preços manifestamente exorbitantes a todas as mercadorias que chegavam das grandes cidades, tornando-as inacessíveis a uma boa parte dos trabalhadores do látex.

Ferreira de Castro imediatamente aprendeu a distinguir duas categorias de seringueiros: os experientes ou mansos e os brabos, novatos sem prática no corte da seringa. As contas de todos os trabalhadores principiantes acusavam saldos devedores de dois ou três contos de reis, o que os tornava ansiosos de conhecer as últimas cotações bolsistas da borracha natural e os preços fixados pelas casas aviadoras de Manaus e de Belém do Pará.

Desse modo, a espera pelo próximo gaiola, portador de notícias frescas do mercado gomífero, criava um suspense mantido no barracão, que contagiava todos os centros de produção, onde o trabalhador se sentia ameaçado pela insegurança do emprego, já então muito mal remunerado, porque a goma elástica dificilmente dava para a compra de

um quilo de farinha de mandioca por semana.

À medida que as dívidas cresciam, os seringueiros desejavam afogar na cachaça o seu próprio mal-estar. O perigo do alcoolismo tornava-se numa realidade, entre os nordestinos saudosos do sertão natal, cujas perspectivas do regresso sonhado à terra de nascença pareciam cada vez mais distantes. O Nordeste afigurava-se inalcançável por causa dos preços das passagens e das dívidas por saldar.

No meio dessas preocupações materiais e financeiras, caíra a notícia dos ataques às colocações de seringueiros, em Buiassu, Popunhas, Laguinho e Todos-os-Santos. Os ferozes Parintintins acabavam de matar alguns trabalhadores, deixando desgostosos e enlutados os seus companheiros sobreviventes.

Com a crise da borracha vegetal, o patrão seringalista deixou de admitir novos seringueiros. As condições de atribuição das estradas a explorar ou já exploráveis mudaram em conformidade com o valor da matéria-prima nos mercados internacionais, e muitos trabalhadores doentes ou mortos não foram substituídos. Em algumas colocações ficavam seringueiros isolados, que a solidão no meio silvestre desesperava, despertando neles o desejo de evasão daquele cárcere verde, onde se sentiam condenados à morte, a curto ou a longo prazo.

Ferreira de Castro escreveu «A Selva», pretendendo testemunhar as condições precárias de vida dos seus antigos companheiros de trabalho e de miséria. A vivência amazonense deixou muitas marcas profundas e indeléveis no espírito do escritor luso, que nunca se esqueceria dos seringueiros explorados do «Paraíso» sobre o rio Madeira. Por isso

mesmo, o romance oferece ao leitor uma profusão de pormenores relativos ao modo de existência no seio da floresta virgem e nas margens dos rios e igarapés, assim como de técnicas de trabalho utilizadas pelos homens, que cortavam a seringa nas brenhas da selva, considerando que a maioria deles eram cearenses, portanto, alienígenas, obrigados a adaptar-se a um meio ambiente agreste, hostil e traiçoeiro, ao clima insalubre, também, que lhes minava a saúde, forçados à coabitação problemática com os indígenas não pacificados e com as feras que não hesitavam em atacá-los.

Os seringueiros do «Paraíso» moravam em barracas de paredes e de assoalho de paxiúba, partida em ripas presas com os cipós mais resistentes ao esqueleto da casa. A referida palmeira resistia a qualquer prego e só as técnicas indígenas podiam ser aplicadas na construção deste tipo de habitações primitivas. No início da sua estada no seringal, Ferreira de Castro também morou numa barraca dessas, no centro de Todos-os-Santos.

O chão de paxiúba esfibrava-se em dois ou três meses e precisava de ser substituído, mas as paredes ganhavam, com o tempo, uma rijeza luzidia que nem uma bala de revólver seria capaz de trespassar. O telhado era de ramos de palmeira sobrepostos e entremeados com folhas grandes, que ajudavam as águas da chuva a escorrer até ao beiral.

Na opinião de José Maria Ferreira de Castro, acostumado desde a infância a ver as casas lusitanas de pedra, tijolo e cal, algumas delas revestidas de azulejo, que as protegia da humidade, a habitação do seringueiro madeirense era o símbolo do primitivismo e do arranjo

provisório. O nosso autor fala amiúde em «ranchos», em «taperas» e em «acampamentos», sempre a sublinhar o carácter transitório, temporário, daquela presença insólita da gente civilizada no seio da floresta virgem.

As barracas acima descritas e os «casinhotos», ou seja, tapiris-defumadouros de látex, erguiam-se nas pequenas clareiras abertas a machado e a fogo no seio verde da selva. Nas imediações da colocação, os trabalhadores extractivistas tentavam cultivar uns pés de mandioca e de macacheira, um minúsculo canavial e, às vezes, umas braças de milheiral.

A água potável extraía-se dum pequeno poço chamado «cacimba». Ao pé das barracas havia fogareiros para cafeteiras feitas de latas vazias, apenas esburacadas na parte superior.

Em redor dos centros ouvia-se o canto das aves, cada espécie trinando melodias diferentes, que se diluíam num ritmo suave, a constituir uma música de fundo, na versão silvestre e tropical...

Na lembrança do romancista luso, o resto era um quase silêncio, «era a selva com a sua vida sombria...»(Op. cit., p.119) que assustava e fazia os homens desesperar.

E o despeito dos trabalhadores da selva aumentava na medida em que aqueles homens na flor da idade não conseguiam satisfazer as suas necessidades sexuais por causa da falta de companhia feminina.

No Seringal «Paraíso», tal como nas demais propriedades latifundiárias do Madeira, o seringalista quase não admitia mulheres, mesmo as legitimamente casadas com os empregados-seringueiros. Recusava-se a entrada às pretensas noivas-conversadas, solteiras

dispostas a casar ou a amigar-se com um ou outro trabalhador do látex. Os patrões estimavam que os seringueiros acompanhados de familiares lhes pudessem ficar mais caros do que os brabos solteiros, apenas interessados no corte da seringa para ganhar mais dinheiro, arranjar mais depressa o almejado saldo a fim de regressarem à terra natal. Temia-se que os seringueiros casados trabalhassem menos nas estradas da borracha, porque tratariam da agricultura de subsistência, ou da caça e da pesca para alimentar o núcleo familiar. Um seringueiro, chefe de família, estabelecer-se-ia num centro, mas só tiraria o látex para adquirir alguns litros de cachaça e uns metros de pano riscado, como os caboclos ribeirinhos, e nem sequer ambicionaria o regresso à terra de origem. Portanto, passaria a existir sem que o motivasse qualquer estímulo económico ou familiar.

Por outro lado, as mulheres casadoiras, mesmo oriundas dos estratos sociais mais pobres, não desejavam viver enterradas nas brenhas da selva. A maior parte delas sentia medo da natureza silvestre e dos animais selvagens, e temia o isolamento, a falta duma vizinhança prestável e solidária, do comércio retalhista e do calor humano, que muito ajudavam no caso duma qualquer desgraça.

Por seu lado, os seringalistas sabiam que uma fêmea, mesmo feíssima de rosto e de corpo mal proporcionado, transformava-se sempre no alvo da maior cobiça, quando aparecia entre os homens carentes de sexo e de carinho, frequentemente isolados, afastados do convívio social e confinados nas distantes clareiras, no meio da floresta virgem. Os trabalhadores exasperados eram capazes de matar qualquer rival ou concorrente só para conquistarem uma representante do sexo oposto.

Por isso, os patrões preferiam evitar problemas, proibindo, pura e simplesmente, a entrada na sua propriedade às mulheres dispostas a viver em companhia dos seus empregados, mantendo-se firmes na sua resolução, apesar de saberem que a mulher de seringueiro só podia ser séria e amiga do seu homem porque, se não o fosse, este estava pronto a meter-lhe uma bala no corpo e não hesitaria em tirar a vida ao atrevido que se metesse com a sua companheira.

No entanto, mesmo assim, a ausência de mulheres, no seringal, não tardava a criar gravíssimos problemas morais, já que apenas os raros seringueiros com saldo credor eram autorizados a ir, de vez em quando, até Humaitá para visitar ali duas mulheres da vida, residentes na Rua da Palha : por sinal, uma mulata e uma negra.

Pelo contrário, os que deviam alguma coisa ao barracão, eram proibidos de sair do latifúndio, pois o patrão receava que fugissem, deixando-lhe uma conta devedora. Assim, os homens a quem nunca aparecia saldo positivo, que precisassem de saciar o seu apetite sexual, só tinham dois recursos : a homossexualidade, que, em regra, repugnava aos nordestinos viris e machistas, e a zoofilia, a que se condenavam vários seringueiros do «Paraíso» nos tempos de Ferreira de Castro, contando até com a cumplicidade tácita de alguns capatazes. A prática da zoofilia, nas éguas, por exemplo, passava por muito mais discreta do que a pederastia, que manchava sempre a valer a reputação do homem no meio interiorano.

Contudo, tanto a homossexualidade como a zoofilia eram reprovadas e marcadas com o ferrete de opróbio pelo código moral vigente na sociedade da época, e consideradas pecados graves pela

Igreja Católica Romana, o que contribuía para tornar esses casos de desvio sexual ainda mais dolorosos, entre os seringueiros educados na fé fervorosa e na moral católica, com imenso apego às tradições e à crença ancestral. No sertão, os homens não estavam confrontados com os problemas da mesma ordem, porque não lhes faltavam mulheres, em todos os povoados havia muita fêmea disponível, todos tinham por onde escolher. Além disso, existiam numerosas casas de meninas, com prostitutas de todas as idades e todas as cores da pele. Assim, ninguém era compelido a praticar desvios sexuais, censurados pela sociedade e pela Igreja.

Mas, no rio Madeira, os seringalistas menosprezavam o problema da insatisfação sexual dos seus trabalhadores, lavando as mãos de toda e qualquer responsabilidade pelos excessos, mesmo que os seringueiros cometessem, nas suas terras, crimes passionais.

Para Ferreira de Castro, esta era uma das provas da maldade dos patrões amazonenses, apenas preocupados com o lucro da borracha extraída, que nunca se importavam com questões éticas ou simplesmente humanas. Assim, no seringal imperava a ganância que justificava todos os vícios e todos os desvios.

Por vezes, o celibato forçado dos seringueiros moços, isolados nas brenhas, levava-os a abusos de pedofilia, na pessoa de meninas impúberes, filhas de caboclos ribeirinhos. Lembre-se aqui o caso do seringueiro Agostinho de «A Selva», que pretende noivar com uma garota franzina de nove anos de idade. Vendo-se reprovado e escorraçado pelo progenitor da menina, fica cego de raiva e acaba por esfaquear mortalmente o caboclo, que teimava em colocar

obstáculos à sua felicidade. Agostinho, possesso de uma fúria vingativa, sentindo-se desfeito e ferido nos seus bríos de homem macho, comete o crime irreparável, que o obriga a desaparecer nas brenhas impenetradas da selva.

Também as caboclas velhas eram cobiçadas, quando ficavam viúvas; e acontecia que fossem violadas, no mato, por jovens trabalhadores famintos de sexo.

O próprio protagonista de «A Selva», Alberto, chega a desejar a morte do senhor Guerreiro, guarda-livros do «Paraíso», para possuir a sua branca e apetitosa esposa, Dona Yayá. O moço medita nas hipóteses de liquidar o homem, algures, na escuridão cúmplice da floresta, onde é fácil simular um acidente de caça, por exemplo. Mais tarde, o mesmo Alberto tentaria aproveitar-se do corpo da negra velha Nhá Vitória, enxergando nela a única possibilidade de satisfazer a sua necessidade sexual.

Sozinhos e condenados à solidão sem fim, no verde cárcere da selva, os seringueiros desmoralizavam-se ou revoltavam-se. Para evitar a morte lenta e dolorosa, os menos medrosos e os mais desenrascados e evoluídos, como o cearense Firmino do romance «A Selva», estavam prontos a desertar, fugindo das colocações, sem olhar aos perigos a que se expunham naquele meio ambiente hostil, cercado de floresta dificilmente transponível e de inúmeros cursos de água, infestados de feras aquáticas.

No seu romance amazónico, Ferreira de Castro alerta a humanidade para a desgraça do homem-trabalhador rural ou florestal, ao mesmo tempo explorado pelo terratenente latifundiário e prisioneiro

da floresta tropical, onde as carências vitais reduzem o ser humano ao estado de bestialidade.

Ao longo da narrativa, «A Selva», o leitor encontra episódios dramáticos da sujeição dos seringueiros às condições desumanas de existência e de trabalho no mato, desassistidos social e medicamente e muitas vezes escravizados por causa do saldo devedor no barracão. Mas é no desfecho ficcional do seu romance que o escritor luso resolveu deixar-nos a mais relevante mensagem humanista, com uma envergadura universalista que contribuiu para hastear «A Selva» à altura das obras literárias de interesse mundial.

O desenlace imaginário que leva à morte trágica o seringalista do «Paraíso», numa época em que já se faz sentir a crise da borracha, anunciando o próximo encerramento do mais importante ciclo económico na história da Amazônia brasileira, será um pretexto para o autor formular um aviso solene a todos os exploradores do trabalho alheio, que não se coibem em escravizar o trabalhador em nome do lucro capitalístico vislumbrado. Para tal efeito, Ferreira de Castro apoiou-se numa personagem imaginária, de segundo plano, chamada Tiago Estica, um negro velho, coxo e alcoólico, que conhecera o cativo nos tempos da infância e da mocidade e se improvisara seringueiro, no rio Madeira, após a Abolição. Durante muitos anos, Tiago Estica era para Seu Juca Tristão, patrão do «Paraíso», uma espécie de boneco que se prestava a todas as suas exigências e a todos os caprichos. Porém, a paciência resignada do antigo escravo maranhense acabou-se no dia em que os cinco fugitivos do seringal tinham regressado cabisbaixos ao barracão, para serem amarrados

ao tronco e levarem uma sova de chicote, exactamente como os escravos de antanho. Ao presenciar este triste acontecimento, o negro velho teve uma alucinação, julgando terem voltado os tempos da escravidão odiada, e enraivecido, resolveu vingar-se do patrão malvado que, a seu ver, pretendia reduzir todos os pobres trabalhadores do látex ao cativo. Por isso, Tiago Estica, que não possuía nenhuma arma, incendeia de noite o barracão. Assim, pereceria carbonizado o seringalista do «Paraíso», cercado pelas chamas quando se encontrava mergulhado no sono, trancado à chave nos seus aposentos privativos, no primeiro andar daquela residência silvestre. Justificando-se perante o guarda-livros Guerreiro, o negro velho, que nada mais esperava da vida, explicaria : «...Seu Juca se desviou. Estava a escravizar os seringueiros. Tronco e peixe-boi no lombo, só nas senzalas. E já não há escravatura...»(Op. cit., p. 286)

Segundo Tiago, os brancos desconheciam o valor da liberdade porque nunca viveram no cativo como os negros. Depois da Abolição, o antigo escravo aprendeu que o homem era livre, fosse qual fosse a cor da sua pele, nacionalidade ou raça. Aprendeu simultaneamente que, como os demais moradores da Amazónia, pertencia à nação brasileira, na qualidade de cidadão. Convenceu-se, ao mesmo tempo, de que no seio da União Federativa, todas as raças deviam ser solidárias e respeitadas umas pelas outras. Contudo, via à sua volta que a segregação racial não terminara, mas continuava a existir, no Brasil, por estar demasiadamente enraizada na mentalidade das classes médias e altas, assim como entre os dirigentes da Nação para quem um preto não passava de um brasileiro de segunda.

Começou, então, a perceber que, na prática, a tal união nacional não passaria duma utopia, um mito, como, aliás, a própria liberdade do indivíduo que, sem meios financeiros nem recursos pessoais, para ganhar o seu pão, acabava outra vez, por submeter-se a um patrão-dador de emprego.

José Maria Ferreira de Castro valeu-se da personagem Tiago Estica para lembrar-nos os direitos elementares do homem, com, à frente, a igualdade e a fraternidade, cujo significado ganhara mais peso e importância na boca do antigo escravo, vencido da vida, que utilizou as derradeiras forças da sua velhice para desafiar a sociedade madrastra e fazer a «sua» justiça em nome das massas trabalhadoras oprimidas e desiludidas.

Com efeito, no início da segunda década de Novecentos, o mito da prosperidade, nascido do ciclo do ouro negro amazónico transformou-se numa imensa desilusão colectiva, no vale do Madeira e nas grandes cidades da região Norte.

A decepção, a engrenagem da miséria, a impossibilidade do regresso à terra de origem, para a mão-de-obra despedida, e as doenças tropicais minaram e venceram a resistência dos seringueiros nordestinos, feitos reféns do inferno verde e entregues ao pessimismo.

Aliás, todo o povo amazonense ficou decepcionado com o projecto de cultivo científico das seringueiras, lançado à toa pelos grandes financeiros dos EUA, os quais prometiam dias melhores aos moradores da região.

Depois de desvalorizada a matéria-prima silvestre, veio a guerra mundial, com o seu séquito de carências que se empenharam em piorar o padrão de vida dos amazonenses e mais especialmente o da população

interiorana, rural ou extractivista.

Em 1919, o menino de Ossela, que se fez homem na Amazónia, regressou definitivamente a Portugal, onde nos anos de 1920, tentou a sorte no jornalismo, além de publicar alguns escritos de cunho ensaístico e várias novelas de inspiração amazonense, acabando por dedicar-se quase exclusivamente à literatura, a partir de 1928, data da primeira edição de um dos seus romances-chave «EMIGRANTES».

Mas, apesar do êxito que teve no campo das letras, Ferreira de Castro, o Zé Português do Seringal «Paraíso», no rio Madeira, continuou a sentir um forte vínculo que o ligava ao Brasil e mais especialmente à Amazónia, ao Município de Humaitá e àquela selva terrificante que tantos sustos lhe tinha pregado na adolescência. Continuou igualmente a sentir-se solidário com todos os trabalhadores do extractivismo, os esquecidos da crise da borracha, que ficaram confinados nas suas barracas, presos nas brenhas da floresta tropical, eternos pobres e explorados. O escritor português pensava, sem dúvida, nos seringueiros e nos castanheiros do Amazonas, da Rondônia e do Acre, quando entrevistado por um antigo confrade disse :

«...por cima da condição de europeu, de latino e de português, sinto na minha alma uma grande identidade com a alma de todos os outros povos, creio, aliás, que isso acontece, mesmo sem eles o saberem...»

As suas palavras testemunham uma invulgar abertura de espírito ao mundo exterior e curiosamente tornam-se cada vez mais notícia na época da globalização acelerada e excessiva de todos os sistemas económicos, que actualmente estamos a viver e a presenciar. A

Maria Eva B.K. LETÍZIA

mensagem universalista de Ferreira de Castro insere-se perfeitamente na actualidade, ao lado da voz dos militantes pelos direitos do homem, da das associações humanitárias e da dos partidos políticos, que lutam para que o ser humano não seja sacrificado em nome da corrida à industrialização, das imposições do mercado globalizado, da especulação financeira e dos interesses das multinacionais ou do imperialismo informático.



Bibliografia literária

- CARVALHO, Maria Judite de, «Rapazinho no metropolitano» in «Este Tempo/ Por exemplo Margarida», Crónicas; Editora “Caminho” - Colecção “O Campo da Palavra”, Lisboa, 1991 ;
- CASTRO, José Maria Ferreira de, «Emigrantes», 22ª edição da Guimarães & Cª Editores, Lisboa, 1980 ;
- CASTRO, José Maria Ferreira de, «A Selva», 33ª edição da Guimarães & Cª Editores, Lisboa, 1982 ;
- MIGUÉIS, José Rodrigues, «Gente da terceira classe», contos e novelas, Editorial “Estúdios Cor”, Lisboa, 1962 .

Obras de consulta geral

- MARQUES, A.H. de Oliveira, « História de Portugal», Vol III, Palas Editores, Lisboa, 1981 (6ª edição) ;
- SARAIVA, José Hermano, «História concisa de Portugal», Publicações Europa-América, Lisboa, Nov. de 1993, (16ª edição).

Bibliografia passiva

- BASTOS, Maria Luísa Tavares de, «José Maria Ferreira de Castro, o menino de Ossela», (artigo), Universidade “Portucalense”, Porto, 2001 ;
- BRASIL, Jaime, «Vários estudos sobre Ferreira de Castro e a sua obra com uma biografia inédita», Livraria “Civilização”, Porto, 1930 ;
- EMERY, Bernard, «José Maria Ferreira de Castro et le Brésil», Thèse de doctorat d’Etat, Edition de l’Université de Provence, Aix-en-Provence, 1981.



«Baleares». Ilustração de Jorge Barradas para *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* («Obras Completas», 1949)

Ferreira de Castro, um viajante português na Europa (1929-1935). As narrativas de viagens

Maria de Fátima SANTOS

Escritor internacionalmente reconhecido e autor de uma vasta obra literária, traduzida para várias línguas, Ferreira de Castro afirma-se também como jornalista, em periódicos de grande importância na época e neles publica muitas das suas «impressões» de viagens, além de outros artigos de preocupações humanitaristas. Mas é a sua faceta de cronista, repórter e jornalista que nos interessa para este pequeno estudo.

Como surge no escritor a ideia de publicar as suas impressões de viagem?

De regresso a Portugal, no final de 1919, o jovem Ferreira de Castro vai assistir ao lento agonizar da I República, às várias tentativas para o seu derrube, à instauração da ditadura militar em 28 de Maio de 1926, à progressiva afirmação de Salazar e à institucionalização do seu regime em 1933, com a aprovação por plebiscito, da nova Constituição.

A repressão que se faz sentir no país, durante este conturbado período, condiciona-lhe a publicação da peça de teatro *Sim, uma dúvida basta* e a proibição da sua representação no Teatro Nacional, levando Ferreira de Castro a optar pela publicação das suas narrativas de viagens.

«Mas já então eu vivia exclusivamente da minha pena. Tinha, pois, de trabalhar. E foi por essa exigência que escrevi, com desalento imenso, o meu primeiro livro de viagens, esses «Pequenos Mundos» que nunca pensara escrever quando os trilhava num sonho errante.»¹

É na conjuntura repressiva do «Estado Novo» que Ferreira de Castro inicia a publicação da obra referida (1937-38) e nela nos revela as impressões das suas viagens por Andorra em 1929, por Maiorca e pela República da Irlanda em 1930, pela Córsega em 1934, por Rodes e Malta em 1935.

Ao longo de toda a sua narrativa, Ferreira de Castro dá-nos a conhecer o percurso histórico desses «pequenos mundos» aos vários níveis – cultural, social, económico e político – consciencializa-nos para a existência dos vários nacionalismos emergentes, que mantêm estes pequenos territórios livres do domínio dos grandes estados europeus e dos seus conflitos, mas cujo passado é aceite como património indiscutível da velha civilização europeia.

Acreditamos que, tal como Anthony D. Smith defende², nesses «pequenos mundos», as culturas e tradições do passado foram reinterpretadas de acordo com as necessidades e perspectivas dos seus povos, daí advindo a independência de alguns deles face aos grandes

¹ In FERREIRA DE CASTRO, *Origem de “O Intervalo”, Os Fragmentos*, Volume X, p. 67, das Obras Completas, 18 volumes, Lisboa, Circulo de Leitores, 1986.

² SMITH, Anthony D., *Nações e Nacionalismos Numa Era Global*, Oeiras, Celta Editores, 1999, p.3 e ss..

Estados-Nação que sempre os tentaram dominar.

Nas suas viagens pelos «pequenos mundos» europeus – Andorra, Rodes, Malta, Maiorca, Córsega, Irlanda e Mônaco – Ferreira de Castro apresenta-nos um «Outro» europeu que, nalguns casos, pouco diverge do europeu português. Todos estes «pequenos mundos» têm em comum um exíguo território, a insularidade (quase todos), o constante isolamento, uma variedade de povos que por lá passaram, a pressão constante dos grandes estados que os dominaram ou dominam ainda, uma história que se perde no tempo.

Poderemos então integrar na Literatura de Viagens os *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, de Ferreira de Castro?

Segundo Fernando Cristóvão³, a Literatura de Viagens é limitada no tempo pelos séculos XV e XIX. Neste sentido, as «narrativas de viagens» de Ferreira de Castro não se inserem nesse subgénero literário, uma vez que excedem esse limite cronológico. Não cremos, no entanto, que pelo simples facto de serem textos escritos e publicados na década de trinta do século XX, devam ficar excluídos, pois os factores que contribuem para a exclusão das narrativas actuais, da Literatura de Viagens – o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, os mass media modernos (fotografia, vídeo, audio, televisão, internet) – não interferiram nos escritos de Ferreira de Castro. Os meios de comunicação utilizados pelo escritor, como o barco e o combóio, ou de registo de imagem, como a velha máquina fotográfica, estão longe de atingir a massificação das viagens turísticas actuais e a velocidade de transmissão de informações

³ CRISTOVÃO, Fernando, (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 183-218.

sobre os mais distantes lugares do Mundo. Se os episódios de viagens fictícias são hoje considerados como pertencentes à Literatura de Viagens, aceitamos correr o risco de aí integrar as narrativas de viagens de Ferreira de Castro.

«Viajeiro infatigável»⁴ e apaixonado pelas belezas do Mundo, Ferreira de Castro dedicou especial atenção aos pequenos estados europeus. Nem ele próprio consegue justificar essa admiração e disso nos dá conta no início de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*:

«Nem eu sei quando nasceu no meu espírito esta simpatia pelos povos minúsculos, pelas repúblicas em miniatura, por todos os que vivem isolados no nosso planeta. As pequenas ilhas, sobretudo, fascinam-me, porque permitem examinar melhor o homem entregue a si próprio, fechado sobre si mesmo e, simultaneamente, disperso no infinito, entre mar e céu – inconsciente até do labor psíquico por ele realizado ante o eterno limite. A nostalgia deve ter nascido numa ilha e só numa ilha se compreende, integralmente, o significado da distância.»⁵

Neste nosso trabalho procurámos analisar a perspectiva do escritor sobre o «Homem» que encontra ao longo das suas viagens, isto é, tentámos identificar o «outro» europeu na narrativa de Ferreira de Castro.

Encontrámos na obra do escritor, que serviu de base ao nosso pequeno estudo, uma preocupação constante com o seu semelhante, com os mais desprotegidos que, com o seu labor incansável, enriquecem

⁴ *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (org.), Mem-Martins, Publicações Europa América, volume III, p. 522.

⁵ In FERREIRA DE CASTRO, *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, volume XI, p.7, das Obras Completas, 18 volumes, Lisboa, Circulo de Leitores, 1986.

o mundo. Originário de um meio socialmente desfavorecido, emigra para o Brasil apenas com doze anos. A sua permanência na floresta amazónica proporciona-lhe um contacto profundo com a dura vida dos trabalhadores do seringal, contribui para o seu enriquecimento humano e cultural, torna-o defensor acérrimo de determinados valores morais, não o deixando indiferente perante os problemas de exclusão social, de miséria e de exploração que encontra nesses «pequenos mundos». Os seus livros de viagens são um verdadeiro documentário humano, reveladores de uma preocupação constante com os mais desfavorecidos, os que nada têm e, por isso, nada conhecem do Mundo. Em suma, é o seu olhar humanitarista sobre as gentes humildes e puras, isoladas e afastadas da Civilização, que procuraremos analisar.

«É, porém, nas gentes que vegetam entre cadeias de montanhas que encontramos o homem mais próximo do seu originário, o homem que reduziu o enigma da vida a uma simples crença e à árdua conquista do pão quotidiano. Página viva de antropologia, a sua atitude perante o Mundo de hoje dir-se-á igual à dos seus ancestrais perante o Mundo de ontem e de todos os dias que já se perderam no cinerário do tempo. Mas não. Agora e logo, neste raciocínio, naquela fala, no desenrolar de intentos e ambições, descobre-se a força da evolução que o vai penetrando, hoje um pouco, amanhã mais, num trabalho lento de pua furando granito. Às vezes, observando o fenómeno, parece-nos surpreender nele algo da personalidade remota de todos nós, como se uma antiquíssima reminiscência brilhasse, de súbito, no nosso espírito. Todos nós, um dia, teríamos sido assim. E surge, então, sobre a análise, como que um sentimento de pretérita fraternidade, que se projecta no

presente, abrindo-se em compreensão e em amor.»⁶

Acompanhemos o escritor nestas suas viagens.

Nos finais dos anos vinte, Ferreira de Castro encontra em **Andorra** uma comunidade pastoril e uma agricultura pobre, de subsistência, onde os ventos do desenvolvimento não chegaram – não há vias de comunicação, apenas uma estrada liga Andorra a Urgel – nem meios de transporte, nem uma economia organizada. Apesar de manterem uma certa autonomia e elegerem os seus órgãos regionais, – cada uma das seis comunas elege o Conselho Regional e mais quatro representantes para o Conselho Geral dos Vales (composto por vinte e quatro deputados) – apenas o chefe de família tem direito a voto. Só em 1933 foi instituído o sufrágio universal. Isolados pelas montanhas, os andorranos foram sempre motivo de disputas entre a França e a Espanha.

Segundo Anthony D. Smith, a incorporação das classes mais baixas e da mulher na vida política, é um dos factores que determinam o aparecimento das Nações e isso parece não acontecer na Andorra que Ferreira de Castro encontrou em 1929. Por outro lado, no Conselho Geral dos Vales, existem dois representantes dos co-príncipes (de França e de Espanha) que detêm o direito de veto sobre as decisões deste órgão. Não existe um corpo legislativo comum. Aplica-se, ainda, o direito consuetudinário, o que lhes dá uma extrema vulnerabilidade relativamente aos poderes dos co-príncipes.

«(...) a justiça andorrana, tão simples e elementar em muitos casos, [é] complexa como nenhuma outra, dada a confusão de costumes que se tornaram leis e de leis que são obrigadas a respeitar os costumes

⁶ Idem;

do antigo feudo (...)»⁷

Na história de Andorra, que Ferreira de Castro nos conta pormenorizadamente, encontramos alguns traços ou «atributos principais» que, segundo Anthony D. Smith, nos permitem considerá-la uma comunidade étnica – um nome colectivo, aceite e reconhecido por todos, um território específico, uma tradição comum e um sentido de solidariedade entre a população. E diz-nos Ferreira de Castro:

«O indivíduo tende à solidariedade colectiva (...). Como nas aldeias do Barroso, a instituição da «vezeira» também aqui existe: a maioria dos rebanhos são pastoreados em comum (...). Tão pouco desapareceram todos os velhos princípios da sociedade comunal. A cada junta de paróquia (...), compete mandar, todas as manhãs, a casa de velhos e inválidos, pão, sopa, leite e outros alimentos fornecidos pela população».⁸

A Idade Média perpetua-se no tempo, em Andorra – a economia agro-pastoril, as desigualdades sociais, o direito baseado no costume, os caminhos de terra batida, as mulas que puxam as «tartanas» (carruagens típicas), os cruzeiros que enfeitam as praças,⁹ os pequenos burgos com as suas casas «multisseculares»¹⁰ e pardacentas, os campos de centeio. O andorrano é um «montanhês esguio, seco, trigueiro e reservado».¹¹

Seguindo ainda Anthony Smith, muito tardiamente se terá aqui formado uma «identidade nacional» e Ferreira de Castro já não conheceu Andorra como Nação livre. A abolição da suserania dos dois co-príncipes

⁷ Op.cit., volume XI, p.48.

⁸ Op.cit., p. 49.

⁹ FERREIRA DE CASTRO, «Foto do mais antigo monumento de Andorra», in Revista *Civilização*, nº 20, de Fevereiro de 1930, p.19.

¹⁰ FERREIRA DE CASTRO, op.cit., p.25.

¹¹ Id., p.12.

só aconteceu em 1933, mas a sua dependência em relação à França e à Espanha prolongou-se até final do século XX. E é de forma nostálgica que o autor se despede deste pequeno recanto:

«Nada impressiona tanto, dado o rude contraste, como estroutra vida simples, elegíaca, do país minúsculo que, em pleno século XX, parece orientar-se pelo ritmo das velhas flautas de pastores, na solidão das montanhas...»¹²

Em **Maiorca**, Ferreira de Castro vai encontrar diferenças marcantes entre os habitantes do litoral e os do interior, continuando estes a viver da agricultura e da pastorícia e não passando despercebida aos olhos do nosso visitante a sua acentuada miséria e pobreza social.

O espírito religioso vai mantê-los unidos perante situações adversas com que são confrontados em diferentes épocas. No entanto, este factor não terá contribuído para a sua constituição como Nação, pois continuam dependentes do Estado espanhol.

Segundo Ferreira de Castro, os maiorquinos vivem isolados e desconhecem a situação que se vive na Europa, na década de trinta.

Apesar de existir alguma indústria em Palma e apesar de alguma inquietação social, Ferreira de Castro apercebe-se da inexistência de uma consciência de classe entre os operários, explorados e espoliados dos seus mais elementares direitos enquanto seres humanos. A preocupação com a exploração de uma maioria, por uma minoria social e economicamente dominante, está bem presente nas palavras do escritor:

«Para o êxito das doutrinas de justiça social contribuía e contribui, enormemente, o baixo nível económico da maioria da população. (...) as grandes extensões de terra, os grandes olivais, as grandes pastagens,

¹² Id., p.52.

pertencem apenas a alguns privilegiados magnates. O homem pobre, como já vimos, arroteia, num esforço perene, as montanhas, cria campos de cultura entre as próprias rochas, transportando para lá a terra que falta; não abandona, onde quer que se encontre, metro de solo que possa dar pão. Apesar disso, a miséria não emigra destas pitorescas, ridentes e umbrosas aldeias de Maiorca.

(...) no interior da ilha, as privações, são, então, acrescidas – (...) são poucos ainda os que parece terem consciência da sua situação. (...). A maioria está, por enquanto, resignada ao áspero destino (...). O espírito de rebelião é quase exclusivo dos pobres bairros de Palma.»¹³

Na **Irlanda**, Ferreira de Castro vai encontrar uma comunidade étnica que na sua maioria se unirá em torno de um objectivo – resistir ao inimigo protestante inglês. O espírito independentista deste povo manifesta-se ao longo de toda a sua história.

«Toda a biografia da ilha é uma intérmina lista de insurreições, de levantamentos, porque os homens e as mulheres insulares amaram sempre, de modo fanático, a independência da sua terra e da sua fé.»¹⁴

A sua história começa com a entrada do cristianismo, no séc. IV, quando aí chegam os primeiros cristãos. Em tudo o resto, a Irlanda se assemelha aos outros «pequenos mundos» aqui apresentados. Várias vezes comparados aos portugueses, os irlandeses são-nos apresentados como um povo pobre, inculto, rural, expropriado na sua própria terra, mas que resiste sempre ao domínio do invasor/conquistador. O factor religioso será determinante.

¹³ Id., pp.152-153.

¹⁴ Op.cit., Volume XII, p.156.

Segundo Anthony Smith, foi um «nacionalismo religioso» que levou à constituição da Irlanda como nação moderna. Os irlandeses fazem parte de uma comunidade étnica com identidade, com cultura histórica, que ajudou a unir classes sociais diferentes em torno de um objectivo comum à maioria – a independência da Irlanda em relação à Inglaterra. Hoje, a Irlanda é um Estado-Nação, entre os quinze que compõem a União Europeia.

Ocupada ao longo da História por diversos povos, Ferreira de Castro encontra, na **Córsega**, um europeu hospitaleiro, desinteressado, sem sentido de especulação. O que vive junto ao mar é menos taciturno e recebe influências dos que por ali vão passando. A «vendetta» permanece na ilha como tradição secular e serve para salvar a honra aos ofendidos. Falam um dialecto nativo, mas ouve-se por toda a ilha o francês e o italiano.

Uma vez mais, Ferreira de Castro encontra um povo pobre e uma economia agro-pastoril completamente isolados entre si e do Mundo.

«Os corsos não se conhecem sequer entre si; os da beira-mar ignoram os do centro da ilha (...); mas os do centro (...) fixam-se nas rocas das montanhas como líquenes. (...) todos eles vivem incrustados nas serranias.»¹⁵

Até no culto dos mortos Ferreira de Castro identifica este isolamento. Não existem cemitérios comuns, mas túmulos espalhados pelos montes.

«O sangue corso é uma mistura de muitos sangues e a raça, resíduo de muitas raças. O corso (...) tem o fatalismo do árabe, o sentimento de igualdade e liberdade do berbere, a diplomacia do italiano e a dignidade do espanhol!»¹⁶

¹⁵ Op.cit., Volume XI, p.173.

¹⁶ Id., p.147.

O corso é um emigrante que parte para França, Marrocos e América. Tal como Ferreira de Castro, também este povo procura longe da Pátria uma vida mais digna.

Existe na Córsega uma unidade cultural, memórias partilhadas sobre acontecimentos históricos do passado? Então, porque não é a Córsega um Estado-Nação?

Ferreira de Castro constata que a consciência desta comunidade parece emergir apenas quando são confrontados com situações hostis, que põem em causa a sua sobrevivência. Não existe um Estado nem um corpo de leis que cristalize à sua volta a maioria dos corsos. Não existe, certamente, uma ideia clara, um sentimento de pertença em relação a uma certa comunidade. Não há uma economia aberta, comum, mas uma economia de subsistência, «regional». A falta de conjugação destes factores ou mesmo a sua ausência não a levam a transformar-se num Estado-Nação. A Córsega permanece, ainda hoje, como parte integrante da República francesa.

Rodes mantém-se, ainda hoje, integrada na Grécia. Ferreira de Castro vê nesta ilha um «(...) consórcio do Oriente com o Ocidente, uma aliança de civilizações que se entrelaçam nos motivos arquitectónicos e nas características dos seres e das coisas.»¹⁷ Aqui, encontrou uma dialéctica perfeita entre diversas culturas – italiana, grega, turca, judaica – e onde o camponês das «(...) aldeias onde se cava a terra (e) conquista o pão de cada dia, duramente, como em toda a parte.»¹⁸ coabita com o «mercadejar» dos que vivem no litoral.

¹⁷ Id., p.55.

¹⁸ Id., p.70.

Durante as décadas de vinte e de trinta, a ilha foi ocupada pelos fascistas italianos, mas os costumes, o modo de vida dos rodios vão sobrevivendo aos invasores / opressores. Em Rodes, permanecem os vestígios dos povos antigos que por ali passaram – turcos, egípcios, fenícios, gregos, romanos, árabes. A comunidade grega dedica-se ao trabalho da terra, praticando uma agricultura de subsistência ou desfrutando a produção dos seus olivais e pomares de laranjeiras. Outros dedicam-se ao artesanato. A diferenciação social é acentuada. Os banqueiros de Rodes, essencialmente judeus, terão colaborado com os fascistas italianos. Gregos e muçulmanos sempre se opuseram à sua presença e são acusados de terem impedido os italianos de desenvolverem a ilha. Ao pobre camponês do interior opõe-se, em poder económico, a burguesia do litoral.

Será que o facto de não existirem interesses comuns por parte da população, dada a sua multiplicidade étnica e cultural, foi impeditivo da constituição de uma nação Moderna? Será que Ferreira de Castro não vislumbrou existir na pequena ilha aquilo a que chamamos «memória colectiva»?

Ao contrário do que acontece em Rodes, Ferreira de Castro parece ter descoberto em **Malta** essa «memória colectiva», quando nos fala do culto e do amor dos malteses pela sua Pátria e pelas suas tradições.

«Mas nem o tempo nem a glória de pertencerem a um país tão poderoso como é a Grã-Bretanha diminuíram, de forma alguma, o grande amor que os Malteses sempre demonstraram pela sua pátria e o culto das antigas tradições da ilha.»¹⁹

¹⁹ Id., pp.110-111.

Por vezes, a modernidade fez esquecer algumas dessas tradições. Mas, de uma forma geral, a tradição terá sido um dos elementos gregários que a ajudaram a tornar-se num Estado – Nação, livre e independente da poderosa Inglaterra.

«Antigamente, entre os usos da burguesia maltesa, um existia cheio de pitoresco e de significado. Nesta rua, como nas dos demais burgos, os habitantes eram obrigados a manifestar, publicamente, uma vez por ano, o conceito que faziam uns dos outros. Assim, na noite de Ano Novo, cada um espalhava à porta do vizinho, consoante as qualidades que lhe reconhecia ou o desprezo que votava à sua conduta, cal ou carvão. (...) Hoje, a rua, com seu ar de majestosa modernidade, varridinha mal amanhece, sublevar-se-ia contra esse bárbaro costume. Em La Valletta, como em todo o mundo, o que é regional vai cedendo lugar ao que é universal. As pedras ficam e os costumes passam. Mas, logo que chegamos ao forte de Santelmo, o espectáculo varia e o antigo ressuscita.»²⁰

A presença britânica não apagou essa memória, o desenvolvimento não chegou e a ilha continua a ser um formigueiro «(...) de gente pobre, malteses e sicilianos (...)».²¹

Mais uma vez, o «regionalismo» de que Anthony D. Smith nos fala se manifesta através de uma agricultura de subsistência. A língua maltesa (derivada do fenício, segundo uns, ou do árabe, segundo outros) contribuiu, certamente, para a formação de uma «memória colectiva» que resiste à imposição do inglês.

Ter-se-á feito a socialização política das massas? Se se fez, de

²⁰ Id., p.120.

²¹ Id., p.86.

quem foi o papel principal? Não terá sido da nação dominadora?

Não quisemos deixar de analisar a perspectiva de Ferreira de Castro relativamente aos povos dos Estados–Nação mais ricos e desenvolvidos do Mundo. Seleccionámos a sua narrativa da viagem aos **Estados Unidos da América**.

Ferreira de Castro não ignora os sinais de desenvolvimento das cidades americanas – a limpeza, os arranha-céus, as vias e os meios de comunicação, do automóvel ao comboio rápido, os *drugstores*, os restaurantes, os parques, as universidades, etc.

«Aqui não há legiões de leprosos nas ruas ...»,²² como as que encontrou na sua viagem pelo Oriente. No entanto, a sua memória não esquece os trabalhadores que, nos campos americanos, «...vivem impressionantemente mal instalados...»,²³ ou os contrastes sociais que encontra nas várias deambulações pelos parques das cidades, como em S. Francisco, «... os ricos que vêm fazer a digestão, os pobres que vêm cismar sobre o seu destino nos bancos das alamedas.»²⁴ Também não esquece a comunidade de cerca de vinte e cinco portugueses que vive em Oakland, na Califórnia.

«Na maioria, estas famílias são de modestas condições económicas e vivem do trabalho dos seus membros.»²⁵ e descobre «...o mesmo violento contraste entre o nível de vida dos grandes senhores da terra e o dos que a terra amanham. Existem casotas que parecem de velho e improvisado acampamento, com tábuas já podres, um tecto a

²² Op.cit., Volume XV, p.216.

²³ Id., p.217.

²⁴ Id., p.224.

²⁵ Id., pp.227.

desfazer-se e, sob o tecto, as tarimbas dos agricultores.»²⁶

Apesar de tudo isto, não deixa de referir o fosso abissal que separa o Ocidente do Oriente, no que se refere ao tratamento entre o poderoso e o que nada tem.

«Também aqui já não se encontra essa humildade do velho servo perante o amo indiferente, caprichoso ou arrogante, essa atitude de animal batido ante o senhor todo-poderoso».²⁷

Ferreira de Castro não esquece a situação do Índio americano, quase exterminado pelo descendente do colonizador europeu:

«E, assim, esses povos que, ainda muitos anos depois da descoberta da América, formavam a maioria populacional e representavam uma força, encontram-se reduzidos, hoje, a pequenos núcleos e aproveitados, sobretudo, como elementos de estudo etnográfico e de contemplação turística.»²⁸

No Texas, não fica insensível à pobreza das pequenas casas, « (...) quase todas de madeira e de zinco, mesmo barracas miseráveis, como em muitos países da Europa.» e conclui que «A outra América, a do progresso, a do conforto, não chegou ainda aqui.»²⁹

Mas se, por um lado, Ferreira de Castro não se alheia das misérias humanas que vai encontrando, também regista os sinais de progresso, como o automóvel ou as possantes máquinas agrícolas. Sublinha, também, a face multicultural e multirracial deste país.

Quando descreve Chicago, recorda as lutas operárias, do século

²⁶ Id., p.229.

²⁷ Id., p.231.

²⁸ Id., p.253.

²⁹ Id., p.255.

XIX, o Congresso de 1 de Maio de 1886, a bomba que explode, a intervenção da polícia, a prisão e condenação à morte de alguns operários. E conclui que «As ideias anarquistas estavam, então, muito em voga. Grande percentagem, se não a maioria do proletariado universal tendia para o anarquismo (...)»³⁰

No Rockefeller Center, em Nova Iorque, Ferreira de Castro encontra um verdadeiro hino ao trabalho, nas pinturas murais de José Maria Sert e de Frank Brangwyn: «(...) o trabalho, o progresso, o fim da escravatura, a condenação da guerra (...). De novo o trabalho, a cultura da terra, os maquinismos – a luta pelo pão de cada dia exposta nas paredes.»³¹

Mais adiante, a alusão aos ricos de Park Avenue: «(...) eles e elas representando os parasitas do povo americano.»³² que contrastam com «Um homem (...) à nossa frente e pede-nos, quase nos intimida, a dar-lhe dinheiro para comer.»³³

Nova Iorque impressiona-o « (...) pelos tão rudes contrastes que oferece num curto espaço.»³⁴

A luta de classes está sempre presente até num cartaz, afixado à porta de um grande armazém, onde Ferreira de Castro lê:

«Pedimos ao público que não compre coisa alguma neste armazém, pois a sua empresa despediu, injustamente, alguns camaradas nossos.»³⁵

A narrativa da viagem aos Estados Unidos da América é uma verdadeira lição sobre a condição humana e a felicidade do homem,

³⁰ Id., p.263.

³¹ Id., p.280.

³² Id., p.285.

³³ Id., p.287.

³⁴ Id., p.288.

³⁵ Id., p.289.

esse bem inatingível para a grande maioria da população, de qualquer parte do Mundo.

Encontramos em Ferreira de Castro um indescritível gosto pelas viagens, que tenta transmitir através das obras *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, *A Volta ao Mundo*, ou nos vários artigos publicados em diversos periódicos. Também aí, Ferreira de Castro consegue exteriorizar as múltiplas sensações que as viagens lhe despertam.

«Deixar que os nervos vibrem sob o azul do céu do ocidente ou sob o escarlate do firmamento oriental (...). Admirar, compreender que o mundo é pequeno, sentir-se livre, deixar-se vagar, num longo sonho errante, numa inquietude de todas as horas, numa curiosidade de todos os momentos. Isso é viajar, isso é a aspiração do homem, o anelo das almas.»³⁶

É assim toda a primeira parte do artigo, em que Ferreira de Castro se perde em descrições poéticas do seu sentir. Mas, de repente, o escritor pára para reflectir. A sua perspectiva humanitarista e as suas convicções políticas lembram-lhe que viajar é privilégio de uma reduzida minoria.

«Todavia, poucos homens o podem fazer. A terra é pequena, e contudo para a maioria da humanidade, ela é tão grande como o próprio universo. (...) é a sociedade e não a vida que se tornou inimiga do homem.

Viajar é um prazer apenas reservado aos poderosos, aos ricos, como reservados lhes são todos os prazeres que o mundo encerra. (...)

Viajar é um privilégio do ouro – e aqueles que dele não beneficiam e que são, ao cabo e ao fim, os que constituem a verdadeira humanidade,

³⁶ FERREIRA DE CASTRO, “Do sortilégio da distância ao encanto de viajar”, Revista *Renovação*, Lisboa, Nº 3, 1 de Agosto de 1925, p. 42.

encontram-se aos quatro palmos de terra onde vertem seu suor, essa terra que mais tarde se abrirá para lhes receber os tristes despojos. (...)

O mundo está-lhes vedado: - em cada ângulo de terra elevam-se altas muralhas intransponíveis, invioláveis.

E dir-se-á que o próprio firmamento se reduz, se empequenece, até se transformar numa redoma, que há-de servir de cárcere ao homem (...).

A Humanidade está presa, chumbada ao seu poste, crucificada ao madeiro das suas necessidades mais prosaicas, algemada, ante seus algozes que tripudiam sobre o mundo, que se apossaram do mundo, que fizeram dos prazeres da vida um vasto monopólio.»³⁷

Idêntico sentir lhe encontramos, quando descreve a cidade de Madrid que se moderniza e já não tem, quando a visita, «esse monótono e negro aspecto das cidades ibéricas»³⁸ e onde consegue vislumbrar um «movimento de Civilização».³⁹

Todas as narrativas de viagens são profusamente ilustradas, com as imagens captadas pela sua máquina fotográfica. É exemplo disso a reportagem sobre o Vale do Vouga, região onde o jovem escritor descobre encantadores recantos.⁴⁰

Para concluir, diremos que Ferreira de Castro foi um homem sensível à condição de precaridade em que vive o seu semelhante. Nunca indiferente ao Progresso, que considera, cremos, condição essencial para a libertação da humanidade, o escritor considera o trabalho um meio

³⁷ Id., p.43.

³⁸ Id., Nº16, 15 de Fevereiro de 1926, p.3.

³⁹ Id.p.3.

⁴⁰ FERREIRA DE CASTRO, “O que vale a pena ver. A linha do Vale do Vouga”, revista *Civilização*, Nº 5, Novembro de 1928, pp.33-40.

digno de criar riqueza, mas essa riqueza não pode continuar a ser utilizada apenas por uma pequena minoria, que disfruta dos prazeres da vida – habitação e alimentação condignas, festas, férias e viagens.

Ao longo destas narrativas, não deixam de estar presentes valores morais como a solidariedade, a justiça, a igualdade e a liberdade. O escritor não ignora a miséria, a pobreza social, o isolamento, a resignação, o homem simples, pobre, quase sempre analfabeto, em constante comunhão com a Natureza, pouco consciente dos seus direitos enquanto ser humano.

Ferreira de Castro acredita num Mundo mais justo, mais solidário, onde o homem seja livre, porque deixa de ser explorado. O escritor deixa nas suas narrativas de viagens, o velho sonho do menino que se perpetuou no homem.



Fontes:

- FERREIRA DE CASTRO, José Maria, *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, in Obras Completas de Ferreira de Castro, 18 volumes, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1986, volumes XI e XII
- Idem, *A volta ao Mundo*, in Obras Completas de Ferreira de Castro, 18 volumes, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1986, Volume XV, pp.215-305
- Idem, “Do sortilégio da distância ao encanto de viajar”, in Revista *Renovação*, Lisboa, nº 3, 1 de Agosto de 1925, pp. 42-43
- Idem, “O que vale a pena ver. A linha do Vale do Vouga”, in Revista *Civilização*, Lisboa, nº 5, Novembro de 1928, p.3

Bibliografia:

- ALVES, Ricardo António, *Anarquismo e Neo-Realismo. Ferreira de Castro nas encruzilhadas do Século*, Lisboa, Âncora Ed. 2002
- BRASIL, Jaime, *Ferreira de Castro*, in Obras Completas de Ferreira de Castro, 18 volumes, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1985, I vol., pp. 7-50
- CRISTÓVÃO, Fernando, *Condicionantes culturais da literatura de Viagens. Estudos e bibliografias*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999
- FALCÃO, Ana M. e outros, *Literatura de viagem narrativa, história, mito*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1997
- LISBOA, Eugénio (coord. de), *Dicionário cronológico de autores Portugueses*, Vol. III, Mem-Martins, Public. Europa/América, 1994
- ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1978, 10ª edição
- SCHULZE, Hagen, *Estado e Nação na história da Europa*, Lisboa, Ed. Presença, 1997
- SMITH, Anthony D., *A identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva – Publicações Lda., 1997
- Idem, *The Ethnic origins of nations*, Oxford, Blackwell, 1989
- Idem, *Nações e nacionalismos numa era global*, Oeiras, Celta Editora, 1999

ARQUIVO

De Oliveira de Azémeis a Vale de Cambra

Ferreira de CASTRO

A **estrada*, muito bela na maior parte do seu trajecto, sai da pequena praça triangular, fronteira à Câmara Municipal de O. de Azémeis, onde liga com a n.º 10-1.ª, de Lisboa ao Porto; corta a praça maior, toda galante e airosa, com o seu ajardinamento novo, e mete à longa rua que termina no velho Teatro Oliveirense. Os prédios começam a rarear. Atravessamos *Cidacos*, «lugar honrado», afirmava-se num livro de inquirições do tempo de D. Dinis... A vila finda. Vê-se já, em frente, o dorso das primeiras serranias. As árvores, sobretudo o pinheiro, serão, por toda a parte, os infintos espectadores da viagem. Descemos aos lacetes. À direita, abre-se um formoso **vale*, cheio de vegetação. É Vilar e as encostas de Macinhata da Seixa. As serras com seu arvoredado e verdes socalcos, formam um cenário empolgante. À esq., vê-se uma

minúscula construção circular: ela alimenta de água o monte de La Salette que nos está sobranceiro, esforço e orgulho dos oliveirenses, que venceram, tornando-o viridente, o morro outrora bravo e sedento. Daqui em diante, a estrada, curva sobre curva, adquire a sua maior beleza, uma beleza lírica, íntima, cheia de recantos idílicos, pois carvalhos, sobreiros e pinheiros lutam em competência ornamental. Estamos já no condado do (1,5 Km) *Covo*, com sua mata comprida de quilómetros, que desce as declividades desta encosta, refresca as raízes no riozito que passa lá ao fundo e, depois, subindo, cobre toda a serra de em frente, vence os seus cumes e espalha-se, ainda, para a outra banda.

Termina o túnel de folhagem e, numa volta, dominando a estr., ergue-se um aglomerado de edifícios – um casarão, uma capela, outras dependências, tudo com ar vetusto e um certo abandono poético. São as moradias dos condes do Covo, «senhores de honra de Cesár e Gaiate», aos quais Camilo se refere num dos seus livros. Não há nenhum primor arquitectónico, nenhuma obra de arte à vista; mas a paisagem, emoldurada em colinas, mostra uma austera beleza. Por detrás destas edificações do Covo encontra-se a primeira fábrica de vidros que houve em Portugal.

Já existia aqui no séc. XV e quando, mais tarde, surgiu uma fábrica concorrente no sul do País, o rei concedeu à do Covo o exclusivo da venda de objectos de vidro, desde o Mondego ao Minho. No séc. XVI, D. Sebastião dava novo privilégio. Em benefício do industrial do Covo ninguém podia assentar outra fábrica desde a vila de Coruche à fronteira com a Galiza; caso contrário, o forno ilegal seria destruído e o seu proprietário indemnizaria o fabricante do Covo com 200 cruzados. Se o consumo fosse inferior à produção,

a fábrica podia deixar de laborar um ou dois anos; mas devia ter reservas para, durante esse período, abastecer o mercado.

A existência desta fábrica em sítio ainda hoje quase despovoado, justificava-se, talvez, pela abundância de lenha e argila própria no local e, ainda, por se encontrar facilmente quartzo a 2 Km apenas de distância, na aldeia de Vermoim, que iremos atravessar.

Agora, a estr. corre entre oliveiras e sobreiros, ladeia alguns campos, passa defronte de pobres casebres perdidos na solidão e, além, galga o pequeno rio Insua, murmurante de amieiros. Começa a subida da mata. Na Primavera, os medronheiros em flor espreitam os transeuntes e o verde tenro do carvalhido contrasta com o verdor escuro do enorme pinhal. Quase ao fim da ingremidade, à esq., uma E. M. dá acesso a Pinhão, lugar lavado de sol, que vive sobre um cocoruto, aqui pertinho. A vegetação prossegue vigorosa: à beira da estr., carvalhos vestidos de líquenes; nas encostas, os pinheiros cobrem todas as dobras do terreno. Cerra-se mais o horizonte.

Continuando, porém, a subir, em breve se atinge o dorso da serra, fim do condado e princípio da freg. de Ossela. Desce-se, agora. Dum lado e de outro ostenta-se o casario da ald. de *Vermoim*.

A terra humilde e bela começa a ter história. *Ossela*, segundo Pinho Leal, é um dos mais antigos povoados do País. Já acendia o seu lume antes da fundação de Portugal. Já era paróquia no tempo dos Godos. Teve o seu crasto e viu travarem-se, nos seus vales, ásperas batalhas. Uma, de Lusitanos contra Romanos, tão dura teria sido, afirmam vários cronistas, que as veigas e encostas ficaram cheias de cadáveres, mais tarde de esqueletos expostos ao sol, tantos, tantos, que a esse ossuário descoberto deveria Ossela o seu

nome. Querem ainda outros pesquisadores que a freguesia de agora fosse, outrora, uma cidade, Ossa chamada, que os gregos fundaram em 1304 a. C. Posteriormente, no séc X da nossa era, Ordonho II, rei de Leão, doava o padroado de S. Pelágio de Ossela ao mosteiro de Castromide. Rija batalha se teria realizado aqui pouco depois, isto é, no ano 996, quando reinava D. Bermudo II, o Gotoso. Dum lado, os Mouros, capitaneados pelo grande Almançor; do outro, os Cristãos, fortes nesta mesma aldeia de Vermoim que atravessamos agora e chefiados pelo progenitor dos condes da Feira, D. Froilaz Vermuiz, que ao lugar teria deixado o seu próprio nome. Claro, tão longa jornada no tempo não a pode fazer, incólume, a verdade; ela tem de chegar até nós, fatalmente como toda a verdade histórica velha de séculos, com mutilações e deformações, inchada dum banda e mirrada da outra. De tão vasto passado além das sepulturas dum crasto, pouco mais existe que se saiba. A maioria dos actuais habitantes ignora mesmo o que a sua freguesia foi outrora. Gente boa e simples, que se levanta com o sol-nado e se deita com o sol posto, ela trocou as armas guerreiras dos antepassados pela enxada com que amanhã, infatigavelmente, a terra nativa.

A estrada salta um ribeiro, um velho chafariz mais além e principia a subir de novo, pinhal em fora. Lá em cima, alguns casebres entre o arvoredado. É Sobradelo. Outra curva, em ascensão, logo duas casas e um ramal à direita. Este braço da estrada dá para *Santo António de Ossela*, a 1 km de distância, por uma galeria de pinheiros.

Santo António é o centro oficial da freguesia: ali está a escola, a igreja e o cemitério. Neste repousa a malograda escritora Diana de Liz, nascida em Évora, que morreu na juventude, autora dos livros «Pedras falsas» e « Memórias dum mulher da época», publicados postumamente. O sítio, mui romântico, espairose num promontório que domina o vale. Uma avenida de fílias desce para a velha capela de Santo António, donde se vislumbram as terras do

Caima, as casitas dispersas na encosta fronteira e, lá em cima, na serra da Felgueira, o templo branco da Senhora da Saúde, afamado desde as regiões da beira-mar às montanhas de Arouca. É aqui, no pinhal à direita da capela de Santo António, que começa o nosso romance «*Emigrantes*».

Voltando à estr. deixada há pouco, entramos no lugar dos *Salgueiros*. Dele se obtém o melhor panorama do vale de Ossela. Foi nesta longa bacia, que a serra de Felgueira fecha, como uma muralha imponente, que se teriam realizado algumas das batalhas a que já nos referimos. Foi nela, também, que se encontrou, trazida de Cambra, uma lápide romana, cuja inscrição Faria e Sousa traduz, assim, na sua «Europa Portuguesa»: «*As*



Carlos Alberto Castro

O vale de Ossela, visto dos Salgueiros

coortes e companhias da legião décima, chamada fretense, que se alojavam e presidiam em Vouga, Ossela, Lanco, Cale e Émínium oferecem espectáculos e jogos de gladiadores ao imperador César, Divo Augusto, contado no número dos deuses: e estas cidades da Lusitânia fizeram o dispêndio e diversas hecatombes».

Cortado pelo rio Caima, debruado de amieiros e de salgueiros, o *Vale de Ossela* é uma série de rincões edénicos, onde a Natureza veste as suas melhores galas, despretensiosamente, como se o fizesse por simples hábito... Torna-se, porém, necessário trilhar ínvios caminhos para surpreender todo o encanto da terra doce, que parece contemplar-nos

com uma meiguice sonhadora, numa ternura que não se esquece.

Lá no fundo do vale, já nas faldas da serra, divisa-se «a igreja velha», o Mosteiro, presumível lugar, outrora, de anacoretas contemplativos. O velho templo, levantado sobre as ruínas de outro, carece de valor artístico; mas numa das paredes mostra curiosa lápide fúnebre: *João L. C.º Buel, cavaleiro, instituiu capela nesta igreja onde tinha seu muimento levantado na era de 1410. Por não bastarem os bens que dele ficaram, se dizem somente 220 missas...*

Deixando a parte sobranceira ao Vale de Ossela, a estr. apresenta, entre grandes sobreiros, um dos seus mais lindos trechos, que finda no pontão onde, a 7,5 km de Oliveira de Azeméis, a Junta Autónoma das Estradas colocou uma placa com o nome de «Rio Salgueiros». Não merece tão pomposo título, nem muito menos, o humílimo fio de água que passa, marulhando de pedra em pedra, dia e noite, sob a ponte; mas o sítio é belo, austero duma parte, suavemente melancólico da outra, e propício à meditação.

Agora, nova subida, novas curvas; pinhal, apenas pinhal, o menos interessante da viagem. Ao cimo da encosta, termina o conc. de Oliveira de Azeméis e começa o de Vale de Cambra. Em frente, está o lugar das (8,5 km) *Baralhas*; à esquerda, um ramal da estrada para a aldeia das Cavadas; à direita sinuosa vereda.

Por esse carreiro, mau grado a sua rudeza, deve seguir, preferivelmente acompanhado por alguém das Baralhas, quem quiser pôr-se em contacto com o passado desta região, pois foi no monte próximo que existiu o *crasto de Ossela*. Entre pinheiros e bravos penedais anda-se algumas centenas de metros. Na colina, antigamente cheia de lares, de muralhas e de armas bélicas, há agora, apenas pinheiros, tojo e soledade. Olha-se para as rochas,

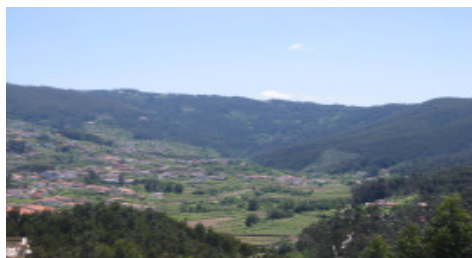
tão trilhadas outrora, em busca duma pegada impossível, e só se vêem indolentes sardões expondo ao sol os seus verdes e os seus oiros. Mas este próprio abandono, este próprio silêncio da terra de onde a vida humana desaparece, torna mais sugestiva, mais profunda, a áspera paisagem. Chega-se, enfim, ao topo do outeiro. Há lá uma ermida, debaixo da qual o povo crê existirem fantásticos tesouros, e um pequeno adro. Há isto e o mesmo silêncio de há pouco, a mesma solidão. Em baixo, corre o Caima, entre escuros fragedos.

[O Museu Mun. do Porto mandou fazer escavações neste cerro, em 1908. As picaretas trabalharam dias seguidos, sob os olhos do poviléu que acudia em massa, julgando tratar-se de busca de fabulosos tesouros. Anos antes, nas Baralhas, aqui perto, um sapateiro encontrara, ao abrir os alicerces para um muro, 16 manilhas de oiro, trabalho pré-romano, que lhe valeram uma pequena fortuna e deram brado entre os arqueólogos. O crasto de Ossela reservava, porém, surpresas de outra ordem. Levantadas as primeiras camadas de terra, em breve se mostravam, aos olhos dos escavadores, vários sepulturas feitas de lajes, numa das quais se ostentava, ainda, um crânio. Mais fundo, havia ruínas de edifícios antiquíssimos e, ainda mais abaixo, vestígios de muralhas mais remotas ainda. Moedas de outrora, romanas e lusitanas, fragmentos de cerâmicas de várias épocas, fíbulas, pedaços de vidro e bronze, outros destroços jaziam na terra. Pelo que se descobriu, conclui-se que o morro era estação pré-romana. Quando fortificado, devia ter tido duas ou três ordens de muralhas e, dentro, as casas dos habitantes. Mais tarde, os Romanos apossaram-se da colina. «Efectuada a conquista – diz Rocha Peixoto, então conservador do Museu Municipal do Porto, que ordenou as pesquisas – sobrevivera a residência, como o comprovam alguns restos de loiça do tipo de Arezzo; e, porventura, dilatou-se por muito tempo, extinguiu-se numa época histórica já adiantada e, finalmente, transmudou-se numa vasta necrópole cristã, a seu turno também apagada da memória dos homens». Depois destas escavações, a terra, que não foi toda explorada, voltou a fechar-se, e assim se encontra, raza sobre as suas velhas lajes, até que um dia outras picaretas venham procurar, nos declives do morro,

o mais que ele guarda ainda no seu silêncio e neste abandono a que a branca ermida parece fazer sentinela].

De regresso à estrada, vê-se, logo adiante das Baralhas, um panorama surpreendente. É o ****vale de Cambra**. Quase ignorado até há pouco, a sua beleza ganha, dia a dia, maior renome.

Cercado de montanhas de formas extravagantes, não é fácil descortinar em Portugal outro mais grandioso e espectacular. Quase não tem planos. A vista desce para a imensa cavidade



Carlos Alberto Castro

onde refulgem o Caima e o O vale de Vale de Cambra, visto das Barralhas Vigues; erra entre os campos agricultados e, depois, encontra, lá longe, o contraforte das serranias, onde branquejam dispersas aldeias, humildes casitas. A terra é verde e o céu é azul; é tudo verde a azul com raras pintas brancas do casaredo, que mais do que moradias dos homens parecem janelas da própria paisagem. Ao crepúsculo, porém, o enorme vale sofre metamorfose, torna-se polícromo – e as suas cores separam-se aqui, muito nítidas, e dissolvem-se e confundem-se além, num encanto visual indescritível. Nas noites de luar, quando o grande balão de oiro surge na lomba das montanhas, o vale enche-se de magia, dum sortilégio que paira desde os píncaros longínquos às águas sussurrantes do Caima.

O espectáculo imponente pode-se contemplar da estr., onde existe um miradoiro próprio. E pode sê-lo também da *Quinta da Bela Vista*, proeminência onde um homem de bom gosto, o sr. António

Tavares da Fonseca, funcionário público no Porto, mandou edificar uma casa cujas portas se abrem, gentilmente, aos forasteiros que desejem admirar dos seus terraços, erguidos em sítio eleito, este panorama excelso.

A estrada desce, depois faz algumas curvas e entra em *Pinheiro Manso*, burgo mui asseado e muito branco, já com seus ares de urbanismo e de modernidade. Estamos no mundo da manteiga, na região de lacticínios mais importante de Portugal. O leite vem quase todo das serras, como as águas que irrigam o vale, e, transformado aqui, corre o País inteiro.

Em Pinheiro Manso pode-se tomar, à dir., o ramal de estrada que vai para (2 km, SE.) Castelões e Senhora da Saúde.

Atravessa-se *Coelhosa*, com a sua capela, suas residências silenciosas, mui diferentes das que existem nas outras aldeias da região; cortam-se vários campos do vale, passa-se cerca da junção do Vigues e do Caima, sítio pitoresco, *Entre-Pontes* chamado, e, finalmente, atinge-se *Castelões*. Velha freguesia, com algumas vetustas moradias, o seu cemitério e a sua igreja (constr. em 1899), postos em sítio airoso, dão uma sugestão romântica, melancólica embora, a quem arriba. Mas não é a ideia da morte que nos sai ao caminho e sim uma ideia de comunhão ilimitada e eterna com a Natureza bela que nos cerca, com o sol que prateia as vinhas e os pinhais, os jardins e as vertentes. Estamos já ao pé da serra de Castelões, que se levanta por detrás da freguesia e fecha o majestoso Vale de Cambra. No pico da serra, a 763 m de alt., ergue-se a *Senhora da Saúde*, ermida até há pouco, recentemente templo maior, acompanhado por um albergue. Para a festa que em sua honra se celebra todos os anos, começam a passar aqui, na madrugada de 14 de Agosto, verdadeiras multidões. Vem gente da beira-mar, a muitas léguas de lonjura, vem gente de todos os concelhos próximos, das montanhas vizinhas e das montanhas

distantes – e até das bandas do Porto e de Coimbra. Desde as regiões vareiras às regiões de Arouca, não há estrada nem sinuoso atalho onde neste dia não se projecte a sombra dos romeiros a caminho da Senhora da Saúde. Empregam todos os veículos: a tartana remota, que se julga tirada de museu, a diligência de há trinta anos, carroças, tipóias, carros de bois engalanados, camionetas e automóveis. A maioria vai a pé nu – que a festa nasceu humilde como a ermida primitiva e é, sobretudo, para gente de pé descalço. Lá vão elas com os pés grandes sobre o pó dos caminhos, a saia nova a bater-lhes na barriga das pernas; nas orelhas as arrecadas e, sobre a cabeça, um cesto com o farnel. Ao lado, vão eles. Como ganham mais dinheiro do que elas, compraram sapatos para este dia; levam cavaquinhos, harmónicas, violas e, desde madrugada alta, começam a cantar por todos os caminhos. Chegados à ermida, não entram, pois já a viram da primeira vez que ali vieram e a festa é mais pagã do que outra coisa. O píncaro está cheio de bandeiras, de vendedores de quinquilharias coloridas, de frutas estivais, de chitas das mulheres; não há maior cromatismo em parte alguma, nem bulício maior. Eles e elas pousam o farnel debaixo de velho carvalho, na vizinhança dum carro de bois com uma pipa de vinho em cima, e logo desatam a bailar, não acompanhando a música da filarmónica de Cambra e sim a dos milhares de instrumentos populares que os romeiros levam. Bailam, cantam, suam e comem durante o dia inteiro. À noitinha, as chitas das raparigas, depois do sol e do suor, desbotaram levemente; mas eles e elas compram plumas tingidas e estampas polícromas da santa; colocam-nas no peito e no chapéu e, assim adornados, iniciam a descida da serra, sempre a cantar e a bailar, enquanto outros, dispendo de maiores ócios, ficam, durante a noite, a fazer a mesma coisa no arraial. E cantando aqui, parando ali para o bailarico, cobrem léguas e léguas, até que a voz do oceano, lá para as praias de Ovar, se sobreponha à voz deles e delas ou o silêncio das montanhas arouquesas lhes lembre que chegaram a casa – às preocupações da vida, ao árduo trabalho pelo pão de cada dia.

A estrada, ainda em construção, que parte de Castelões para a Senhora da Saúde, oferece, por enquanto, penoso trânsito aos

veículos; mas, em automóvel, em carro de bois, a cavalo ou a pé, a vista que lá de cima se obtém justifica o sacrifício da ascensão. Uma hora, para quem vai sem outro auxílio que o das pernas, bastará. A via ladeia despenhadeiros imponentes e está cheia de múrmuras fontes, que amenizam a subida. Passa-se por algumas aldeias serranas e, por fim, entra-se no planalto onde se ergue o templo. Agora, não há muralhas a cortar o voo dos olhos; as montanhas estão à nossa altura ou abaixo de nós. As suas próprias cristas, atormentadas e de milhentos relevos, de milhentas formas diferentes, constituem um maravilhoso espectáculo. O ***panorama* é vastíssimo. Só termina onde o olhar já não alcança mais, onde o olhar confunde tudo. Dum lado, o vale de Cambra, em frente o vale de Ossela, com a sua igreja a surgir dos pinhais; lá muito longe, o mar, barra azul a ligar-se ao céu; à esquerda o vale de Lafões e outros vales, outras aldeias, outras montanhas. É a paz das alturas. Uma superação da terra baixa e uma superação do espírito. Uma festa visual que não se olvida mais.

Regressando a Castelões, encontramos duas estradas para a sede do concelho: uma, directa; a outra, a que já fizemos referência, dando volta pelo Pinheiro Manso. A primeira atravessa, em leve ascensão, um bom trecho do vale; pela segunda retomamos a estrada de Oliveira de Azeméis a Cambra.

Meio quilómetro além do Pinheiro Manso, após breve descida entre velho pinhal, abre-se, à nossa esq., outra estrada. Deita a Carregosa, onde há um santuário, a Pindelo e Azeméis e, em breve, deve bifurcar para S. João da Madeira.

Na nossa frente, agora, a estr. que vamos seguindo principia a subir. Atravessamos a ponte sobre o rio Vignes (38 m), passamos por um ramal que vai para a Guincheira, aldeia próxima, e duas centenas de metros acima encontramos *Gandra de Cambra*, actual sede do conc. que usa hoje, designamos a parte pelo todo, o nome de *Vale de Cambra*.

Ferreira de CASTRO

São famosas, nos distr., as suas feiras dos dias 9 e 23 de cada mês, que atraem as populações das serras e constituem um verdadeiro arraial de cor, pois nelas tudo se vende, tudo se expõe, desde os produtos da terra e do mar até os pequenos artigos da indústria. É digno, sobretudo, de ser admirado o esforço dos habitantes, gentes empreendedoras e de vontade enérgica, que, em poucos anos, fizeram, dum largo polvoreto e com meia dúzia de casas, uma vila que cresce constantemente. O concelho é um importante centro de lacticínios, de vinho verde e de madeiras. As aldeias, cobertas de ramadas, e as encostas das redondezas, apresentam recantos lindíssimos.

Guia de Portugal, 3º vol. Beira. Beira Litoral, Lisboa, 1945



Raul Proença, Ferreira de Castro e o *Guia de Portugal*

Ricardo António ALVES

A edição, em 1924, do primeiro tomo do *Guia de Portugal – Generalidades – Lisboa e Arredores*, dirigido e organizado por Raul Proença (1884-1941), é um dos mais nítidos exemplos do intelectual em acção, de acordo com o ideário *seareiro* de que o publicista foi o mais acérrimo propagandista.

Não se pode, com efeito, desligar o *Guia de Portugal* do grupo da *Seara Nova* e do escopo de regeneração nacional que ele se propunha. O *Guia* saiu dos prelos da Biblioteca Nacional, então dirigida por Jaime Cortesão (1884-1960), sendo Proença chefe da Divisão dos Serviços Técnicos, Aquilino Ribeiro (1885-1963), segundo-bibliotecário e Alexandre Vieira (1884-1973), chefe dos Serviços Gráficos – este último, anarco-sindicalista, futuro secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e director do diário *A Batalha*, não integrante do

grupo da *Seara*, a que devemos acrescentar, entre outros, os nomes de Câmara Reys (1885-1961), Augusto Casimiro (1889-1967) e Raul Brandão (1867-1930).

Em 1921, ano em que se inicia a publicação da revista, a 1ª República estava já ferida de morte. O breve consulado de Sidónio Pais fora apenas um sério aviso em face da degradação a que a burguesia jacobina tinha submetido o país, com ondas de choque de sinais contrários – do restauracionismo monárquico (1919) às brigadas turbulentas da «leva da morte» (1918) e da «noite sangrenta» (1921). Com o país no caos e a caminho do abismo, um grupo de escol lança um programa que designa como de «salvação», em cinco pontos:

1) «Renovar a mentalidade da elite portuguesa, tornando-a capaz dum verdadeiro movimento de salvação;»

2) «Criar uma opinião pública nacional que exija e apoie as reformas necessárias;»

3) «Defender os interesses supremos da nação, opondo-se ao espírito de rapina das oligarquias dominantes e ao egoísmo dos grupos classes e partidos;»

4) «Protestar contra todos os movimentos revolucionários, e todavia defender e definir a grande causa da verdadeira Revolução;»

5) «Contribuir para formar, acima das Pátrias, a união de todas as Pátrias – uma consciência internacional bastante forte para não permitir novas lutas fratricidas».¹

¹ In Sottomayor CARDIA, (edição), *Seara Nova – Antologia – Pela Reforma da República (1) 1921-1926*, Lisboa, Seara Nova, 1971, p. 89.

O tom idealista deste enunciado, com a marca distintiva do estilo de Proença, é modelado pelo impulso ético, cívico e pedagógico que caracterizou a acção de grande parte dos *seareiros* nos anos de chumbo que se seguiram, com a ditadura militar e a institucionalização do Estado Novo. Escrevendo sobre «A crise nacional», no nº 5, Cortesão – uma das grandes figuras do século XX português – esclarece os mais cépticos em face de eventuais ambições políticas e desengana aqueles que vêm na *Seara* os desígnios de meia dúzia de utópicos, alienados da realidade. Para Cortesão e os seus companheiros, o programa da *Seara Nova* é um imperativo de cidadania, uma proposta que lançam à opinião pública esclarecida, a esta cabendo adoptá-la e adaptá-la – ou não: «Os homens que dirigem a *Seara Nova*, nunca será demasiado repeti-lo, não pretendem o mando, nem se movem por ambições políticas pessoais. Todos eles sacrificam às angústias do presente as suas predilecções de trabalhadores do espírito. Querem, quando menos, salvar a tranquilidade das suas consciências.»²

É, pois, neste quadro que o *Guia de Portugal* se inscreve; um propósito de regeneração e exaltação patriótica. Quase diríamos de exaltação nacionalista, não tivesse o nacionalismo exclusivista e reaccionário sido uma das *bêtes noires* do temível polemista que foi Proença. De todo o modo, um patriotismo esclarecido, de intelectuais comprometidos, na extrema-esquerda do espectro político republicano³, até certo ponto herdeiros do republicanismo *saudosista* da

² Ibidem, p. 105.

³ Raul PROENÇA, *Antologia-I*, prefácio, selecção e notas de António Reis, Lisboa, Ministério da Cultura, 1985, p. 96.

Renascença Portuguesa⁴, de Teixeira de Pascoais e Leonardo Coimbra, onde os futuros *seareiros*, principalmente Jaime Cortesão – que esteve também na sua génese –, haviam assentado arraiais. A historiografia dos Descobrimentos de Cortesão, o culto da língua nos romances de Aquilino, a exaltação poética de Casimiro participam duma noção transcendente de pátria. Assim Raul Proença, na dedicatória do *Guia*: «A todos os que não desejam fazer perpetuamente justa a frase célebre de Montesquieu, ao dizer dos Portugueses que tinham descoberto o mundo, mas desconheciam a terra em que nasceram; este livro, inventário das riquezas artísticas que ainda se não sumiram na voragem, e das maravilhas naturais que ainda não conseguimos destruir, antologia de paisagistas, «vade-mecum» de beleza, roteiro dos passos dos Portugueses enamorados, índice de pequenas e grandes coisas, que requerem o nosso amor – pelo passado, pelo presente e pelo futuro, – é oferecido e dedicado.»⁵

Do ponto de vista prático, não oferece dúvidas ter sido o *Guia* pensado e concebido por Proença.⁶ O «Prefácio» esclarece-o perfeitamente. A obra – «nem só literatura, nem só arte, nem só arqueologia, nem só geografia, nem só paisagem, nem só roteiro e guia à Baedeker, mas tudo isso ao mesmo tempo»⁷ – pretendeu ser

⁴ António Cândido FRANCO, «Novo apontamento sobre as relações culturais portuguesas», *A Ideia*, II série, vol. III, nº 58, Ourém, 2003, pp. 12-31.

⁵ Raul PROENÇA, *Guia de Portugal I – Generalidades – Lisboa e Arredores*, apresentação e notas de Sant'Anna Dionísio, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991².

⁶ Fernando CASTELO BRANCO, «O Guia de Portugal: expressão do patriotismo de Raul Proença e de Jaime Cortesão», *Revista da Biblioteca Nacional*, s.2, vol. 3, nº 2, Maio-Ago. 1988, pp. 155-162.

⁷ Raul PROENÇA, «Prefácio» ao *Guia de Portugal*, pp. LX-LXI.

essencialmente «um minucioso roteiro do país», o seu «repertório artístico» e uma colectânea de «sóbria literatura descritiva»⁸; e, com tudo isto, «o *Livro de Amor e Devoção de Portugal*».⁹

Um projecto em que tanto investiu de si, tão pormenorizadamente elaborado, natural seria que o seu mentor concentrasse e tentasse uniformizar ao máximo as contribuições de autores tão diversos como os que com ele colaboraram. José Rodrigues Miguéis, um dos *seareiros* mais jovens, que assistiu ao parto do *Guia*, recordou o tratamento infligido ao seu próprio texto sobre algumas localidades do Alto Alentejo: «A regra editorial era sujeitar tudo à sua revisão, compressão, e até supressão, em vista da unidade, equilíbrio e economia da obra».¹⁰ Mesmo relativamente a autores já consagrados, Proença fazia as suas recomendações – como a João de Barros (1881-1960): «Prosa impressiva, como a saberá fazer, rápida, cingindo-se aos pormenores interessantes.»¹¹

Despedido da Biblioteca Nacional após a edição dos *Panfletos* contra a Ditadura Militar (1926-27), instaurada no 28 de Maio e a activa participação na Revolta de 3-7 de Fevereiro de 1927, sobrevivendo um exílio em França e a tragédia pessoal da morte de uma das filhas, Raul Proença, de temperamento exaltado, foi acometido de uma grave doença do foro psiquiátrico: «esquizofrenia com episódios paranóides e tendências autodestrutivas.»¹² Internado no Hospital Conde de Ferreira,

⁸ Ibidem, p. LIX.

⁹ Ibid., p. LXIV.

¹⁰ José Rodrigues MIGUÉIS, *Uma Flor na Campa de Raul Proença*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 25-26.

¹¹ Carta datada do Porto, em 29 de Outubro de 1939, in Manuela de AZEVEDO (edição), *Cartas a João de Barros*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d., p. 211.

¹² José Rodrigues MIGUÉIS, *Uma Flor na Campa de Raul Proença*, p. 12.

no Porto, retoma, após um longo período de letargia e na sequência de uma intervenção neurocirúrgica, os trabalhos para o 3º volume do *Guia de Portugal*¹³ aquele em que Ferreira de Castro colaborou.

Sabemos da admiração antiga que Castro nutria por Proença. Quando, na sequência do golpe de 1926, Castro, à frente do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, conseguiu tomar posição contra a Censura – dirimindo as várias sensibilidades existentes na corporação –, atitude de que resultou o encerramento do SPIL por determinação governamental¹⁴. Dando conta destas dificuldades a Roberto Nobre, em carta de 15 de Dezembro de 1926, referiu-se a Proença e ao seu primeiro *Panfleto*: «Que vontade eu tive de lhe escrever uma carta, aplaudindo-o incondicionalmente! Mas não estava certa tal atitude enquanto eu não retomasse a liberdade, que alguns amigos, por uma simpatia e necessidade (deles, é lógico) que me estão saindo caras, haviam comprometido.»¹⁵ O posicionamento libertário de Castro era conhecido – pelos seus livros e abundante colaboração n’*A Batalha e Renovação*; Proença, antiautoritário e antitotalitário, isto é, antifascista e antibolchevique, definira-se em 1938, no proémio das *Páginas de Política*, como um idealista-realista¹⁶, adepto de uma «democracia liberal e socialista»¹⁷, que salvaguardava

¹³ Socorremo-nos da cronologia de António Reis, in Raul PROENÇA, *Antologia-1*, pp. 29-37.

¹⁴ Jaime BRASIL, «Notas biográficas e bibliográficas», *Ferreira de Castro e a Sua Obra*, Porto, Livraria Civilização, 1931, p. 32.

¹⁵ Ferreira de CASTRO e Roberto NOBRE, *Correspondência (1922-1969)*, introdução, leitura e notas de Ricardo António Alves, Lisboa, Editorial Notícias e Câmara Municipal de Sintra, 1994, p. 41.

¹⁶ Raul PROENÇA, *Antologia-1*, p. 54.

¹⁷ *Ibidem*, p. 60.

a essencial dignidade do indivíduo, em vez de o subjugar ao número como sucedia com o totalitarismo, *maxime* o nazismo alemão e o comunismo soviético. Para o lúcido Proença, «sempre que o indivíduo é oprimido, a tirania é um facto, exerça-a um ou um milhão»¹⁸; o seu idealismo-realismo estava pois justificado em face das perspectivas que se abriam aos cidadãos da Europa nas décadas de 20 e 30: aos sistemas concentracionários, o democrata Raul Proença encarava com justificada simpatia as democracias liberais; para ele, «o socialismo e[ra] um liberalismo penetrado de vontade, tentativa deliberada e permanente de pôr o mundo à escala humana.»¹⁹

Nesta breve nota, não podemos fazer as devidas aproximações entre Proença e Castro, autores de duas gerações sequentes. Há, porém, que salientar a clarividência de ambos em face dos totalitarismos e a importância que deram ao indivíduo num período de esmagadora uniformização.²⁰

A correspondência com o autor de *A Selva* confirma claramente o que ficou escrito atrás acerca da minúcia com que Proença abordava esta *sua* obra, as ideias claras que tinha, o que queria de cada autor que nela colaborasse e inclusivamente uma intromissão nos textos alheios, posta à consideração do respectivo

¹⁸ Ibid., p. 122.

¹⁹ Ibid., p. 143.

²⁰ Não será, por isso de estranhar, neste contexto, o elogio que Ferreira de Castro fez aos Estados Unidos à chegada do seu périplo planetário, em declarações ao Diário de Lisboa, de 15 de Novembro de 1939: «Há doze milhões de desempregados, mas o indivíduo não perdeu a sua condição humana». In Ferreira de CASTRO e Roberto NOBRE, *Correspondência*, p. 79 n.

autor. O convite para a colaboração do romancista foi feito por carta datada do Hospital do Conde de Ferreira, no Porto, em 24 de Novembro de 1939 e – conhecedor da saga de Manuel da Bouça em *Emigrantes* – pretendia que Castro escrevesse em especial sobre o Vale de Cambra, mas também sobre alguns dos monumentos geológicos nacionais como as serras da Arrábida, o Buçaco, Sintra e o Gerês.²¹ E, após ter tomado conhecimento de *Terra Fria*, pretendeu ainda uma descrição sobre a região do Barroso.²² O escritor estava então assoberbado de trabalho pelos compromissos que assumira com a Empresa Nacional de Publicidade para a edição de *A Volta ao Mundo*, e não pôde anuir ao convite na sua totalidade.

Cartearam-se até Janeiro de 1941, cerca de cinco meses antes do falecimento de Proença – a 20 de Maio, vitimado por uma broncopneumonia – sempre com o *Guia* como pretexto principal.²³

A colaboração de Ferreira de Castro, que publicamos no «Arquivo» deste nº 2, «De Oliveira de Azeméis a Vale de Cambra», saiu no 3º volume do *Guia de Portugal*, publicado em 1945, já depois da morte do seu organizador. Para o efeito, ainda em 1940 constituíra-se um grupo de fiadores da conclusão da obra, dado o

²¹ Museu Ferreira de Castro. MFC /B-1/3909-Raul Proença/Cx.297/ doc. 1. Ms.

²² Porto, 8 de Dezembro de 1919. MFC/B-1/3909-Raul Proença/Cx.297/ doc. 3. Ms.

²³ Uma dessas missivas, datada do Porto, em 14 de Outubro de 1940, foi já por nós publicada em «Cartas inéditas a Ferreira de Castro», *Vária Escrita*, nº 1, Sintra, Câmara Municipal, 1994, pp. 117-119.

precário estado de saúde de Proença, composto – assim o indica uma nota no verso da folha de rosto da obra – por Afonso Lopes Vieira, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Câmara Reys, Ferreira de Castro, Raul Lino, Reynaldo dos Santos, Samuel Maia e Sant’Anna Dionísio.



Raul Proença

Carta inédita de Raul Proença a Ferreira de Castro

Porto, 6 de Janeiro de 1941

Hosp.^{al} C^{de} Ferreira

Ex^{mo} Sr. Ferreira de Castro
e meu ilustre Confrade

Finalmente, pude ler a sua notícia sobre a estrada de Oliv^a de Azeméis a Vale de Cambra. Apreciei-a como devia. Está como devia ser. Muito lho agradeço. Este facto anima-me a pedir-lhe ainda, se nisso não vir inconveniente, a fazer a notícia da estrada de Cambra a Arouca e a da de Oliv^a de Azeméis a Arouca também, pela Carregosa e Farrapa. Teria muito interesse em receber uma resposta sua a este respeito com brevidade.

Dentro de uma semana ou duas terei em mãos as primeiras verbas do *Guia*: será então a ocasião de lhe entregar a modesta retribuição do seu trabalho.

Algumas perguntas:

Escreve-se *Vermoim* ou *Vermuim*?

Ossela não derivará de *Ossso* como forma primitiva de *urso*?

Não há, próximo de *Entre-Pontes*, um *solar das Areias*? Esse

solar merece referência?

À descrição acrescentei apenas algumas notas pessoais, tiradas das minhas apressadas digressões por esses sítios. Pus também as distâncias quilométricas.

Permiti-me chamar ao *vale de Cambra* o mais verde vale do mundo. De facto não conheço lá fora, nem na Suíça, nem na Itália, nada que lhe leve a palma, ou sequer se lhe aproxime. O vale do Cávado, entre Braga e Lanhosos e mais para montante, visto das alturas da serra do Carvalho, é também um esplendor de verdura. Mas é como um longo corredor fechado ao N. pelos píncaros do Gerês, enquanto o de Cambra é uma vasta bacia. Pus dois asteriscos (**) ao *Vale de Cambra* e outros dois no panorama da *S^a da Saúde*. Este não o conheço. Não sei se está bem. Ao *Vale de Ossela* pus um asterisco (*).¹

Em corpo menor, a seguir à sua descrição do Vale de Cambra, pus a seguinte nota:

O *Vale de Cambra* é uma extensa bacia que começa nas alturas da Farrapa e termina nas faldas da serra de Castelões ou da Senhora da Saúde, sendo limitada ainda pelos prolongamentos da serra de Lordelo, os declives do Arestal e os últimos Contrafortes da Freita no Galinheiro. O Caima, que aumenta bastante em largura junto à sua confl. com o Viques no lugar de Entre-Pontes (*v. adiante*), descreve ali uma curva; à esq., desliza o Viques, atravessando as freg. de Vila Chã, ao N., Macieira de Cambra e Rôge, a Est., e Castelões, ao S. A segunda parte do Vale estende-se do outro lado

¹ As classificações do *Guia de Portugal* iam de um a três asteriscos: * corresponde a «notável»; ** «notabilíssimo»; *** «extremamente notável entre as coisas do seu género em todo o Mundo, justificando, pois, por si só, uma viagem do estrangeiro» (p. LXVI).

do Caima (marg. esq.) com as freg. de Cepelos, Junqueira e Arões. No cimo das encostas, entre a verdura, as freg. de Gestoso, Cavião, Merlães, etc. e Arões. No cimo das encostas, entre a verdura, as freg. de Gestoso, Cavião, Merlães, etc.

Acha bem? Quer emendar alguma coisa? É *Cepelos* ou *Sepelos*?
Merlães ou *Morlães*?

Tenho nota sobre o engenheiro e arquitecto da igreja da Coelhosa, assim como sobre o seu custo (em 1899). Tem algum interesse?

E por hoje, nada mais.

Pelo favor da sua resposta lhe fica desde já m^{to} obrigado o

A^o ver^o m^o a^{to} v^{or} obrigado

Raul Proença²



² Museu Ferreira de Castro. MFC/B-1/3909-Raul Proença/Cx.297/doc. 10. Ms.

«Os tecelões», desenho de Roberto Nobre para *A Epopeia do Trabalho*, 2ª ed., 1926

A Lã e a Neve: testemunho corajoso sobre homens ousados¹

Pedro CALHEIROS

1. A Covilhã e a Serra da Estrela a caminho do mundo

Já depois de ter concedido uma entrevista ao *Diário de Lisboa*, de larga repercussão, na qual declarava a sua adesão ao movimento democrático que queria tirar o país do marasmo político, social e económico em que este se encontrava, tendo também atacado a Censura a que estava sujeita a imprensa e a edição livreira, em 1945-1946, Ferreira de Castro veio até à Serra da Estrela várias vezes, tendo-se demorado por cá o tempo necessário para recolher elementos para o romance *A Lã e a Neve*, testemunho ousado e vigoroso sobre homens corajosos, –

¹ Texto de uma conferência pronunciada no Salão Nobre da Câmara Municipal da Covilhã, a 20 de Outubro de 1998, no dia das Festas da Cidade, precedendo a inauguração nos Paços do Concelho da Exposição Fotobiográfica sobre Ferreira de Castro, organizada pelo Grupo Desportivo e Cultural de Ossela, patente nos Paços do Concelho da cidade serrana que serve de tela de fundo ao romance do escritor.

e outros nem tanto, e até cobardes, injustos e maldosos, nesse tempo de ditadura feroz. Em Junho de 1945 está instalado no Hotel Neve, como se pode ver pela carta que escreveu para o seu grande amigo Roberto Nobre, a quem pedia que lhe enviasse para esse estabelecimento hoteleiro os horários do caminho de ferro desta vila².

Ainda em 1945, Ferreira de Castro publicou na *Vértice* um texto muito significativamente intitulado «A Pele sem Lã», excerto do futuro romance *A Lã e a Neve*, que só será editado dois anos mais tarde³.

Ferreira de Castro utilizava o método que o autor de *Le Roman Expérimental* usou para escrever, por exemplo, *Germinal*, descendo ao fundo das minas de Montsou, em Anzin, para sentir idênticas dificuldades às que sentiam os mineiros e ver com seus próprios olhos a miséria em que viviam, ou viajando na locomotiva do combóio Paris-Le Havre, para preparar a redacção de *La Bête Humaine*, para não falar das viagens de recolha de dados para os romances da série *Les Trois Villes* – no que diz respeito a *Rome* ou *Lourdes*. O neo-realista Redol, a quem Ferreira de Castro abriu o caminho, vai recorrer ao mesmo método em muitos dos seus romances e, muito particularmente, no *Ciclo Port-Wine*, escrito entre 1949 e 1953, desde o primeiro, *Horizonte Cerrado* até ao terceiro, *Vindima de Sangue*, com *Os Homens e as Sombras* de permeio (1951), nos quais o grande escritor vilafranquense se pôs, como Ferreira de Castro, ao lado dos *humilhados e ofendidos*, num processo de solidariedade concreta, na

² Ferreira de Castro / Roberto Nobre. *Correspondência (1922 – 1969)*, Introdução, Leitura e Notas de Ricardo António Alves, Lisboa, Editorial Notícias / Câmara Municipal de Sintra, [Dep. Legal 1994], p. 94-95.

³ Ferreira de Castro, «A Pele sem Lã», in *Vértice*, fascículo IV, n.º. 17-21, Coimbra, Novembro de 1945, p. 5-13.

partilha do dia a dia, ou na denúncia das injustiças e violências que sofriam os homens a quem até a dignidade era recusada.

1.1. As capas das traduções – imagens múltiplas da Covilhã do romance.



O romance-reportagem sobre os pastores da Serra da Estrela e os tecelões da Covilhã foi publicado em Abril de 1947, com uma capa de Jorge Barradas, na qual um atento pastor guarda um pachorrento rebanho diante de uma negra muralha rochosa, espelhada, aqui e ali, pela neve que a cobre parcialmente e, sobretudo, na sua base e no socalco pedregoso, onde está de atalaia o pastor com seu típico cajado e seus tradicionais abrigos laníferos; ora, uma das mais fortes denúncias do romance é aquela que retrata pobres operários e idosos sem recursos morrendo de frio e minados por doenças sem remissão, por falta de meios para se curarem e se protegerem das violentas condições climáticas da Covilhã no Inverno, sem lã para se cobrirem, eles, que perderam a pouco e pouco as forças e a saúde para produzirem os lanifícios que faziam a prosperidade dos seus patrões e o conforto de tanta gente, a milhares e milhares de quilómetros. Dois meses depois sai uma segunda ed. com uma outra capa de Jorge Barradas, quase idêntica à primeira; desaparece o pastor a guardar o seu rebanho.

Parece um mistério *A Lã e a Neve*, como de resto também *Eternidade*, não terem sido proibidos pela Censura. Olhe-se para a excelente capa da tradução flamenga do romance, publicada em Gand,



em 1954, ilustrada por Sharp com uma fidelíssima leitura do romance, o que muito deve ter irritado os esbirros da censura e da polícia política portuguesas, e outros beaguins do regime ditatorial. Nessa capa vemos três homens sem rosto, a meio corpo, só a parte de baixo visível – dois guardas de pesadas e sinistras botas e um preso algemado e encadeado a um dos guardas – a atravessarem uma praça, projectando sombras assustadoras, num fundo onde sobressaem, em frente de instalações fabris, manifestantes empunhando bandeiras vermelhas. Não deve ser por acaso – e seria útil estudar-se com o devido cuidado esse aspecto da questão, consultando os arquivos da censura e da Pide, e a imprensa da época, bem como a correspondência inédita do autor de *A Lã e a Neve* – que a capa de Jorge Barradas para a primeira edição tem algo de remansoso e de bucólico, apesar dos penedos gigantescos e escuros, e da neve que cerca o pastor com seu rebanho. É óbvio que publicar-se o romance com uma capa como a da edição flamenga não teria sido possível em Portugal, naqueles tempos de controle apertado das consciências e da expressão do pensamento.

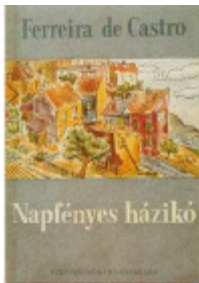
A capa da primeira edição brasileira da autoria de Percy Deane, publicada em 1954, mostra uma paisagem coberta de neve, montes e casas ao fundo na serra; em primeiro plano, o telhado sem neve e a enorme, negra e letal chaminé de uma fábrica maculando com seu fumo o céu azul, fumo tanto mais impuro quanto a alvura da neve lhe acentua a natureza mortífera.



Neste mesmo ano a editora Carl Schünemann Verlag, de Bremen, publica uma tradução alemã da *Lã e a Neve*, da responsabilidade de Elfriede Kaut, com o título literalmente fiel de *Wolle und Schnee*, com capa de Waldemar Dinkat.

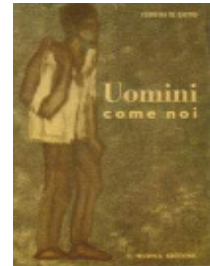
Esse rosto da edição alemã mostra em fundo preto os montes nevados e o esboço muito esquemático de uma casa e de vegetação, geometricamente sintetizados, oferecendo uma leitura do romance temática e estruturalmente muito próxima da que é patenteada pela capa da edição brasileira, que incorpora também uma negra e gigantesca chaminé – como vimos -, se bem que concebida com um tratamento estilístico bem diverso.

A capa da edição checa (1952) ostenta no seu centro uma pequena gravura com uma imagem de um tecelão trabalhando no seu tear.



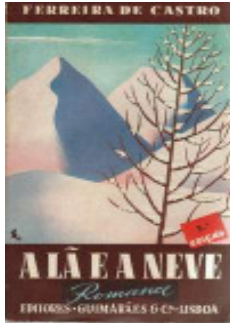
O rosto da edição húngara (1952) dá a ver uma aguarela bucólica, um pouco à maneira das recriações lisboetas de Carlos Botelho ou de Bernardo Marques, na qual se estampa uma aldeia colorida e amena com seus verdejantes quintais.

A editora italiana optou por uma ilustração da capa a condizer com o título da tradução italiana, *Uomini come noi*, na qual um pobre homem sem feições bem definidas avança carregado com o seu magro saquitol às costas.



1.2. O sucesso em Portugal – as numerosas reedições

A Lã e a Neve obteve imediatamente um grande sucesso quando da sua primeira publicação em 1947. Dois meses depois saía a 2ª. ed. , atingindo já o 8º. milhar de exemplares. Passados mais 6 meses é



publicada a 3.^a ed. Volvidos mais 18 meses é estampada uma ed. «vergé». Um mês depois, em Junho de 1949 o romance estava já na 5.^a ed., publicada com uma nova capa, na qual a neve é o único tema ilustrado, com um estilo orientalizante, nipónico, mais precisamente. O autor da capa assina com iniciais, que não consegui decifrar, uma ilustração datada do ano da ed. *princeps* (1947, o que significa que foi elaborada 2 anos antes e, com certeza, guardada na gaveta até então). Dois anos volvidos, em 1951, o romance sai em 6.^a edição, tendo atingido a tiragem de 21000 exemplares. Passados outros quatro anos, em 1955, sai a 7.^a edição, com uma nova capa de Bernardo Marques, subindo a tiragem para os 25000 exemplares. Em 1979, o romance já estava na 13.^a edição, tendo a tiragem galgado para os 50 000 exemplares. Em 1990, a Guimarães, a editora de sempre de Ferreira de Castro, dá à estampa a 15.^a edição, cuja tiragem já vai nos 57000 exemplares.



A este números devem adicionar-se os exemplares das edições das *Obras Completas de Ferreira de Castro*, publicadas, a primeira pela Guimarães, a segunda pela Lello, em 1975, e pelo Círculo de Leitores, em 1985, o que evidentemente assegurou, como se sabe, uma vasta difusão às obras do escritor osselense. *A Lã e a Neve* constitui o II.º volume das *Obras Completas de Ferreira de Castro*, publicadas a partir de 1949 pela

Guimarães, tendo este romance saído nesta série ainda em 1949, com ilustrações de Lino António e Molina Sanchez. Em 1961 completa-se também uma edição brasileira das *Obras Completas* que Ferreira de Castro publicara até então. Não esqueçamos a publicação da «Edição Comemorativa dos 50 Anos de Vida Literária de Ferreira de Castro (1916 – 1966).

Em 1975, já o escritor tinha falecido, pouco depois de ver, por curto espaço de tempo, Portugal recuperar a liberdade por que ele tanto aspirava e por que tanto combatera; nesse ano, a Lello publica uma primeira edição em papel bíblia, cuja preparação iniciara no ano anterior, ainda em vida do escritor, e na continuação dos festejos do 75.º Aniversário, amplamente celebrado em Portugal e



no Brasil; entre nós, particularmente na Sociedade Nacional de Belas-Artes; no país da *Selva*, pela Academia Brasileira de Letras e pelas autoridades federais e estaduais, que infelizmente não puderam contar com a presença do escritor, como pretendiam. Razões de saúde impediram também que Ferreira de Castro assistisse às homenagens que de vários quadrantes lhe eram feitas.

Da publicação das *Obras de Ferreira de Castro* em papel bíblia, da Lello, já a editora portuense difundia uma 4.ª edição, em 1984, o que é deveras impressionante, tendo em conta a dimensão do país. *A Lã e a Neve* saiu no terceiro volume, com um óleo no pórtilo, intitulado «Pastor da Serra da Estrela», de Arlindo Vicente. Este ilustrador, advogado e pintor, foi convidado pela Oposição a candidatar-se às eleições para a Presidência da República, em 1958, precisamente porque não houve

meio de convencer Ferreira de Castro a aceitar ser ele o candidato das forças de esquerda nessas eleições, que o General Delgado ganhou, ou ia ganhando, por ter sido ele finalmente o candidato único da Oposição, depois da desistência de Arlindo Vicente em seu favor.

O Circulo de Leitores fez igualmente uma edição das *Obras Completas de Ferreira de Castro*, em 1985, tendo *A Lã e a Neve* constituído o 6.º volume da publicação⁴.

É certamente este sucesso ímpar na literatura portuguesa do seu tempo, e também a nível mundial, juntamente com o estatuto de intocável, que por essa via o escritor tinha alcançado, que explicam, em parte, que o romance não tivesse sido proibido. Mesmo assim, continuo perplexo diante da publicação repetida de sucessivas edições da obra. Talvez o regime, com bastante pragmatismo e conhecimento dos mecanismos do sucesso artístico, e de todo o sucesso político ou mediático, tenha achado que era a melhor forma de não contribuir ainda mais para o incremento dessa irradiação nacional e internacional. Como maus católicos que eram, ou como bons que diziam ser, sabiam por demais que o fruto proibido é o mais apetecido.

A publicação de *Eternidade* também me provoca uma boa dose de espanto, mas o conteúdo e o significado paradigmático de *A Lã e a Neve* aumenta, e de que maneira, o leque das perplexidades.

1.3. O sucesso no estrangeiro – as múltiplas traduções

A aceitação internacional da obra de Ferreira de Castro é com

⁴ *Museu Ferreira de Castro. Catálogo Bibliográfico. Monografias*, Coordenação, organização, indexação e catalogação de Paula Regina Luckhurst, Sintra, Câmara Municipal de Sintra / Gabinete de Estudos Históricos e Documentais, 1994, p. 16, 19 e 20.

certeza a chave do mistério. Ferreira de Castro foi de algum modo o nosso Soljenitsyne, denunciando internacionalmente a repressão e a miséria impostas ao povo português. Podia, como pode Saramago, hoje ainda mais do que ontem, gritar bem alto e com toda a enérgica calma e valente coragem necessárias o que lhe ia na alma.

Ferreira de Castro não chegou a ganhar o Prémio Nobel, apesar de ter sido proposto duas vezes para a concessão do galardão, a última juntamente com Jorge Amado. Talvez por isso mesmo – dada a dificuldade da escolha – e por muitas outras razões impossíveis de evocar aqui, mas também porque a Academia ainda não tinha despertado completamente para as literaturas lusófonas, Ferreira de Castro não chegou a trazer-nos o Nobel que tanto merecia, e que igualmente teria feito justiça à literatura portuguesa, bem mais cedo do que aconteceu e era devido.

Mas Ferreira de Castro obteve outros altos galardões e o maior deles todos foi o público imenso que despertou para as realidades políticas, sociais e literárias portuguesas, ganhando uma dimensão universal que mais nenhum escritor português antes dele lograra alcançar.

De qualquer forma, isto de Prémios é bem relativo. Na primeira edição do Prémio, há já quase um século, ganhou Sully Prudhomme, que hoje quase ninguém conhece – e não se perde imensamente com isso. Estavam, porém, vivos muitos escritores que o teriam merecido mais, de Tolstoï a Zola, para não falar de Machado de Assis ou de outros. É certo que as obras do genial criador das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ou de *Dom Casmurro*, não tinham a divulgação internacional que o permitisse. Porém quando o grande romancista brasileiro faleceu, foi Anatole France que fez o seu elogio numa sessão solene de homenagem na Sorbonne.

Mas voltemos ao nosso rebanho – à *nos moutons*, como dizem os franceses – e aqui a expressão faz sentido porque estamos discorrendo sobre *A Lã e a Neve*.

No campo das traduções o sucesso não foi menor do que aquele obtido com as sucessivas edições portuguesas – tanto mais de espantar quando se pensa na fraquíssima taxa de alfabetização do país, infeliz recorde igual a muitos outros a que os portugueses tiveram de se habituar. Por isso é importante que se tenha uma ideia mais exacta e quantificada desse extraordinário acolhimento.

O romance covilhanense de Ferreira de Castro foi dos mais traduzidos, logo a seguir às múltiplas versões de *A Selva*, levando bem longe imagens desta cidade e da luta dos seus operários tecelões por um pouco mais de justiça social, de liberdade e de fraternidade.

Em França, por exemplo, com o título *Les Brebis du Seigneur* saíram num só ano, em 1950, nada menos que três edições publicadas por três editores diferentes. A primeira foi estampada pelas edições Denoël, com um prefácio de Henry Poulaille, numa versão de Louise Delapierre, constituindo a tiragem original. Nesse mesmo ano, o editor Pierre Horay mandou imprimir mais 3126 exemplares da tradução de *A Lã e a Neve*, que foi objecto, nesse ano ainda, de mais uma tiragem de 3000 exemplares, com a estampilha do Club Français du Livre. Seis anos mais tarde, em 1956, portanto, outro clube, o Club des Libraires de France, mandava imprimir mais 4150 exemplares de *Les Brebis du Seigneur*, ilustrado com duas fotografias fornecidas pela importante e exigente agência Magnum Photo, sendo uma delas do célebre Henri Cartier-Bresson⁵. Um ano antes, em 1955, as edições Gründ de Paris haviam incluído na sua selecção de textos para a infância, intitulada *Il Était*

⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 37.

une Fois... 80 contes de tous les temps et de tous les pays, um excerto de *A Lã e a Neve*, adaptado para as crianças por Henry Poulaille, contendo o impressionante episódio da tempestade na neve, que saiu nesta recolha com o título «Dans la Tempête de Neige», ao lado de textos de Dickens, Oscar Wilde, Mark Twain, Andersen, Irmãos Grimm, Vítor Hugo, Dumas, Nerval, Mérimée, George Sand, Gautier, Maupassant, Goethe ou Tolstoï, entre muitos outros de grande nomeada. Como se vê Ferreira de Castro esteve em muito boa, excelente companhia e foi parar às mãos do público que mais facilmente pode deixar-se galvanizar pelas leituras que o empolgam.

A Radio France transmitiu, em tempos, uma adaptação radiofónica de *A Lã e a Neve*, tendo andado aqui pela Serra da Estrela uma equipa técnica a gravar o som dos chocalhos das ovelhas e a recolher músicas folclóricas do Barroso, como lembra Elena Muriel, a viúva do insigne escritor, numa entrevista que concedeu, em 11 de Agosto de 1985, ao *Diário de Notícias*, publicada num destacável de cinco páginas desse jornal lisboeta.

Não vos vou cansar muito mais com dados editoriais, mesmo se eles mais do que outras considerações poderão dar a melhor medida da irradiação universal da obra de Ferreira de Castro. Acrescento apenas, antes de passar a outros aspectos da recepção da obra, que *A Lã e a Neve*, além da difusão brasileira – primeira edição brasileira, em 1954, na colecção «Romances do Povo» dirigida por Jorge Amado⁶ –, também

⁶ A editora José Aguilar do Rio de Janeiro, em 1958, inclui no primeiro volume da *Obra Completa de Ferreira de Castro*, na série portuguesa da Biblioteca Luso-Brasileira, o romance *A Lã e a Neve*, numa publicação enriquecida com uma Introdução Geral por Jaime Brasil e Notas Preliminares redigidas por prestigiosos intelectuais portugueses, brasileiros e de outras nacionalidades: Humberto de Campos, Afrânio Peixoto, Blaise Cendrars, Huascar de Figueiredo, Matias Arrudão, René Jouglet, Agostinho de Campos, Guedes de Amorim, Alexandre Cabral e Jaime Brasil.

foi traduzida na Alemanha, na Argentina, na Bélgica – em francês e em flamengo –, na antiga Checoslováquia, – em checo em 1952, com um texto introdutório de Jorge Amado, numa tiragem de 6600 exemplares, e em eslovaco –, na Hungria – no mesmo ano de 1952, em que saiu a tradução checa, numa tiragem de 5000 exemplares, tendo sido feita uma nova edição de mais 5000 exemplares, três anos depois, em 1955. Ainda na Hungria, mais três anos depois, sai nova edição, em dois volumes, com uma tiragem de 30 000 exemplares, contendo o segundo volume, no fim, uma biografia de Ferreira de Castro por Jorge Amado, tendo saído uma outra edição do mesmo romance em 1974. Houve ainda traduções em Itália, já em 1960, com o bonito título *Uomini come noi*, na Roménia, em 1955, com uma tiragem de 10100 exemplares, na antiga União Soviética, etc⁷.

Os números e datas podem maçar, mas só eles verdadeiramente podem fazer aquilatar da extraordinária recepção que tiveram as obras de Ferreira de Castro. Só eles melhor conseguirão transmitir uma pequena ideia aos que hoje não podem dar-se conta do impacto formidável que teve a sua obra – tal o silêncio injusto e mal intencionado que se fez à sua volta. Estes dados de tabelião podem também ajudar a relembrar o fulgor desse tremendo sucesso aos que o testemunharam, mas sem terem à mão dados precisos que alimentem essas impressões.

⁷ Sobre estes assuntos consultar o excelente trabalho *Museu Ferreira de Castro. Catálogo Bibliográfico*. Monografias, Coordenação, organização, indexação e catalogação de Paula Regina Luckhurst, Sintra, Câmara Municipal de Sintra / Gabinete de Estudos Históricos e Documentais, 1994.

1.4. O excelente acolhimento da crítica

O levantamento da recepção crítica – que seria interessante mas fastidioso apresentar aqui, além de ser tarefa difícil para cumprir exaustivamente, tal a larguíssima difusão que teve *A Lã e a Neve*, – é um trabalho que poderá ser objecto de teses de mestrado ou doutoramento, que poderão vir a ser realizadas por covilhanenses interessados em estudar a imagem desta cidade que circulou pelo mundo fora. Bem ficará à autarquia e à Universidade da Beira Interior que encorajem e estimulem, de vários modos, esses estudos por fazer, assim como a análise do campo referencial utilizado por Ferreira de Castro e do tratamento que lhe deu, da paisagem ao meio urbano e aldeão, do ambiente fabril às associações operárias ou à classe patronal.

Por ora, com o intuito de mostrar o apreço que a obra de Ferreira de Castro merecia da parte dos seus colegas, em particular no que diz respeito a *A Lã e a Neve*, e na impossibilidade de sequer tentar esboçar aqui o acolhimento crítico feito ao romance no nosso país e no estrangeiro, contentemo-nos com apenas alguns depoimentos.

Vejamos, em primeiro lugar, aquele que foi escrito por Fidelino de Figueiredo –no próprio ano da publicação do romance, em carta endereçada ao autor da obra, em 5 de Abril de 1947 – a quem Ferreira de Castro tinha enviado um exemplar. O universitário e antigo director da Biblioteca Nacional nos tempos da 1ª República, felicitando o autor de *A Lã e a Neve*, confessa-lhe que o romance teve *direitos especiais* à [sua] atenção amiga e junta ao agradecimento as suas *calorosas, felicitações*. Explicando os seus motivos, Fidelino de Figueiredo escreve:

A Lã e a Neve reconstitui-nos o cerco da miséria, injustiça e

impossibilidade q. abafa a iniciativa do homem de boa vontade, como aquele pobre Horácio. O meio da tecelagem da serra é, em miniatura, toda a vida portuguesa, na sua imobilidade, comenta Fidelino de Figueiredo, explanando a seguir: O pobre pastor, havendo aberto um pouco os olhos no serviço militar, na capital, mais sentiu a miséria do seu destino e concebeu o sonho maravilhoso, irrealizável em Portugal, de ter uma casa «com latrina»... O q. foi a luta por essa fantasia inverosímil conta-no-lo o seu romance com mestria, fazendo entrar fundamentalmente [?] na vida pastoril, na vida fabril e nos bastidores da vida proletária. O seu livro, prossegue Fidelino de Figueiredo, tem interesse etnográfico também. Mas vale sobretudo como um arrazoado eloquentemente demonstrativo das humilhações dos trabalhadores deste país, horridamente passadista, cada vez involuindo para o século XVIII, p.^a o mundo dos desembargadores e dos capitães-mores⁸.

Comparando o romance de Ferreira de Castro com o livro *Servidão* de Assis Esperança, sobre o qual tece algumas reservas, Fidelino de Figueiredo comenta o estilo de *Lã e a Neve* nestes termos:

O seu é, todo ele, fluentíssimo, com um relevo impressionante de paisagista e também de jornalista q. rapidamente vê e diz o q. vê. M.tos e m.tos parabéns! Vocês, romancistas de preocupações sociais, acrescenta o historiador literário, estão prestando um serviço imenso a esta pobre gente: revelar-lhe a própria miséria e ensiná-la a detestá-la, por impulso de dignidade humana⁹.

⁸ *100 Cartas a Ferreira de Castro*, Selecção, Apresentação e Notas de Ricardo António Alves, 1992, Câmara Municipal de Sintra / Gabinete de Estudos Históricos e Documentais / Museu Ferreira de Castro, p. 74.

⁹ *Id Ibid.*, p. 74-75.

Num comentário final, acrescentando um P.S. à sua missiva, Fidelino de Figueiredo escreve:

*É curioso notar q. todo o seu livro se move numa atmosfera sóbria [?] de fatalidade sem q. haja nenhum génio do mal, operoso, a intervir. É q. vida é assim, com Marretas, Horácios, Idalinas, pais e mães, Peixotos, etc...*¹⁰

Mário Dionísio escreveu também a Ferreira de Castro, em 8 de Agosto de 1947, para lhe assegurar que estaria presente, em espírito, na homenagem que um grupo de amigos lhe ia prestar na Costa Nova do Prado. Explicitando as razões que o levam a associar-se à *manifestação de admiração e estima* que vão fazer ao escritor osselense, Mário Dionísio escreve: *Pela sua obra em geral, por A Lã e a Neve em particular e, muito em especial, pela sua atitude de Homem nos anos dramáticos que vivemos*¹¹.

Mário Dionísio aproveita a ocasião para anunciar a Ferreira de Castro que tinha retomado a sua actividade crítica e que tinha escolhido escrever sobre *A Lã e a Neve* para recomeçar, porque, explica o teórico do neo-realismo, *nenhum outro [lh]e ofereceria, a um tempo, tanto interesse de aplauso e de discordância como ele, nenhum outro [lh]e provocaria nes[s]e momento, tanto desejo de escrever sobre literatura como ele*. Justificando as suas reservas, o crítico e artista acrescenta:

Não sei se toda a gente, como digo no citado artigo, compreenderá este modo de profundamente admirar que é o aplaudir e discordar ao mesmo tempo, este prestar de homenagem que

¹⁰ *Id. Ibid.*, p. 75.

¹¹ *Id. Ibid.*, p. 78.

prefere (de longe!) a discussão constante e interessadíssima ao elogio balofo, inútil, quase ofensivo de quem trabalha a sério, ao ambiente de mole aceitação que nos rodeia e prejudica há tantos anos. Comigo é assim. E, consigo, pelo que conheço de si, calculo bem que também assim será, conclui o autor da *Paleta e o Mundo*.¹²

Mário Dionísio tinha efectivamente publicado uma recensão elogiosa de *A Lã e a Neve*, na *Vértice*, órgão oficial coimbrão dos neo-realistas portugueses, o que explica as reservas que o poeta e ensaísta fez¹³.

Quase dez anos mais tarde, em 14 de Março de 1956, a notável escritora Lygia Fagundes Telles, da Academia Brasileira de Letras, agradecia a Ferreira de Castro *a dádiva do seu belo, belíssimo livro «A Lã e a Neve»*, tecendo sobre este e outros romances do escritor osselense estas considerações:

*Que estilo harmonioso, puro, verdadeira lição da arte de escrever!*¹⁴

A autora do também belíssimo *Ciranda de Pedra* acrescentava estes comentários muito elogiosos:

Eu já conhecia dois livros seus, muito divulgados, aliás, aqui no Brasil: «A Tempestade» e «A Selva». Li ambos quando passei o exame vestibular para a Faculdade de Direito, no ano de 1941. E para minha alegria, no exame de Literatura, «caiu» o ponto: «Escritores modernos portugueses». Ah, senhor Ferreira de Castro,

¹² *Id. Ibid*, p.78.

¹³ Mário Dionísio, «*A Lã e a Neve por Ferreira de Castro*», in *Vértice*, vol. IV, n.º 47, Coimbra, Agosto de 1947, p. 302-307.

¹⁴ *Op. cit.* p. 151.

sorri então o meu melhor sorriso, respirei fundo e comecei (o exame era oral) a falar no senhor e em Miguel Torga com tamanho entusiasmo e conhecimento de causa, que a banca não teve outra saída: tive distinção... Lerei agora os seus outros livros¹⁵, anuncia Lygia Fagundes Telles, exprimindo todo o seu apreço pelo autor de *A Lã e a Neve* nestes termos encomiásticos:

Mas quero que saiba desde já, senhor Ferreira de Castro, quanto eu o admiro e como fiquei sensibilizada com sua dedicatória na qual há uma generosa referência ao meu romance «Ciranda de Pedra».

Aliás, continua fervorosamente Lygia Fagundes Telles, remete-lhe a entrevista anexa para que veja seu nome entre os escritores da minha predilecção; e também para que conheça uma escritora do Brasil, ou melhor, um pouco da vida desta escritora que tão profundamente o admira.¹⁶

Em França, se Henry Poulaille escrevia no seu Prefácio para a edição de *Les Brebis du Seigneur* a propósito da arte narrativa de Ferreira de Castro que *il n'y aucun artifice livresque chez lui et le seul souci de l'humain est présent, mais sans aucune discontinuité¹⁷*, o mesmo crítico não deixou de acrescentar: *Et cela est plus rare qu'on ne le croit.*

Justificando a sua afirmação, Henry Poulaille escreveu, mostrando conhecer bem a obra do escritor português que prefaciava:

¹⁵ *Op. cit.*, p. 151.

¹⁶ *Op. cit.*, p. 151.

¹⁷ Henry Poulaille, «Préface», de *Les Brebis du Seigneur* de Ferreira de Castro, traduit du portugais par Louise Delapierre, Paris, Pierre Horay, 1950; as páginas do prefácio não estão numeradas.

Qu'il nous décrive un drame rustique dans un cadre falot d'un hameau perdu (Terre Froide) ou l'odyssée d'un émigrant gâchant sa vie (Émigrants), ou la vie des bergers et l'existence ouvrière pénible du Portugal (Les Brebis du Seigneur), ses romans sont tous pris en pleine chair vivante et les fruits amers, mais non aigres, l'expérience personnelle ont un accent d'authenticité indubitable. C'est la psychologie de l'âme primitive du peuple que le romancier s'attache à exprimer et jamais plume ne fut plus autorisée que la sienne, si riche d'avoir côtoyé en pauvre toute la misère de l'homme. Qu'il décrive la vie intérieure de la forêt, le travail aux plantations, le train-train journalier d'obscurs héros pliés sous la fatalité et la superstition, la hantise du pays natal chez l'exilé, l'animation d'une rue en effervescence, les promiscuités dans les cales d'un bateau lourd de bétail humain, ou la labeur dans une filature, l'existence inconnue des bergers, l'écrivain ne se laisse jamais aller à faire de la littérature inutile. Cela n'empêche pas, ressalva Henry Poulaille, que chez lui le peintre, le poète soient présents à chaque ligne, mais dans une fusion si intime, avec une telle délicatesse de touche, même quand la couleur est crue et violente, et que le pathétique du réalisme atteint au summum, que l'on est subjugué par la sûreté de main et la maîtrise du romancier.¹⁸

Justíssimas palavras e magistral síntese da temática dos romances de Ferreira de Castro. O prefaciador francês pouco depois proclama *qu'avec Ferreira de Castro la littérature vivante n'abaisse pas pavillon*. Entrando na apresentação mais pormenorizada do romance,

¹⁸ *Id., ibid.*

Henry Poulaille escreve:

*Oeuvre d'atmosphère encore, Les Brebis du Seigneur. C'est encore des décors du Portugal d'aujourd'hui qui forment le fond de cette fresque. C'est le drame du peuple portugais que l'écrivain nous y expose. C'est la psychologie du prolétaire de là-bas, imaginaire rêveur, patient et résigné finalement, mais gardant cependant la flamme d'espoir, cachée sous les cendres*¹⁹.

Recusando-se a resumir a trama da intriga romanesca, Henry Poulaille tece mais este comentário encomiástico sobre a técnica narrativa de Ferreira de Castro:

*En tant que roman, Les Brebis du Seigneur sont peut-être le plus romanesquement conduit que Ferreira nous ait offert. Il y a une progression dramatique soutenue; ce que les confrères appellent le métier. D'aucuns ont fait la fine bouche, à propos de Forêt Vierge, d'Emigrants et de Terre Froide. Ces livres étaient plus de documentaires que des romans. Ce qui est une manière de dire que le vivant est au-dessous du littéraire; conception bien conformiste et qui est heureusement en voie de s'écarter*²⁰.

Vale a pena continuar a transcrever estas sentidas palavras de Henry Poulaille, porque elas dizem acertadamente as razões do sucesso de Ferreira de Castro, não só em França como aqui em Portugal e noutras partes do Mundo. As citações são extensas, mas prefiro apagar-me e substituir parte da minha análise pela síntese magistral que o crítico e escritor francês ofereceu aos leitores da

¹⁹ *Id., ibid.*

²⁰ *Id., ibid.*

tradução que estava prefaciando:

Nous constatons simplement, assure-t-elle, que techniquement Les Brebis du Seigneur ressemblent plus au roman du type admis, que ne leur ressemblaient les autres. Nous n'y voyons là qu'une preuve nouvelle que Ferreira est un auteur en perpétuel renouvellement, et nous en sommes contents. Mais ce qui nous intéresse en ce livre c'est moins sa composition que son contenu. Et pour ce qui est de la matière de ce livre, nous y voyons qu'elle n'a pas changé. A travers la petite anedocte sentimentale d'Horacio et d'Idalina, c'est le grand problème de la misère du peuple. C'est la vie populaire exposée en deux parties qui comme deux volets du diptyque se complètent. La face pastorale, la face industrielle. Et si des incidents dramatiques y apportent quelque romanesque, si des pages comme celles de l'errance des deux hommes perdus dans le brouillard atteignent à une extraordinaire intensité, c'est encore le côté qu'on dira peut-être documentaire, et qui est l'expression de la vie même, qui domine. C'est le travail des bergers aux pâturages, la montée à l'alpage, le soin aux bêtes, la solitude qui nous y sont dites dans la première partie. Et c'est autre chose que les bergeries de Giono, commenta Henry Poulaille, prosseguindo a sua argumentação: Dans la seconde partie, plus rude, c'est le travail à la filature, c'est la vie ouvrière dans ses aspirations, dans ses luttes, la grève, l'échauffourée, la fin de tels travailleurs à l'hospice, la conduite de tel autre à sa dernière demeure et tous les actes du travail. Est-ce que quelqu'un avait jamais décrit l'activité d'une filature comme Ferreira?²¹, interroga o comentador.

No final da apresentação do romance o escritor francês classifica

²¹ *Id., ibid*

a obra de Ferreira de Castro como uma obra-prima:

L'histoire d'Horacio et d'Idalina qui se déroule est un prétexte à cette fresque. Si le prétexte fait mieux apprécier l'ensemble, réjouissons-nous. On a dit au Portugal et au Brésil que Les Brebis du Seigneur étaient le chef-d'œuvre de Ferreira de Castro.

*C'est en effet un chef-d'œuvre*²², conclui entusiasmado Henry Poulaille, passando logo a seguir à apresentação do bondoso escritor.

Por cá, e mais perto de nós no tempo, Álvaro Salema referiu *A Lã e a Neve* como o *mais definido testemunho do sentido social e da capacidade de representação da realidade popular portuguesa individualizada em personagens e comportamentos na obra de Ferreira de Castro. A largueza e segurança de composição do romance, assevera o crítico português, na linha do realismo novo que revitalizava a literatura portuguesa e a integrava nas grandes aspirações colectivas, determinaram-lhe uma larga divulgação em Portugal e no estrangeiro*²³.

Agustina Bessa-Luís teve a humildade de confessar por duas vezes que deve a sua vocação literária à leitura de *A Selva*, por recomendação de seu pai. A autora de *A Sibila* visitou a Amazónia com o fantasma do escritor osselense sempre a seu lado, tendo para si que o *Amazonas resplandecia da presença de Ferreira de Castro*.²⁴

²² *Id., ibid*

²³ Álvaro Salema, «Ferreira de Castro. Uma Vida e uma Obra», Introdução a *Obras de Ferreira de Castro / A Lã e a Neve*, vol. I, 4.ª Edição, 1984, Lello & Irmão – Editores, p. XXVI e XXVII.

²⁴ Ver Pedro Calheiros, «Uma bela e sólida ponte entre o Naturalismo e o Neo-Realismo», in *Folhas 3. Letras & Outros Ofícios*, Aveiro, Grupo Poético de Aveiro, 1998 (número especialmente consagrado ao Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro) p.49-50.

José Rodrigues Miguéis proclamou que «A SELVA», «Emigrantes», «A Lã e a Neve», entre outros títulos de Ferreira de Castro, representam trabalhos de excelente nível, que o situam no plano dos romancistas do nosso tempo²⁵.

Fernando Namora teve a hombridade de reconhecer a sua dívida e da sua geração para com o autor de *Emigrantes* e de *Eternidade*. Criticando a guerrilha que alguns confrades e críticos lhe moviam, Namora lembrava que *apenas os medíocres podem fruir as unanimidades, a paz de não terem detractores, estes tanto mais ferozes quanto mais se agiganta o objecto da sua contestação*. Namora chega mesmo a falar de uma inevitável «revolta contra o pai» observada naqueles que escolhem um caminho e, num dado momento, desvalorizam as fontes para evidenciarem a sua emancipação. O autor de *O Trigo e o Joio*, referindo-se às marés literárias, à alternância de esquecimento e de devoções diz que *só passa por elas quem as merece*²⁶.

Até Vitorino Nemésio lhe prestou um *comovido tributo*, reconhecendo o *pecado* de não ter sempre dado a atenção que Ferreira de Castro, *excelente pessoa e pomba sem fel*, merecia. O autor de *Mau Tempo no Canal* reconhece que *A Lã e a Neve*, *Eternidade* e *A Experiência* são obras excepcionalmente conseguidas, para não falar da proverbial *obra-prima* que é *A Selva*²⁷.

Urbano Tavares Rodrigues afirmou que o pioneiro Ferreira de Castro, o primeiro escritor que *começ[ou] a desbravar o terreno que os neo-realistas virão a cultivar com espírito programático a partir*

²⁵ *Id., ibid.* p.58.

²⁶ *Id., ibid.* p. 51-52.

²⁷ *Id., ibid.* p. 52-53.

*do final da década de 30, esse percursor que fora Ferreira de Castro é por seu turno marcado pelo maior rigor da nova escola, pelo estudo a que, uns mais do que outros, procedem os expoentes desta literatura cujo «deus oculto» é o marxismo. Isso nota-se – explica o autor de *Exílio Perturbado* – particularmente na elaboração dos romances *A Lã e a Neve* (1947) e *A Curva da Estrada* (1950)²⁸.*

Óscar Lopes confessou que Ferreira de Castro foi um dos seus modelos literários; este corajoso crítico e historiador da nossa literatura considerou-se um *neo-realista* (título de que até não gosta[ra] nunca, tal como Mário Dionísio), seguindo uma pauta que, entre os seus modelos conta com *A Lã e a Neve*, 1947, apesar de certas fraquezas deste livro, acrescenta Óscar Lopes. Achando que a narração é por vezes vagarosa, Óscar Lopes não deixa, todavia, de perguntar: *Onde há uma personalidade tão completa como a do velho anarquista Marreta de A Lã e a Neve, que estudou esperanto, é vegetariano e não fuma, e que sabe perfeitamente já não ter a presteza de início, e está a pensar na sua substituição por Horácio, – esse seu futuro, previsto e querido sucessor, que o vai condenar a uma morte lenta, fruto do seu salário baixíssimo? E os múltiplos acidentes – continua a salientar Óscar Lopes – de querer acender a lanterna, na longa caminhada de toda uma noite tempestuosa, em A Lã e a Neve?*²⁹ O crítico acaba por declarar que *A Lã e a Neve é o seu livro mais equilibrado (apesar de lhe faltar o fundo epopeico da Amazónia) e*

²⁸ *Id., ibid.* p. 55-56.

²⁹ Óscar Lopes, «A Contemporaneidade Histórico-Literária Portuguesa», in *Vária Escrita*, n.º 3, Sintra, 1966, p. 104 e 108.

reconhece em Ferreira de Castro a representação literária do povo rural português³⁰.

Ainda este ano (1998), em Aveiro, Cecília Sacramento num sentido «Testemunho» incluía *A Lã e a Neve*, a par de *A Selva, Emigrantes e Eternidade*, entre os romances *mais tocados pelo sofrimento*³¹ e lembrava que o romance *A Lã e a Neve* foi, em 1951, *seleccionado pelo Club Français du Livre como o melhor romance em língua estrangeira*³².

Para Jorge Amado, o autor de *A Lã e a Neve sempre foi o arauto de boas novas, mão solidária, palavra acolhedora*³³.

2. *A Lã e a Neve* – um «Bildungsroman» dum pastor da Serra da Estrela

O romance está dividido em três partes: a primeira intitulada «Os Rebanhos», a segunda «Lã e Neve», justificando o título do romance, como se vê, e a terceira «A Casa».

Nesta obra sobre os pastores da Serra da Estrela e sobre o proletariado têxtil da Covilhã o leitor assiste através do desenrolar da acção à iniciação de Horácio, que passa por três fases bem distintas: a do seu serviço militar – onde conhece um outro mundo e onde melhora a sua rudimentar formação escolar; a fase intermediária, a das dificuldades dos seus primeiros anos de casado, seus sonhos e

³⁰ *Id., ibid.*, p. 101.

³¹ Cecília Sacramento, «Testemunho», in *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro, Catálogo da Exposição Foto-Bibliográfica e Documental*, Recolha, selecção e montagem dos materiais, Introdução e Notas do Comissário da exposição, Pedro Calheiros, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1998, p. 41.

³² *Id., ibid.*, p. 45.

³³ *Id., ibid.*, p. 50-51.



Ilustração de Lino António para *A Lã e a Neve* «Obras Completas», 1949

frustrações; e, a última e mais significativa, que vai correndo paralela a esta, a fase da educação política que vai adquirindo no meio fabril mais consciencializado da Covilhã, mas sobretudo a da iniciação que recebe do velho e generoso anarquista Marreta.

Durante a primeira fase, Horácio toma consciência, sobretudo no Estoril e em Lisboa, da diferença abissal que separa a vida dos cidadãos abastados, ou mesmo remediados, da sua pobre vida e da situação miserável dos seus conterrâneos, dos outros pastores da Serra da Estrela e ainda também dos operários covilhanenses, explorados e sofrendo as maiores privações. Numa oposição cidade-campo – ou melhor, à maneira eciana, e que, de resto, corresponde mais ao quadro espacial do romance, num contraste cidade-serra – Ferreira de Castro mostra-nos, desde a segunda página do romance, Horácio a contar à sua conversada Idalina os encantos e maravilhas que contemplara, embevecido, no Estoril ou na capital, outra terra de alguns Jacintos que vivem em outros 202, de que ele nunca ouviu falar evidentemente; cidade onde chegou a querer permanecer para tentar dar outro rumo à sua vida, sem ter, porém, conseguido arranjar emprego. Horácio vem da tropa decidido a adiar o seu casamento para poder construir uma casa nova, com melhores condições do que aquela que fatalmente lhes caberia em sorte.

A Lã e a Neve é, de certa forma, o contrário de *A Cidade e as Serras*. Em Tormes, Jacinto lê Virgílio e goza as doçuras bucólicas das margens do Douro. Na Serra da Estrela, Horácio, nome que Ferreira de Castro não escolheu certamente à toa, tenta a todo o custo fugir da miséria de Manteigas e vai ter que aprender a contentar-se, não com a

aurea mediocritas, que o povo não sabe o que é e nem pode desfrutar, mas sim, mais humildemente, com a negra mediocridade, para não falar do geral desamparo a que estão votados os pobres trabalhadores. Terá de resignar-se a abandonar o seu individualismo e procurar mudar a sua condição, lutando pela melhoria da sorte de todos os pobres como ele.

À boa maneira realista, mas com notas que prenunciam o neo-realismo, Ferreira de Castro vai-nos instalando no ambiente serrano das terras de Manteigas, descrevendo *o grande vale, ao pé do Zêzere, que na paz crepuscular adquiria voz forte, correndo e cantando entre os penedais do seu leito. A luz parecia desprender-se, como um véu, da imensurável cavidade*, prossegue o narrador criando a atmosfera do seu romance e acrescentando apontamentos de dimensão simbólica: *deixando ainda vermelhar a telha francesa das casas abastadas, enquanto os negros telhados dos pobres se somavam já à escuridão que avançava*³⁴. Uma página depois, Ferreira de Castro insiste na recriação deste clima soturno, tão escuro como o das personagens que está a criar: *O lusco-fusco apardaçara toda a terra, desde o vale às cristas das Penhas Douradas. Dir-se-ia que uma poalha escura e flutuante envolvia tudo, as casas dos homens e os fojos dos lobos, nos declives abruptos, e se apossava do próprio céu* (p.18).

Depois de descrever os casebres da aldeia e a pobreza dos seus habitantes, contrastando com a casa e a abastança do Padre

³⁴ A partir daqui, indicarei no corpo do trabalho, apenas o número da página entre parênteses da edição que passarei a citar e que é a seguinte: *Obras de Ferreira de Castro / A Lã e a Neve*, vol. III, 4.^a Edição, 1984, Lello & Irmão, Editores, p. 17.

Barradas, ou do pequeno proprietário Valadares, Ferreira de Castro narra a discussões de Horácio com sua mãe Gertrudes e seu pai Joaquim, quando lhes anunciou que não mais queria guardar os rebanhos do Valadares, porque nunca conseguiria, se continuasse a trabalhar para ele, construir a casa com que sonhava para se abrigar com a sua futura mulher e com os filhos que nascessem. Horácio, apesar de ter sofrido alguma influência anticlerical na tropa, da parte do recruta Jangada, decide pedir a intervenção do Padre Barradas junto do senhor Martins para que lhe arranje um lugar de aprendiz na fábrica da Covilhã. O Padre faz-lhe a apologia da vida pastoril evocando os poetas antigos, que tinham razão ao cantarem a bonita vida dos pastores (p.33). Porém, Horácio porfia no seu projecto, *pois sempre ouvira dizer que a indústria da Covilhã era muito mais importante do que a de Manteigas. Lá os teares eram de ferro e muitos teciam fio de estambre; ali eram de pau e só havia fio cardado. Por mor disso, os tecelões da Covilhã ganhavam mais do que os de Manteigas. E talvez o Manuel Peixoto ou o padrinho lhe conseguissem alguma coisa, pois a Covilhã já era uma cidade grande* (p.34-35).

Quando Horácio vem à Covilhã à procura de emprego, depois da iniciação cidadina durante o serviço militar, *a cidadezita serrana, de ruas tortuosas e íngremes, não lhe impunha, agora, aquele acanhamento de homem do mato que ele tinha, perante ela, antes de conhecer Lisboa e o Estoril. A Covilhã parecia-lhe, desta feita, muito mais pequena do que antigamente* (p. 35).

A conversa já vai longa demais, eu não tenho o fôlego, nem as capacidades oratórias e políticas de Fidel, e vocês não têm, certamente,

a mesma paciência que os cubanos ou do que os admiradores que o foram aplaudir a Matosinhos. De qualquer forma, seria pretensioso da minha parte, e seria matéria para mais palestras, requerendo muito mais tempo, resumir e comentar-vos este extenso e caloroso romance sobre estoutras terras frias da Beira Interior.

Estamos na Covilhã; o romance é, ou, pelo menos, deveria ser, bem conhecido aqui. Ficarei ao vosso dispor para conversar sobre ele e sobre o escritor.

A propósito, permitam-me que faça uma sugestão à Câmara Municipal com a intenção de incentivar a leitura, em geral, e em particular de Ferreira de Castro, no sentido de reeditar *A Lã e a Neve*, pelos seus próprios meios e numa edição barata, e/ou promover a edição de uma monografia contendo excertos do romance e reproduções das capas das edições portuguesas e das traduções, sem esquecer a geografia do romance, isto é os lugares serranos descritos ou evocados. Tais volumes seriam de grande utilidade nas escolas da região.

Para acabar, e deixar tempo para a discussão, e para a música e leitura de excertos, apenas quero acrescentar que Holger Sten, académico dinamarquês, já em 1951, *espontaneamente* propôs Ferreira de Castro para o Prémio Nobel, como revela, por essa ocasião, numa carta de 23 de Fevereiro desse mesmo ano, endereçada a Roberto Nobre. Holger Sten explicava assim as suas razões: *Julgo que a obra dele, além do valor artístico, contém uma mensagem utilíssima para a humanidade de hoje.*³⁵

³⁵ Ferreira de Castro / Roberto Nobre, *Correspondência (1922-1969)*, introd., leitura e notas de Ricardo A. Alves, Lisboa, Notícias/Câmara M. de Sintra [D. L. 1994], p.224-225.

Não serei eu que o desdiga ainda hoje, e talvez mais do que nunca, eu que escrevi no Catálogo de uma exposição foto-bibliográfica e documental que organizei em Aveiro para assinalar o Centenário do notável escritor e cidadão exemplar:

Homem modelar, poderia e deveria servir de espelho a gerações rascas ou não, mas que uma certa pestilência ambiental conduz a essa desoladora posição, num tempo em que se vitoriam quase exclusivamente os atiradores do futebol e suas cortes, seus negócios e violências, os políticos lançadores de foguetes em seu próprio louvor, os estilistas dos trapos, os génios da BD, os leitores, ou talvez nem isso, das Selecções do Reader's Digest, para não falar da Caras e quejandas, dos apreciadores de fast food, dos não frequentadores das bibliotecas virtualmente virtuais, tão virtuosas que muitos dos seus atractivos morrem virgens, para não me deter sobre os arregimentados prontos, não se sabe bem para quê, se nem contínuos são nas escolas (onde o facilitismo conduziu ao resultado lastimoso que sabemos e que alguns deploram), nem magalas analfabetos nas paradas dos quartéis (refiro-me obviamente às muletas omnipresentes na linguagem de muito boa gente que não devia falar tão claudicantemente). Que me perdoem este desabafo que poderá parecer passadista e retrógrado, mas ele só na aparência assim poderá ser entendido, pois não ponho em causa nenhuma destas actividades humanas, nas suas melhores vertentes, mas a inversão de valores que as acompanham, a sua sobrevalorização e a apatia intelectual que têm provocado; se isto, sem prazer nenhum escrevo, é por muito melancolicamente pensar

no futuro e por, a semelhança do notável escritor, ter esperanças voluntaristas, mas sem ilusões, por entender que Ferreira de Castro poderia servir de antídoto contra muitos dos actuais e omnipresentes anestésiantes, quer sejam políticos, financeiros ou mediáticos.

Ferreira de Castro queria ler e não tinha dinheiro para livros; outros jovens têm-no, talvez em demasia, e não podem ver livros sem enfado ou sono, quando não ostensivo desprezo. O dinheiro que alguns gastam a rodos serve quase exclusivamente para comprar luxuosos trapos de marca, carros rutilantes, alpercatas com «griffe», copos sem fundo e outros ópios mais perigosos, etc. Nesta era de consumismo desenfreado, do ser preterido em favor do parecer e do ter e do estar, de gorda despolitização, de magro civismo, de fracos escrúpulos, de esquelética moral, que inculca na juventude, e não só, o gosto alienado pela sociedade do espectáculo – que aniquila a informação e a reflexão – pelo sensacionalismo, pela brutalidade, pelo narcisismo, pela frivolidade, pela leveza, pelo cálculo egoísta, pelo carreirismo maquiavélico, num tempo em que parece haver muito pouco por que lutar, por estar para muitos garantido o essencial, neste tempo e neste país, ler a obra e conhecer a vida de Ferreira de Castro talvez não fosse só ociosa ocupação.

A carapuça não serve evidentemente para todas as cabeças, mas são numerosas demais aquelas que a podem enfiar. Mas o discurso e a diatribe já vão longuíssimos para estes tempos de fast reading, de fast thinking, que aceitam, cada vez mais, quase

Pedro CALHEIROS

exclusivamente o que está condensado, digerido, digest, até chegar mesmo a perder a sua substância. Pronto. Estou catalogado. Tant pis, tanto faz, ou tant mieux; para bom entendedor...

Decididamente eu não tenho jeito nenhum para discursos edificantes. Imperfeito texto – em todos os sentidos, incluindo o manuelino – onde me levaste!³⁶



³⁶ Pedro Calheiros, «Relembrando Ferreira de Castro no Centenário do Seu Nascimento», in *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro, Catálogo da Exposição Foto-Bibliográfica e Documental*, Recolha, selecção e montagem dos materiais, Introdução e Notas do Comissário da exposição, Pedro Calheiros, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1998, p. 17-18.

LEITURAS



Cartas do Sertão, de Curt Nimuendajú para Carlos Estêvão de Oliveira, apresentação e notas de Thekla Hartmann, Museu

Nacional de Etnologia [de Lisboa], Assírio & Alvim, Lisboa, 2000, 336 pp.

Não cabe relembrar aqui, detalhadamente, a riquíssima personalidade de Curt Unker (1883-1945), autodidacta de origem alemã, baptizado Nimuendajú («aquele que abre o seu próprio caminho») pelos índios Guarani do interior do Estado de São Paulo, e naturalizado brasileiro com este nome. O ilustre sertanista já será conhecido dos leitores da *Castriana*, pelo menos como o herói mais representativo do último romance de Ferreira de Castro, *O*

Instinto Supremo. Aliás a preciosa bibliografia apensa ao volume das *Cartas do Sertão* pode fornecer várias pistas, para o curioso, de dados biográficos, bem como de elementos científicos.

O nosso propósito é descrever rapidamente a colectânea proposta pela editora Assírio & Alvim, que abrange o período 1923-1942, e corresponde às cartas endereçadas por Nimuendajú ao director do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, Doutor Carlos Estêvão de Oliveira, jurista e investigador, ornitólogo e etnólogo, natural de Olinda, em Pernambuco, que durante mais de vinte anos foi procurador, orientador e correspondente directo de Curt Nimuendajú, durante os seus sucessivos «trabalhos de campo», os quais se estendem aos vales dos principais rios dos Estados do Amazonas (Solimões), do Pará

(principalmente na ilha marajoara de Caviana), do Maranhão, de Goiás e do actual Estado de Tocantins, à procura de «coleções» de objectos etnográficos, nomeadamente nas sepulturas, e de levantamentos linguísticos.

Desde o início, o que surpreende mais o leitor é a extraordinária escassez de meios do cientista e a precariedade das suas expedições. Nimendajú queixa-se amiúde do mau estado das embarcações ou da quase inexistência dos meios de transporte em muitas zonas do Interior, sobretudo no Maranhão e em Goiás. As suas cartas evocam as exasperantes esperas e os perigos devidos às cachoeiras que tornam certos troços de rios intransitáveis, como por exemplo o rio Tapajós. As viagens expunham o seu corpo delgado, quase franzino, às epidemias, aos catarros, à disenteria, às pneumonias, o que também lhe ocasionava consideráveis perdas de tempo e dificuldades financeiras suplementares, que o obrigavam a pedir ajuda em remessas de dinheiro ao seu procurador e amigo Dr. Carlos. Outro aspecto mais dramático é a constatação da falência quase total do sistema de protecção dos índios.

No decorrer das suas viagens, Nimuendajú lamenta os avanços da aculturação dos indígenas do Norte do Brasil, marcando com o ferrete do opróbio certos regatões e vendedores ambulantes de cachaça e de liamba, que transformam os índios indefesos em bêbedos toxicodependentes, em trapos humanos, facilmente exploráveis pelos latifundiários coniventes, nas colheitas da castanha, da balata ou no corte da seringa. Um outro tipo de denúncia diz respeito à invasão da Amazónia pelos missionários católicos (salesianos) e outros tantos protestantes, que obram em prol da extirpação das tradições culturais nativas, destruindo todas as estruturas sociais e mentais dos índios. Da mesma maneira, o sertanista entra em conflito com os latifundiários. Em Goiás e no Alto Maranhão, por exemplo, certos fazendeiros intrigam contra Nimuendajú, tentando indispor os nativos contra ele, e, quando as insinuações maliciosas não surtem o efeito desejado, na vila de Barra do Corda, por exemplo, os Arrudas, poderosos oligarcas da terra, acusam-no do furto de vacas, ameaçando-o de prisão. O cientista

acaba por ser agredido fisicamente na rua pelos *cabras* do fazendeiro-mandão. Nimuendajú apela em vão ao promotor público que lhe explica que naquele Estado ninguém pode proceder contra um filho da terra, apoiando as acusações proferidas por um forasteiro...

Interessantes, mas por outras razões, são as cartas que se referem à viagem de Seu Curt à Europa em 1934, de visita à sua Alemanha natal, para estabelecer contactos com vários museus e institutos universitários. Ele visita a irmã em Iena, depois passa por Dresden, Leipzig, Berlim, Hamburgo, antes de ir à Dinamarca, à Suécia e a Londres. Por toda a parte, inquieta-se com o surto do nacional-socialismo e do antisemitismo. Nimuendajú mostra-se manifestamente antifascista, pronunciando-se contra as pretensões supragermânicas do terceiro *Reich*, com Adolfo Hilter já instalado no poder a vomitar ódio e arrogância, incitando os seus compatriotas a aderir ao seu ideário de expansão pan-germânica pela Europa e pelo mundo fora. A Alemanha parece-lhe irreconhecível, jugulada, esvaziada da sua cultura, lúgubre e estéril.

Em definitivo, a figura do sertanista que nos surge revela-se muito diferente

daquela personagem fria e intransigente que chefia a expedição de pacificação da nação Parintintim, narrada por Ferreira de Castro. Pelo contrário, nas *Cartas do Sertão*, Curt Nimuendajú, embora não perca nunca certa condescendência eurocêntrica, confraterniza, brinca com os seus hóspedes índios, faz de curandeiro, de médico, de enfermeiro, ouve as confidências, acompanha os nativos na roça, come com eles na ocara em frente da maloca, conversa com todos, mostrando-se particularmente respeitoso com os mais velhos, conhecedores das línguas caídas em desuso e das tradições cada vez mais desprezadas pelos «civilizados».

Último detalhe, que mereceria algumas indagações mais precisas: das poucas alusões à nação parintintim, parece depreender-se que o contacto com os «homens das vespas» deixou no sertanista certo travo amargo, a imagem do mau selvagem talvez, para quem sempre acreditou, como Cândido Rondon, o seu mestre, que os nossos irmãos selvagens eram todos bons...

Bernard EMERY

* * *



**Le Petit Garçon
d'Ossela - Brève
Monographie
Illustrée de José
Maria Ferreira
de Castro,**

G r e n o b l e ,

CRELIT - Université Inter-Ages du
Dauphiné, 2001, 77 pp.

Maria Luísa Tavares de BASTOS,
«José Maria Ferreira de Castro, le
petit garçon d'Ossela» (9-18); Marie-
Eve LETIZIA, «Le seringal Paradis,
entre réalité et fiction» (19-27);
Bernard EMERY, «Comment fut
pacifié le Tudesque Unker, alias
Nimundaju, naturel de Jena, en
Thuringe» (31-54); António AMORIM
«Ferreira de Castro, un écrivain
anarchiste?» (55-74).

«Le Petit Garçon d'Ossela» (« O
Menino de Ossela ») é o título da
monografia publicada em 2001, em
Grenoble, graças ao empenho do
Centro de Investigação e de Estudos
Lusófonos e Intertropicais (CRELIT),
sob os auspícios da acolhedora
Universidade Inter-Idades do
Delfinado, França, que todos os
anos, há aproximadamente três
lustros, recebe no seu seio um grupo
de eméritos estudantes de terceira

idade : professores aposentados,
engenheiros e juristas reformados,
antigos funcionários do Estado
francês que durante muito tempo
andaram em serviço externo, nos
países de língua portuguesa.

Esta simpática turma de estudiosos
costuma debruçar-se sobre as obras
de diversos escritores lusos ou
brasileiros, em cujo número figura
José Maria Ferreira de Castro. O
romance analisado e comentado nas
aulas semanais foi «A SELVA», que
levou os participantes a investigar
tanto sobre a vivência amazonense
do autor, que passara quatro anos
num seringal do rio Madeira, quanto
sobre as causas da sua tão precoce
saída de Portugal, rumo ao Pará e
ao Amazonas. Este último pormenor
da biografia do romancista conduziu
os estudantes de Grenoble a uma
pesquisa centrada sobre a
personalidade daquela criança
invulgar, que tinha sido o nosso
menino de Ossela, emigrante aos
doze anos de idade, num país
desconhecido e imenso, tanto pela
sua superfície como pela
diversidade dos seus biosistemas,
frequentemente inóspitos para os
colonos de raça branca e onde a
sobrevivência de certos emigrantes

portugueses se tornava problemática. A emigração para a Amazônia do adolescente Ferreira de Castro, natural do concelho de Oliveira de Azeméis, e oriundo duma modesta família de lavradores, as suas aventuras no Seringal «Paraíso», as decepções vividas na amargura do dia-a-dia miserável em Belém do Pará e a sua inesperada estreia literária naquele meio hostil e pouco propício aos estudos, o amadurecimento e a conscientização progressiva do jovem José Maria no contacto permanente com uma humanidade migrante, pluriétnica e miscigenada, e, finalmente, a repentina eclosão da vocação de romancista e de prosador definitivamente empenhado na luta pela dignificação da condição humana dos humildes e explorados deram, muitas vezes, lugar a interpretações fantasistas do seu percurso.

Assim, criou-se em torno da criança que tinha emigrado da remota Ossela um mito de menino-prodígio que virara humanista e escritor, inspirando-se nas realidades da selva e no ambiente humano dum importante latifúndio gomífero do sul do Amazonas... e não só, porque também houve quem lhe atribuísse simpatias

anarco-sindicalistas, amizades com as personalidades contestatárias ou mesmo revolucionárias.

E recentemente, este mesmo mito motivou os cinco autores intervenientes na elaboração da monografia proposta pela Universidade Inter-Idades do Delfinado, a debruçarem-se novamente sobre alguns aspectos da lenda castriana, sem nenhuma intenção de destruí-la ou contestá-la, aliás, mas antes para clarificar o itinerário das respectivas investigações, tornando mais verdadeiro, mais humano, mais acessível ao seu público o romancista Ferreira de Castro, que ultrapassado pela notoriedade mundial, nunca antes sonhada, deixara de pertencer a si próprio, devorado pelo mito.

O primeiro ensaio foi escrito por Luísa Tavares Bastos, doutoranda do Porto, que actualmente trabalha na redacção da tese sobre o autor de «Emigrantes», e retoma a famosa «lenda» segundo a qual Ferreira de Castro tinha tecido em torno de si próprio, a partir de 1933, através do opúsculo intitulado «Ferreira de Castro e a sua obra», publicado pela Editora «Civilização» do Porto, a sua biografia.

As referidas «memórias» do

romancista foram adoptadas e retrabalhadas pela maior parte dos seus biógrafos, quase sempre sem nenhum espírito crítico. Por sua parte, a estudiosa Luísa Tavares Bastos resolveu proceder a uma revisão sociológica do texto outrora editado na capital do Douro, do qual o leitor do seu ensaio encontrará algumas citações nas notas. O estudo iniciado por esta autora anuncia-se particularmente pormenorizado e aprofundado. Quanto ao presente artigo, que segue os principais vectores da sua pesquisa, este fixa a imagem do José Maria emigrante pobre, partido para o Brasil em busca da fortuna, das lendárias moedas de ouro, carregadas de magia e de esperanças numa almejada ascensão social. Encontramos, portanto, o paradigma daquele menino precoce, espevitado, e ferido nos seus brios, quando tenta afirmar-se, teimando em agarrar-se a um namoro impossível.

O trabalho de Luísa Tavares Bastos dá-nos a conhecer o ambiente da aldeia em que nascera e se criara José Maria Ferreira de Castro, no dealbar da centúria de Novecentos, permite que o leitor se inteire das condições em que se ministrava,

naquela época, a instrução primária, no meio rural, conheça a figura do mestre-escola, sr. Portela, que muito tinha ajudado o menino de Ossela na preparação do exame da quarta classe, prova que, superada com êxito, o habilitaria à obtenção duma preciosa certidão, que constituía para um jovem provinciano como ele um verdadeiro passaporte para um futuro mais promissor.

O ensaio da doutoranda portuense apresenta-nos igualmente a progenitora do futuro romancista, mãe de muitos filhos que teve de lutar sozinha pela sobrevivência dos seus por causa do súbito falecimento do marido e chefe de família, ocorrência que consideravelmente agravara a situação financeira daquela jovem viúva e da sua numerosa prole. Aquele vulto de mãe, ríspida e autoritária, mais castigadora do que carinhosa, contribuía certamente para despertar precocemente o desejo de independência no garoto ambicioso e sonhador, que foi o nosso Ferreira de Castro, rapaz que desde criança de tenra idade já parecia predestinado à condição de emigrante nas terras distantes da humilde povoação das suas raízes familiares.

O segundo ensaio é da autoria de Maria Eva Letícia, uma estudiosa lusitanista vinculada ao Centro de Investigação e de Estudos Lusófonos e Intertropicais, da Universidade « Stendhal » de Grenoble. O trabalho dela faz o balanço dos conhecimentos acerca da realidade do latifúndio gomífero «Paraíso», situado numa das margens do rio Madeira, no Estado do Amazonas. Por se tratar dum espaço geograficamente longínquo e de acesso difícil, muitas vezes estes mesmos conhecimentos se revelam fragmentários ou incompletos. Lembre-se que o adolescente José Maria Ferreira de Castro trabalhara no Seringal «Paraíso», durante quatro longos anos, passando da categoria de seringueiro, no sítio chamado « Todos-os-Santos », à de ajudante de guarda-livros, junto do barracão da sede da referida propriedade florestal e lactífera. Diga-se também que o texto acabado de ser incluído na presente monografia, divulgada sob o patrocínio da Universidade Inter-Idades do Delfinado, apenas corresponde a um modesto retalho dum extenso estudo monográfico de mais de quatrocentas páginas, dedicado à « Identidade étnica,

social e cultural dos habitantes do Município de Humaitá, Estado do Amazonas, Brasil », redigido a pedido do Mestrado « Natureza e Cultura na Amazónia », aberto na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade do Amazonas, em Manaus, e entregue em 2001 aos responsáveis por esse departamento de ensino superior, sob a forma de estudo de pós-doutorado.

A autora do ensaio que visitou duas vezes a povoação de Humaitá e o seu termo, de que faz parte o antigo Seringal «Paraíso», debruça-se aqui sobre a recordação pessoal do rio Madeira, da selva amazónica circundante e do próprio latifúndio gomífero que o jovem Ferreira de Castro provavelmente tivesse levado da sua estada no sul do Amazonas, no remate da gloriosa época do ciclo da borracha.

Uma parte dessa vivência madeirense do nosso romancista foi habilmente aproveitada e inserida no contexto da ficção intitulada «A Selva» (1930). Contudo, por razões óbvias, no célebre romance de Ferreira de Castro, essa mesma realidade amazonense encontra-se deformada, porque o escritor luso a sujeitara aos imperativos decorrentes do enredo

romanesco em que ela fica inserida, preocupando-se com a coerência do trama ficcional, cujo protagonista não é o nosso menino de Ossela, mas sim o Alberto, um antigo estudante de Direito lisboeta, monárquico convicto, pelo que politicamente comprometido, e que foi refugiar-se no Brasil, após a implantação da República em Portugal. Aquele jovem exilado acabaria por alistar-se nas hostes de trabalhadores florestais, recrutados no Nordeste para irem cortar a seringa e extrair o látex vegetal por conta das propriedades extractivas do Médio Madeira.

Neste aspecto, a recente publicação de «Ferreira de Castro, um emigrante português na Amazônia» por Abrahim Sena Baze abriu à estudiosa grenoblense algumas novas perspectivas, que lhe permitiram estabelecer uma comparação pormenorizada entre a realidade tangível, verificada «in situ», a visão castriana, transmitida pela sua ficção romanesca, e várias achegas biográficas, encontradas no trabalho do investigador brasileiro que, por sua parte, tinha conseguido identificar todo o clã dos Teles Monteiro, constituído na segunda

metade de Oitocentos, em torno do célebre Comendador José Francisco, natural do Porto, e dono do «Paraíso», a quem se deve igualmente a fundação da actual cidade e do Município de Humaitá. Frise-se também que, além de nos falar do seringalista do «Paraíso», que no romance de Ferreira de Castro aparece metamorfoseado numa curiosa personagem de videirinho mulato, ganancioso e cruel, o ensaio de Maria Eva Letícia evoca as condições de existência e de trabalho dos seringueiros do Madeira, explicando toda a engrenagem das circunstâncias adversas que levavam inexoravelmente à escravização daqueles trabalhadores rurais do látex, vítimas duma exploração impiedosa por parte dos seringalistas prepotentes, sem se esquecer de levantar o escaldante problema das carências sexuais, patentes entre os seringueiros, feitos reféns do «inferno verde», no início do século XX. Esta situação melindrosa levava dezenas desses homens solitários a cometer crimes passionais e outras barbaridades, que frequentemente ficavam impunes, naquele meio silvestre, parcialmente impenetrado, onde as

autoridades quase nunca se aventuravam. À margem das privações sexuais acima mencionadas, o leitor encontrará igualmente a escabrosa questão da zoofilia, assinalada por Ferreira de Castro na sua obra, e que por pouco não entrou a publicação do romance «A Selva», nas vésperas da implantação do Estado Novo salazarista.

Por fim, o ensaio da lusitanista de Grenoble refere-se ao declínio da propriedade lactífera madeirense e ao abandono da extracção de látex vegetal no «Paraíso» que imediatamente provocaria um êxodo em massa dos seringueiros, sacrificados pelos padrões ameaçados de falência.

Actualmente, no lugar do histórico Seringal «Paraíso» encontra-se a modesta Vila Ferreira de Castro, povoada por uma escassa dezena de famílias caboclas, que tentam tirar o seu sustento da agricultura e da pesca, com o apoio da Prefeitura Municipal de Humaitá, que subsidia ali uma escola primária rural com o respectivo professor, um armazém de géneros alimentícios, de alfaias, ferramenta e material agrícola de primeira necessidade e um projecto

de biblioteca popular-minicentro cultural que terá por patrono o escritor e humanista José Maria Ferreira de Castro, que naquele barranco do Madeira afirmara a sua vocação literária.

Ao ensaio da estudiosa grenoblense segue-se a evocação poética de Iraci dos Santos Souza, Presidente da União dos Artistas de Humaitá que, em 1998, também tinha sob a sua orientação a Comissão de organização das festividades comemorativas do Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro. Este curto trecho de prosa poética da mineira Iraci, que há muitos anos se apaixonara pelo vale do Madeira, resolvendo radicar-se em Humaitá, permite fazermo-nos uma ideia do estado actual do lugar, onde outrora existia a sede do Seringal «Paraíso», em cujo terreiro, à sombra duma frondosa sapoliteira, o jovem José Maria Ferreira de Castro compôs o seu primeiro manuscrito : o esboço do seu romance juvenil «Criminoso por ambição».

Iraci dos Santos Souza menciona os esforços feitos por um grupo de admiradores da obra castriana no sentido de conseguirem a recuperação progressiva e a transformação

definitiva do local, onde dantes se situava o barracão do «Paraíso» em lugar consagrado à memória do escritor português. A tarefa afigurava-se tanto mais difícil que a antiga propriedade lactífera consta de um pedaço de selva amazónica, praticamente devolvida ao estado primitivo após o abandono das actividades extractivas, e de um pequeno recorte da ribanceira do Madeira, onde a natureza selvagem também acabou por impor a sua própria lei. O referido barranco, sendo muito argiloso, é sujeito aos desmoronamentos que ocorrem nos períodos das enchentes cíclicas, ficando remodelado, depois, pelas areias ali deixadas aquando da retirada das águas fluviais e pelos aluviões que o caudal barrento ali deposita correndo ao encontro do rio Amazonas.

Por outro lado, o texto redigido pela poetisa Iraci testemunha a presença nas margens do rio Madeira duma certa forma de arte, próxima das tendências da «*art naïf*», que faz florescer nas margens do Médio Madeira a lembrança dum escritor que passou por aquelas paragens, antes de ganhar renome mundial, mas cuja memória continua sempre

viva no Município humaitaense, tão afastado de quaisquer Academias de Letras e ao mesmo tempo tão distante daquela moderna Amazônia manauara, comerciante e industrializada, e mais ainda da vida cultural e artística das urbes carioca e paulista, assim como dos centros culturais sofisticados do nosso Velho Continente europeu.

O encontro com a comunidade dos índios da nação Parintintim, em que o catedrático lusitanista de Grenoble Bernard Emery participou a 2 de Setembro de 1999, na maloca do Igarapé Traíra, situada no território do Município de Humaitá, a poucos quilómetros de distância da rodovia Transamazónica, satisfez finalmente o antigo desejo acalentado pelo autor, que sonhava poder ir ao encontro dos descendentes daquela «tribo de guerreiros antropófagos, cortadores de cabeças», cuja custosa pacificação é evocada por Ferreira de Castro, na sua derradeira grande ficção romanesca «O Instinto Supremo», escrita em 1966. Lembre-se aqui que Bernard Emery é também o autor da monumental tese de doutoramento de Estado, intitulada «Ferreira de Castro e o Brasil», cuja preparação lhe permitiu

averiguar que o nosso escritor luso nunca encontrara um só Parintintim na vida. Este facto explica vários erros «poéticos» ou «romanescos», patentes nas páginas da obra de referência e relativos à morfologia dos indígenas da referida nação, escorando a tese sustentada pelo catedrático grenoblense. No entanto, foi, sem dúvida, José Maria Ferreira de Castro que deu a conhecer aos seus leitores do mundo inteiro aqueles índios reputados ferozes e irremediavelmente selvagens.

A entrevista com os membros da sobrevivente comunidade parintintim do rio Madeira foi também uma ocasião única para se ouvir a voz da gente daquela nação esquecida, no seio da selva do Amazonas, que os civilizados tinham levado à civilização e à cidadania brasileira contra a vontade dos interessados, no decorrer do ano de 1922, após vinte anos de lutas e de tentativas frustradas de aproximação pacífica. A epopeia da pacificação dos índios Parintintins é também evocada brevemente em «A Selva», onde Ferreira de Castro parece sugerir que a principal dificuldade com que esbarravam os projectos dos

«pacificadores» fosse devida à falta de interesse da tribo selvagem pelo comércio, já que esses nativos não costumavam acumular bens de consumo, nem visavam quaisquer lucros financeiros, mantendo-se alheios e hostis a todas as práticas que regem a sociedade «civilizada», assente nas matrizes da economia capitalista, tida como uma verdadeira força motriz da civilização moderna ocidental, de que também pretendiam fazer parte os brasileiros «civilizados» da primeira metade de Novecentos.

Por seu lado, Ferreira de Castro era um admirador convicto do General Cândido Mariano Rondon, eminente engenheiro militar e sertanista reconhecido, cujo ideário positivista se estendia aos povos nativos da distante Amazónia. Rondon foi fundador da Sociedade de Protecção aos Índigenas (SPI) e teimou em levar as populações nativas do Interior à integração plena na cidadania brasileira. Na sua juventude, o escritor luso teve a oportunidade de viajar a bordo do mesmo barco «gaiola» com o general Rondon, que lhe falara dos seus sonhos de confraternização com todos os indígenas do Brasil,

contagiando o nosso emigrante português com o seu entusiasmo, com a sua esperança em ver um dia todos os componentes da grande nação brasileira unidos pela consciência de pertencerem à mesma pátria, à mesma bandeira a prontos a obrarem todos juntos para a futura grandeza do país.

Ferreira de Castro compartilhava a opinião de Rondon, achando monstruosa a teoria social daqueles brancos no gozo de todos os privilégios ou vantagens sociais que se recusavam a reconhecer aos índios, brasileiros por excelência e legítimos donos das terras que habitavam, o direito de disporem livremente do seu património ancestral e de cultivarem e defenderem os valores das civilizações nativas de que eram herdeiros.

No romance «A Selva», os Parintintins são invisíveis, com a única excepção do cadáver de um guerreiro morto em combate, fisicamente imponente, e que levava um cocar (ou acanitara) de plumas de aves na cabeça, quando foi atingido por uma bala de rifle. Precisamente, por evoluir longe da vista dos civilizados, aparecendo num instante e desaparecendo logo

depois, os índios selvagens personificavam no vale do Madeira a ameaça de morte que pairava por cima das cabeças de todos os alienígenas vindos atrás da miragem do látex. Nas duas narrativas castrianas, os Parintintins mantêm um suspense, que acompanha quase todos os episódios, cuja acção se situa na selva, nos centros de produção de látex vegetal e nas estradas da borracha ou no acampamento dos pacificadores. O suspense alimentava-se da incerteza do dia de amanhã, que nas planícies amazónicas agravava as dificuldades com que se debatiam tanto os seringueiros como os pacificadores da SPI.

Os parintintins manifestavam-se deixando os sinais da sua passagem nos varadoiros da selva frequentados também pelos civilizados, que podiam ser as flechas por eles confeccionadas e cravadas no chão húmido da floresta virgem para avisar o inimigo da declaração das hostilidades.

Na realidade, os índios selvagens atacavam os acampamentos dos civilizados para lhes roubar o precioso «material» (objectos manufacturados) que a tribo

cobiçava, assim como as armas e a ferramenta. Pela mesma ocasião, os nativos tentavam desalentar e atemorizar os invasores do seu território ancestral, esperando que estes últimos se quisessem retirar. Depois da pacificação oficializada em 1922, muitos antigos guerreiros e caçadores nativos da nação Parintintim exprimiam aos civilizados o seu arrependimento por terem matado vários seringueiros indefesos, tão pobres como os índios errantes.

Apesar de tudo isso, os descendentes actuais da belicosa tribo nativa, que vivem nas malocas protegidas e tutoradas pela FUNAI brasileira, cultivam ainda a memória da sua adesão formal à civilização e à cidadania brasileira, explicando-nos que a pacificação aconteceu naturalmente, quando os últimos alienígenas ou seja civilizados tinham sido «amansados», quer dizer : se tinham tornado pacíficos, e bonzinhos, e tinham deposto as armas de fogo, rendendo-se aos guerreiros Parintintins, magnânimos senhores da floresta virgem que os aceitaram de vez como vizinhos e conselheiros...

Este tipo de declarações espanta

mas, ao mesmo tempo, também comove e entenece todos aqueles que vão visitar as malocas indígenas do Município humaitaense. É um momento de forte comoção que nos faz compreender a relatividade sempre subjectiva de todas as convicções.

Nos tempos da mocidade de Ferreira de Castro, a falta do contacto pacífico com os índios selvagens ajudava a ampliar o mito dos «ferozes e indomáveis Parintintins». Com efeito, os civilizados ignoravam o número exacto dos membros da tribo. Sabiam vagamente que a nação era liderada por um tuxaua ou cacique, que se apoiava nos «capitães», guerreiros ou caçadores, mas ninguém sabia ao certo onde se situavam as malocas dos nativos, nem quais os costumes ou a vida quotidiana deste povo.

Hoje em dia, graças à dedicação do etnólogo autodidacta de origem alemã, Kurt Unker Nimuendajú, os pesquisadores dispõem de alguns dados concretos no tocante aos costumes e ao padrão de vida que levavam os antigos Parintintins no seio da natureza silvestre. Quanto ao conhecimento da sua vida espiritual, das cerimónias religiosas

e da mitologia dos índios da calha do Madeira, além do espólio do esforçado tudesco Nimuendajú, de grande utilidade e valor continua a ser o Decameron Indígena, «Moronguêta», redigido pelo conhecido antropólogo e etnógrafo brasileiro Nunes Pereira, continuador da pesquisa iniciada por Kurt Unker.

Aos dois cientistas indianistas, que consagraram as respectivas existências aos nativos da Amazônia, o ensaio de Bernard Emery presta uma merecida homenagem, sem se esquecer da valiosa contribuição do sociólogo e antropólogo Joaquim Gondim, grande amigo dos Parintintins, que tentou a reabilitação social daquela nação indígena do Amazonas, que durante muitos decénios serviu aos civilizados de paradigma do «selvagem malvado e sanguinário». À margem do trabalho pormenorizado e conscienciosamente documentado de Bernard Emery convém mencionar ainda o levantamento topográfico realizado à mão por Moisés Cezário, artista plástico e professor de matemática de Humaitá, que nos acompanhara durante a excursão rumo à maloca do Igarapé Traíra e participara connosco no encontro

com os descendentes dos «ferozes» Parintintins.

Quanto ao último trabalho, o do ensaísta português António Amorim, estudioso apaixonado pela obra de Ferreira de Castro, este entronca no debate nascido da reflexão sobre o espólio literário de Ferreira de Castro, através da interrogação ainda actual sobre as possíveis filiações filosóficas ou políticas do autor de «A Lã e a Neve». António Amorim coloca no título do seu estudo a pergunta: «Ferreira de Castro será um escritor anarquista?». No decorrer da sua análise, o ensaísta luso cita e comenta as leituras de cunho ideológico que certamente tinham contribuído para a formação e a cristalização do seu ideário de romancista humanista, desde os tempos do Seringal «Paraíso», sem se esquecer de mencionar as companhias anarco-libertárias do futuro escritor, depois do seu regresso a Portugal. Os contactos com José Oiticica, uma das figuras de proa do anarco-sindicalismo brasileiro, em 1919, assim como as reuniões no «Café Itália» da Rua 1º de Dezembro em Lisboa, com os simpatizantes do anarquismo

lusitano, por volta de 1920, certamente encaminharam o jovem José Maria Ferreira de Castro para uma reflexão crítica sobre a condição operária no seu país e na vizinha Espanha, estimulando-o a documentar-se e a andar actualizado sobre esta importante questão social que chegava a abalar perigosamente os alicerces recém-assentes da jovem República Portuguesa.

António Amorim fez um interessante levantamento das afinidades mais marcantes entre o ideário anarquista e a posição do nosso escritor face à sociedade da sua época e frente à história.

Por outro lado, o estudioso português recorda também a colaboração do jornalista e do repórter Ferreira de Castro nos jornais e revistas fundados pela esquerda lusitana e os contactos pessoais com os dirigentes sindicalistas e com o operariado do seu país, com o qual o futuro romancista sempre se tinha sentido solidário.

Na segunda parte do seu longo ensaio, António Amorim esforça-se por buscar sinais e reflexos do ideário anarquista, detectáveis nas

sucessivas obras romanescas, que saem do prelo entre 1928 e 1966.

Bastante original e inédita é, a nosso ver, a tentativa de aproximação das posições de Ferreira de Castro, que votava uma profunda admiração ao Homem, esperando que as suas capacidades intelectuais lhe permitissem um dia superar a divisão da humanidade em classes sociais, com interesses antagónicos, fonte dos gravíssimos conflitos que periodicamente abalam o nosso planeta, com os postulados dos filósofos alemães: Nietzsche e Schopenhauer, que faziam a apologia de um ser humano forte, dotado de faculdades apuradas, e capaz de içar a humanidade inteira a alturas nunca antes atingidas.

António Amorim debruça-se, também, sobre a provável influência do naturalismo de Émile Zola, detectada nos processos criativos a que recorria Ferreira de Castro nas suas obras romanescas da primeira fase.

Na última parte do seu ensaio, o estudioso português interessa-se pelas teorias evolucionistas que se reflectem em «O Instinto Supremo», a propósito da pacificação dos Parintintins, meditando simultaneamente

sobre o advento da era da solidariedade, da tolerância, da compreensão e da fraternidade, num mundo melhor, sem segregação racial e sem divisões sócio-económicas, tidas como veículos das maiores injustiças.

Contudo, na conclusão do seu trabalho, António Amorim lembra-nos que por mais importantes que elas fossem na formação do pensador e humanista luso, as ideias filosóficas alheias nunca tornaram José Maria Ferreira de Castro um escravo que obedecesse cegamente a qualquer ideologia ou linha de pensamento político. O autor de «Emigrantes» estimava que o segredo consistia em saber apreender e dominar todas as ideias acessíveis, sem nunca se deixar subjugar por qualquer delas. Em poucas palavras, um pensador digno deste nome não deve ser prisioneiro duma determinada ideia, mas deve, sim, buscar sempre um meio para não perder o equilíbrio, em que assenta o seu livre arbítrio e, por conseguinte, a sua personalidade, que faz dele o Homem de verdade.

Assim, Ferreira de Castro fica inapreensível, imprevisível, para não dizer francamente imperceptível, em

relação às grandes teorias ideológicas. Autodidacta, eclético por opção própria, desde o início, o nosso romancista escapa a todas as classificações e à comodidade de uma catalogação definitiva. Por isso, o ensaio de António Amorim nos quer parecer susceptível de enriquecer a percepção e a reflexão de todos aqueles que se dedicam à leitura e à análise da obra empenhada do escritor e humanista Ferreira de Castro.

Em boa verdade, também a monografia intitulada «O Menino de Ossela», que hoje tomamos a liberdade de submeter à apreciação dos leitores amigos e conhecedores da obra castriana, apresenta-se heterogénea e eclética, imitando, por assim dizer, na sua falta de unidade temática e estilística, o pensamento dificilmente apreensível e o talento do rapaz nascido numa pequena aldeia lusitana sobre o pitoresco rio Caima, que na idade adulta, chegaria a ser um dos maiores prosadores da língua portuguesa.

Maria Eva B. LETÍZIA

**Fernando
Pinto do
Amaral,
100 Livros
Portugueses
do Século XX.**

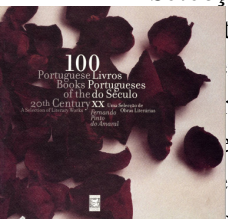
Uma Seleção de Obras Literárias,
Lisboa, Instituto Camões, 2002,
211pp.

Parece repetir-se no comentário que Fernando Pinto do Amaral escreve sobre *A Selva*, de Ferreira de Castro, no volume *100 Livros Portugueses do Século XX. Uma Seleção de Obras Literárias*, um to de «falha» presente em ras apreciações críticas sobre ra de Ferreira de Castro. ento cíclico recorrente, -se hoje, em Ferreira de Castro, o que sucedeu à obra de Eça de Queirós ao longo da primeira metade do século XX, até à comemoração do I Centenário do Nascimento, em 1945¹. Tal como então parecia «falhar» algo para se considerar Eça um grande autor, assim hoje parece «falhar» algo para se considerar Ferreira de Castro um grande autor².

É justamente este espírito de «falha»

que denota o breve comentário de Fernando Pinto do Amaral no livro indicado:

«Com uma infância difícil, órfão de pai muito cedo, Ferreira de Castro emigrou para o Brasil aos 12 anos e aí trabalhou num seringal da Amazónia, recolhendo uma dolorosa experiência de miséria que mais tarde pôde aproveitar e transpor para a escrita. Regressado a Portugal em 1919, publicou *Emigrantes* (1928) e *A Selva*, romance que viria rapidamente a popularizá-lo e a divulgar-se através de numerosas reedições e traduções por todo o mundo. Trata-se de um livro essencialmente autobiográfico, contando-nos as múltiplas peripécias de um jovem emigrante no Brasil, trabalhador na selva amazónica e em navios mercantes, sempre submetido à exploração de engajadores sem escrúpulos. Sem alcançar o nível literário da prosa de Aquilino nem a penetração psicológica dos presencistas, o romance vale sobretudo pelo ritmo dinâmico que imprime à acção e pela palpação vital de uma realidade muito dura que o Autor conheceu por dentro».³ Este mesmo espírito de «falha», que força Fernando Pinto de Amaral a



caracterizar o registo estilístico de *A Selva* através de uma comparação com o da «presença» e o de Aquilino Ribeiro, leva igualmente um jornalista culto como António Valdemar a escrever recentemente, no «Diário de Notícias»: «... Mas da lista de escritores sugeridos [Eugénio de Castro, Ferreira de Castro, Antero de Figueiredo, Júlio Dantas, Agostinho de Campos, Aquilino Ribeiro, Albino Forjaz de Sampaio, Raul Brandão, Virgínia de Castro e Almeida, Virgínia Vitorino, João Grave e Rocha Martins], nos anos 30, sobreviveu Pascoaes. Como também são incontestáveis Aquilino e Raul Brandão. Já não é unânime o consenso sobre Eugénio de Castro e Ferreira de Castro.»⁴ De facto, mais do que a opinião singular de António Valdemar, instituiu-se como *communis opinio* que Ferreira de Castro não é um grande autor, atingindo tal «ideia feita» a sua máxima expressão na *História da Literatura Portuguesa*, de Joaquim Ferreira, grosso manual de 1 300 páginas para uso dos estudantes liceais nas décadas de 50 a 70, que pura e simplesmente omite a existência de Ferreira de Castro, seja ao longo do

texto descritivo, seja nos quadros cronológicos, não se esquecendo porém de referenciar, entre Eça de Queirós, José Régio e Alves Redol, «grandes autores» na novelística como Sousa Costa.⁵

Depreende-se do texto de Fernando Pinto do Amaral acima citado que «falta» à prosa de Ferreira de Castro a introspectividade regiana e a vernacularidade aquiliniana, elementos característicos e dominantes no estilo destes dois autores. Será verdadeira esta asserção, fundamentalmente na obra comentada, *A Selva?* Sobre a primeira, a tão famosa «subjectividade» característica dos autores presencistas, é absolutamente verdadeira e não existe enfoque particular de análise literária que a possa contestar. Porém, o que se pergunta é se Ferreira de Castro, como autor, especialmente na década de 20, teria como modelo ou ambicionaria praticar um tipo de texto narrativo que se assemelhasse ao «psicologismo» presencista. Se lançarmos claramente esta questão, tendo em conta tanto os dados biográficos de Ferreira de Castro quanto o seu empenhamento político

e social, não pode existir outra resposta que não seja negativa. Literata como nenhuma outra, a geração da «presença» desenvolve um modelo estético de escrita e uma polarização temática, como o provam *Elói ou o Romance numa Cabeça* (1932), de João Gaspar Simões, ou *Jogo da Cabra Cega* (1934), de José Régio, de carácter existencialmente individualista, de profunda ressonância psicanalítica, explorando temas «eternos», como a irrefragável divisão ontológica entre o «eu» e o «outro», a angústia social provocada pela finitude humana, as expressões psíquicas da vergonha/pudor e do remorso, da razão e do instinto, ..., que se encontram tematicamente nos antípodas do conteúdo dos dois romances de Ferreira de Castro citados por Fernando Pinto do Amaral, que como que fazem entrar o povo rude e pobre, em ânsia de sobrevivência, na literatura portuguesa do século XX. Mesmo tendo em conta a leitura «psicologista» da obra de Ferreira de Castro registada por Vítor Santos Martins⁶, as mais ingentes questões literárias da «presença», como a autenticidade do sentimento estético

contra o floreado retórico, a originalidade artística contra a imitação de estilos, a inovação artística contra o academicismo, a singularidade pessoal contra o predomínio do colectivo, terão preocupado Ferreira de Castro ao longo da segunda metade da década de 20? Manuel da Bouça ou Alberto, na vida narrativa que Ferreira de Castro lhes criou, possuem um horizonte de preocupações estéticas ou um horizonte real de preocupações de sobrevivência? Pode medir-se por uma mesma bitola estética ou corrente literária personagens assim tão radicalmente diversas (quase antagónicas, senão mesmo contraditórias), como Alberto d'A *Selva* ou Pedro Serra e Jaime Franco d'O *Jogo da Cabra Cega*? Presumimos de toda a evidência esta impossibilidade, que seria a mesma que comparar a atmosfera social de luta selvagem e instintual de sobrevivência em Belém do Pará, em Manaus e no seringal «Paraíso» do rio Madeira com o ambiente delicado de tertúlia pequeno-burguesa coimbrã e portalegrense dos anos 20 e 30. Então por que designar *A Selva* e Ferreira de Castro como obra e

autor que não atingem a «penetração psicológica dos presencistas»? Não se poderia dizer o mesmo de Eça, de Camilo, de Redol, de Cardoso Pires? Não será centrar excessivamente a história literária portuguesa da primeira metade do século XX em torno dos autores da «presença»? Por que não comparar com Raul Brandão de 1917, ou Vitorino Nemésio de 1944? Como critério hermenêutico, não será mais correcto (e positivo) considerar Ferreira de Castro como «autor de si próprio»⁷, como o faz Ricardo António Alves, sublinhado por Eugénio Lisboa?

Dando provas do espírito de «falha» prevalecte nas análises sobre a obra de Ferreira de Castro, Fernando Pinto do Amaral considera que *A Selva* não atinge o «nível literário da prosa de Aquilino». Sem discutirmos a questão (angustiantemente subjectiva) de sabermos com rigor o que significa «nível literário», deduzimos que se tratará, ao menos como expressão textual, da fortíssima capacidade vernacular da prosa de Aquilino Ribeiro, que lhe granjeou o título de «escritor regionalista», diminuindo-lhe, aliás erradamente, o alcance universal

descritivo que criou do homem rural presente nos seus livros, como nos de Miguel Torga. Se um abismo estético separa Ferreira de Castro dos presencistas, dificultando, senão impossibilitando, a comparação, relativamente à questão vernacular parece-nos carecer de comprovação, já que é enorme o domínio vocabular de Ferreira de Castro do universo amazonense e o contributo que presta, com *A Selva*, para um novo horizonte lexical da língua literária portuguesa, como qualquer glossário deste romance o prova, e tão enorme quanto o actual contributo de escritores como Pepetela ou Mia Couto (por exemplo) deram, na década de 90, à ductibilidade da nossa língua para descrever universos geográficos e sociais tão distintos da sua origem linguística europeia. No texto de Maria Luísa Tavares de Bastos citado em nota 2, esta autora apresenta cerca de 250 palavras constantes de *A Selva* que necessitam de explicação para serem vulgarmente entendíveis, 80% das quais correspondentes à realidade específica da Amazónia. Se não tivermos um uso restrito e europeu da galáxia lexical da Língua

Portuguesa (que sabemos Fernando Pinto do Amaral não ter), constataremos, embora num plano geo-espacial e comunitário diferente do de Aquilino Ribeiro, não ser menor o contributo de Ferreira de Castro para a renovação linguístico-literária da nossa língua. O comentário passageiro de Eduardo Lourenço à obra de Ferreira de Castro apresenta-se igualmente contaminado pelo já referido espírito de «falha». Na sua permanente originalidade, Eduardo Lourenço caracteriza (i) a obra da década de 20 de Ferreira de Castro como a de «um S. João Baptista inocente do realismo social», isto é, como escritor anunciador do advento do neo-realismo das décadas de 30 e 40; e (ii) o romance «*A Lã e a Neve*», publicado em 1947, como uma espécie de texto «super-neo-realístico»⁸.

De facto, o conteúdo da análise de Eduardo Lourenço não se diferencia da dos comentários de António Valdemar e de Fernando do Pinto Amaral, mudando apenas o azimute literário, tornando-se agora dominante a aproximação da obra de Ferreira de Castro ao neo-realismo, corrente que, respeitada por este

autor, dela se afastava devido ao fundo filosófico de carácter anarquista prevalecente na sua obra⁹. Assim, segundo Eduardo Lourenço, Ferreira de Castro, por antecipação precoce e por precipitação serôdia, teria «falhado» o neo-realismo. Porém, tal como para a aproximação presencista sugerida por Fernando Pinto do Amaral, a questão não pode deixar de ser colocada: – estaria Ferreira de Castro interessado em sê-lo, principalmente no modo ideológico por que o «realismo socialista» ou o «diamate» era apresentado? Não seria metodologicamente mais correcto presumir previamente os limites da escrita realista de Ferreira de Castro, evidenciando no que eles são ou não compatíveis com o neo-realismo? E a verdade é que o pormenorizado livro de António Pedro Pita, *Conflito e Unidade no Neo-realismo Português. Arqueologia de uma Problemática*, recentemente publicado, nenhuma importância concede à obra de Ferreira de Castro no interior desta corrente literária, porque justamente é fora dela, ainda que num tempo convergente, que se situa.

De facto, com excepção dos

estudiosos de Ferreira de Castro, que analisam a sua obra livro a livro, possuindo assim consciência da notável singularidade desta, os historiógrafos da literatura têm uma invariável tendência a classificar Ferreira de Castro em função de correntes estéticas temporalmente adjacentes, o que tem constituído um erro crasso, já que, se os romances de Ferreira de Castro, possuem um sentido de empenhamento político-filosófico harmonizado com as tendências gerais da sua época histórica, um comprometimento militante com a realidade social, constituem, no entanto, como, por exemplo, *Húmus*, de Raul Brandão, ou o *Livro do Desassossego*, de Fernando Pessoa/Vicente Guedes/Bernardo Soares, uma genuína mónada literária que vale por si, um mundo próprio, «autor de si próprio», reflexo e reflector da História. Assim, é por si e em si, numa dialéctica tensional entre aparato estético e empenhamento social, entre retrato geo-histórico de um tempo e suas intrínsecas aspirações colectivas, iluminada pelo sentido filosófico e humanista do autor, que a obra de Ferreira de Castro deve ser analisada. De outro modo, a

análise vira caricatura de si própria, cristalizada em clichés que, de tão propagandeados, são assumidos como verdades históricas, principalmente por incautos jovens estudantes universitários de Letras.

¹ Cf. A. Campos Matos, «A Recepção Crítica do Eça de Queiroz da Última Fase, entre 1900 e 1950», in *Sobre Eça de Queiroz*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 205 – 216.

² No seu último estudo sobre Ferreira de Castro, Ricardo Alves lembra-nos, na «Advertência», que «O escritor [F. de Castro] está, contudo, envolto em mistérios vários, não sendo o menor o da sua sobrevivência junto dos leitores – como provam as sucessivas reedições de *toda* a obra ficcional. Não houve, portanto, uma travessia do deserto *post mortem* – salvo para os superficiais que confundem esquecimento com ausência de visibilidade mediática –, dado o referido e continuado interesse do público. (...) No caso de Ferreira de Castro, o desleixo de alguns divulgadores foi agravado por escreventes opacos que difundem e repetem e decalam *ad nauseam* dois ou três tópicos dignos de figurar num novo *dicionário de ideias feitas flaubertiano*», in Ricardo António Alves, *Anarquismo e Neo-realismo. Ferreira de Castro nas Encruzilhadas do Século*, Lisboa, Âncora Editora, 2002, pp. 14-15. Maria Luísa Tavares de Bastos, na sua dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana, abre o seu estudo com o desejo justo que a obra de Ferreira de Castro deixe de estar «votada ao esquecimento da História da Literatura Portuguesa e Brasileira» e passe a «fazer

parte de programas do Ensino Secundário, pela sua dimensão literária, histórico-cultural e ideológica», in Maria Luísa Tavares de Bastos, *A Amazônia na Obra de Ferreira de Castro*, (texto fotocopiado), Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2 volumes, 1998, 1º v., p. 11.

³ Cf. Fernando Pinto do Amaral, *100 Livros Portugueses do Século XX. Uma Selecção de Obras Literárias*, Lisboa, Instituto Camões, 2002, pp. 32-33.

⁴ Cf. António Valdemar, «A Sobrevivência Literária e Política», in *Diário de Notícias*, 8/5/03, p. 9.

⁵ Joaquim Ferreira, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Editorial Domingos Barreira, s/data⁴.

⁶ Vítor Santos Martins, *Um Outro Ferreira de Castro*, dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses, Universidade de Aveiro, 1999 (texto fotocopiado), e «A Selva e a obsessão de Ferreira de Castro pela morte», in *Castriana, Revista do Centro de Estudos Ferreira de Castro*, (dir. Ricardo Alves), Ossela, Oliveira de Azeméis, 2002, nº 1, pp. 77 – 104.

⁷ Eugénio Lisboa, «Aprofundar Ferreira de Castro», in Ricardo António Alves, *op. cit.*, p. 10.

⁸ Cf. Eduardo Lourenço, «A Ficção nos Anos 40», in *O Canto do Signo, Existência e Literatura (1957 – 1993)*, Lisboa, Ed. Presença, 1994, p. 287.

⁹ Cf. Ricardo António Alves, *op. cit.*, tanto o II capítulo, «Neo-Realismo: Contributo para Dificultar um Problema», quanto o III capítulo, «Anarquismo: A Irrecusável Liberdade».

Miguel REAL

* * *



António Amorim,
*... Redescobrir
Ferreira de Castro,*
Oliveira de Azeméis,
Caima Press, 2002,
113 pp.

Inclui dois ensaios: «Ferreira de Castro, um escritor anarquista?»; «Ferreira de Castro e a ética do amor aos homens». Da «Introdução», de Eugénio Lisboa citamos: «Os dois ensaios de António Amorim (...) são dois exercícios de invulgar inteligência e vigor, em boa hora dedicados à figura inesquecível do autor de *A Selva*. O autor de *A Lã e a Neve*, ao contrário de tantos ingénuos bem intencionados, lia com lucidez a condição humana e conhecia, como ninguém, o «coração das trevas» a que o seu semelhante era capaz de descer: o inferno, de que a «selva» amazónica é poderosa metáfora, mostra-no-lo o grande escritor em imagens poderosas e (da pior maneira) inesquecíveis. Mas é precisamente porque o homem é também isso, isto é, capaz de descer até ao paroxismo da cobiça e da bestialidade, é por isso que vale a pena lutar por ele, «ama-lo»,

defendê-lo e tentar fazê-lo ascender das trevas que o habitam até uma certa possibilidade de luz.»

* * *



Contra as Touradas, Lisboa, Cadernos d'A *Batalha*, 2002, 49 pp.

A aprovação de legislação que permite a corrida com touros de morte em Portugal sem qualquer tomada de posição por parte das duas centrais sindicais actualmente existentes foi a razão próxima da publicação deste caderno. Porque esta indiferença contrasta em absoluto com a oposição veemente da antiga Confederação Geral do Trabalho às touradas em geral e à lide à espanhola em particular. Já em 13 de Maio de 1919, poucos dias decorridos sobre o início da sua publicação em 23 de Fevereiro, *A Batalha* declarava que «touradas, só para combatê-las falaremos delas». E quando em 1924 se verificaram iniciativas para restabelecer entre nós os touros de morte foi a União dos Sindicatos

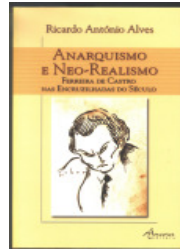
Operários de Lisboa quem tomou a iniciativa duma manifestação de repúdio associando a Sociedade Protectora dos Animais e o professorado organizado. *A Batalha* corroborou esta atitude publicando no seu Suplemento Semanal duas dúzias de artigos contra as touradas. Porque alguns tinham âmbito mais vasto (contra espectáculos imorais em geral) ou eram artigos seriados dum mesmo autor não foram integrados nesta primeira publicação. Os dez artigos seleccionados verberam as touradas por duas razões fundamentais: o sofrimento provocado aos animais e o carácter anti-educativo, desmoralizador, para os espectadores. A importância relativa duma ou outra dessas razões variou consoante os autores. A escolha dos artigos teve também em vista obter certa diversidade de posições e até alguma representatividade social dos autores. Temos assim: «A morte do touro», de Ferreira de Castro; «Touros de morte», da redacção; «Mérito, generosidade e filantropia», de Mário Domingues; «Touradas, escolas de imoralidade», de Carvalhão Duarte; «As touradas - diálogo entre mãe e filha», de Adelaide Cabete; «Vibrante

protesto contra touradas dos estudantes anarquistas de Coimbra», dos grupos Os Rebeldes e Labareda; «Carta ao sr. governador civil, com um pedido particular», de Voz que Clama no Deserto; «A”nobre” arte do toureio», de Sousa Frazão; «Tauromaquia», de Abilos e «Impressões ligeiras sobre touros, os toureiros e o público», de Cristiano Lima.

Porquê esta diferença de atitude entre organizações sindicais do mesmo país em épocas distintas? Julgamos que se deve apenas às diferentes concepções do sindicalismo por elas perfilhadas. À CGT da primeira república presidia um ideal emancipador, que exigia um homem novo (regenerado) como condição duma sociedade nova. Daí as suas preocupações educativas, culturais, humanitárias. Ora as actuais organizações sindicais aceitam o modelo de sociedade vigente e apenas procuram, no seu quadro, algumas melhorias imediatas, sobretudo de natureza salarial. O resto não é da sua conta. Para elas sindicalismo é sinónimo de via reduzida.

Luís Garcia e SILVA

* * *



Ricardo António Alves, *Anarquismo e Neo-Realismo – Ferreira de Castro nas Encruzilhadas do Século*, Lisboa, Âncora Editora,

2002, 285 pp.

Reunindo neste volume vários estudos (comunicações, conferências e artigos) sobre a vida e a obra de Ferreira de Castro, Ricardo Alves releva, como núcleo duro da mundividência do autor de *A Selva*, a matriz libertária enquanto estruturadora do seu universo ficcional. Com efeito, para além da colaboração de Ferreira de Castro na imprensa libertária – entre 1923 e 1926, no suplemento literário do diário anarco-sindicalista *A Batalha* e na revista *Renovação* –, segundo Ricardo Alves, o ideário anarquista conferiria à sua obra uma singularidade paradigmática no âmbito da história literária e cultural portuguesa do século XX.

Seria importante, nesta perspectiva, articular no plano teórico o modo específico como as ideologias se projectam na prática literária, não esquecendo que não há uma relação

de transparência absoluta entre a concepção político-ideológica de um escritor e a sua prática literária. Por exemplo, na obra de Balzac, entre muitos casos citáveis, manifesta-se uma contradição entre a sua postura política conservadora e o seu arguto realismo romanesco. Ou seja, na recepção de uma obra literária não se pode estabelecer uma relação simplista, porque demasiado redutora, entre a ideologia do autor e a sua prática literária, já que a escrita é também um espaço de trabalho e transfiguração das ideologias. E, não sendo, portanto, o literário um mero residual do ideológico convém ter em conta a sua especificidade enquanto prática criativa.

Apesar desta reserva «teórica», Ricardo Alves, numa oscilação entre as referências biográficas e a análise dos conteúdos dos romances de Ferreira de Castro, contribui com estes estudos para uma reavaliação histórico-cultural da obra do autor, indissociável do relevo atribuído à sua sensibilidade humanista, internacionalista e libertária, ou à coragem e dignidade como soube, enquanto jornalista e escritor, lutar contra um poder totalitário e, sem

ceder, contornar quanto possível a rede apertada de uma censura prepotente e imbecil. Ferreira de Castro oporia sempre uma cultura da tolerância a uma cultura da intolerância, antagonismo decorrente de uma generosidade de pendor universalista com todos aqueles que foram os olvidados pela História oficial ou oficiosa. Aliás, como refere Ricardo Alves, o romancista Ferreira de Castro deveria muito à actividade jornalística, sendo, por isso, alguns dos seus romances, tal é o caso de *O Intervalo*, uma fusão sábia entre a reportagem e a ficção, o documentário e a efabulação. Por outro lado, o realismo social de Ferreira de Castro tem sido apontado predominantemente, a nível da história literária do século XX, como um trânsito entre o realismo oitocentista (o naturalismo) e o neo-realismo, emergente em finais da década de 30, pelo que Ricardo Alves analisa as relações, por vezes obscuras, entre aquele e a chamada «geração de 40» (Alves Redol, Mário Dionísio, Manuel da Fonseca, Soeiro Pereira Gomes, Carlos de Oliveira e Joaquim Namorado, entre outros). Ricardo Alves, para além de focar as relações efémeras entre

Ferreira de Castro e a geração de *Orpheu* – a sua aproximação ao 1º modernismo confrontar-se-ia criticamente com o conservadorismo político dos seus agentes –,centra, portanto, a análise histórico-cultural da obra do autor de *A Selva* nas afinidades e opositividades verificáveis entre este e os escritores neo-realistas, dando, nesse aspecto, um relevo especial à recepção crítica da obra de Ferreira de Castro por parte de intelectuais como Mário Dionísio, Mário Sacramento, Óscar Lopes, Alexandre Cabral, Álvaro Salema, Alexandre Pinheiro Torres, Urbano Tavares Rodrigues e até Álvaro Cunhal. Neste plano, não esconde alguma mágoa e revolta por certas interpretações «dogmáticas» da crítica marxista ou pelas lacunas no âmbito da citação do nome de Ferreira de Castro enquanto herança fulcral da literatura neo-realista, tal é o caso de Alves Redol no «Prefácio» de 1965 ao romance *Gaibéus* (1939).

No entanto, exceptuando Alexandre Pinheiro Torres, não nos parece muito relevante a oposição radicalizada entre as concepções literárias informadas pelo marxismo

e aquelas (aliás, nas décadas de 30 e 40 do século XX em declínio entre nós) que se reconheciam na mundividência anarquista colectivista na tradição de Kropotkine. Nas décadas de 30 e 40, o neo-realismo teria despontado como a expressão estética de uma visão marxista do mundo, com tendências hegemónicas entre a *intelligentsia* de esquerda, porém, mesmo na década de 40, a diversidade estético-formal é bem reconhecível nos escritores daquele movimento. Ou seja, a uma evidente centração ideológica (a galáxia marxista) corresponde uma centrifugação formal que, aliás, num ciclo longo se tornaria cada vez mais óbvia. A comunidade de vozes neo-realistas, apesar de algumas contrariedades conjunturais (cf., a este propósito, a célebre polémica da «Ponte abstracta», entre 1952 e 1954) é sobretudo uma polifonia. Podendo, por isso, aceitar-se a vizinhança óbvia entre o realismo social de Ferreira de Castro, já em génese nos romances *Emigrantes* (1928), *A Selva* (1930) e *Eternidade* (1933) e acentuado em *A Lã e a Neve* (1947) e *O Intervalo* (1974),e o Neo-realismo. Por outro lado, a identificação entre

o neo-realismo e o realismo socialista é relativamente equívoca já que este é um movimento cultural emanado a partir do poder político soviético (uma estética estatal), enquanto aquele seria sobretudo uma cultura do contra-poder. E o poder contra o qual lutavam com a sua vida e a sua arte literária Ferreira de Castro e os neo-realistas tinha o mesmo nome: o Estado Novo. No romance *O Intervalo* (escrito em 1936 e publicado, por motivos censórios, em 1974), numa das intervenções de um dos heróis anarco-sindicalistas, Ricardo Castillo, perante a ascensão anunciada do nazismo alemão, podemos ler: «– Não falo só das nossas ideias; falo também dos nossos irmãos comunistas e de todas.» Esta aproximação fraternal entre os dois movimentos configurava em Ferreira de Castro um optimismo revolucionário, onde a ideia da emancipação popular, fosse ela qual fosse, alguma vez seria vencida pela violência ou pela lei. Mesmo a crítica de Mário Dionísio ao romance *A Lã e a Neve*, em 1947, embora configurado por um modelo estético-ideológico restritivo e implicando uma normatividade no que concerne

à dialéctica entre o individual e o colectivo ou à transição do **eu** para o **nós**, no âmbito de uma narrativa de emancipação popular, não deixa de reconhecer o papel de Ferreira de Castro enquanto «pioneiro na literatura social portuguesa» e, por isso, «É a ele que os neo-realistas têm de agradecer para sempre o desbravar da rota». Para Mário Dionísio, *A Lã e a Neve* não era um romance neo-realista *stricto sensu* porque não efectuara, no plano da narrativa, o trânsito da «classe em si» à «classe para si» (a tal consciência de classe tão específica da teoria cultural neo-realista). O subtexto ideológico funcionava, neste caso, como um óbvio paradigma da valoração estética. O Horácio de *A Lã e a Neve* era um caso individual, não convenientemente articulado com a génese de uma consciência social do grupo. É a este reducionismo ideológico que certamente Ricardo Alves se refere quando critica o modo ambivalente e por vezes lacunar como os neo-realistas leram e avaliaram a obra de Ferreira de Castro. O pragmatismo conjuntural da teoria neo-realista pressupunha, de facto, um percurso exemplar

da narrativa, cristalizada na paradigmática passagem de uma personagem solitária e desenquadrada a solidária e enquadrada; submissa a rebelde; alienada a desalienada; inconsciente a consciente politicamente. Portanto, centrado na transição da ocultação para a desocultação, ou metaforicamente falando do bloqueamento para o caminho que conduziria à redenção do colectivo trabalhador.

Para Ricardo Alves, a «personagem-multidão», logo desde cedo cristalizada na figura de Manuel da Bouça, embora desprovida da tal consciência de classe, correspondia, no entanto, a uma desmontagem exemplar do mito do El Dorado brasileiro, tão florescente na cultura da diáspora. De facto, numa visão restritiva da codificação neo-realista, esta personagem dificilmente poderia ser aceitável no quadro de tal valoração, porém, nem todas as personagens dos romances neo-realistas seriam enquadráveis, tal como o protagonista de *Os Emigrantes*, em tal esquematismo redutor. Portanto, há que distinguir o programa teórico neo-realista daquilo que foi a sua prática ficcional, algo que Ricardo

Alves sugere mas quanto a nós não desenvolve suficientemente. Aliás, a recepção da obra de Ferreira de Castro por outros intervenientes do neo-realismo viria a recolocar o valor e até a identidade estético-ideológica, tal é o caso de Álvaro Cunhal, na década de 50, ou, posteriormente, de Óscar Lopes e Urbano Tavares Rodrigues.

Por outro lado, não nos parece pertinente a relação que Ricardo Alves estabelece entre a geração de Ferreira de Castro (apenas configurada em função da data de nascimento dos escritores) e a neo-realista. Com efeito, para lá das afinidades etárias, uma geração cultural comunga do mesmo património de interrogações e de expectativas. Neste quadro, que afinidades poderia haver, para lá da proximidade etária, por exemplo, entre Ferreira de Castro, José Gomes Ferreira, António Ferro, José Rodrigues Miguéis, João Gaspar Simões, entre outros (cf. pp. 82-83)? O que confere à geração neo-realista uma forte coesão, para o bem e para o mal, é um património político-ideológico e um projecto cultural comuns. Já quanto à geração de Ferreira de Castro alguns

vieram a integrar o movimento da Presença, outros conviveram com o neo-realismo e outros identificaram-se militantemente com o nacionalismo do Estado Novo. Seria, portanto, imprescindível um maior rigor na conceptualização de geração no âmbito da história cultural.

A integração dos romances de Ferreira de Castro na área do movimento cultural neo-realista pressuporia, por outro lado, um estudo comparativo entre aqueles e os neo-realistas, tendo em conta uma análise das estruturas narrativas, dos processos estilísticos e do ponto de vista que orienta os universos da ficção. De outro modo, resta-nos a asserção inquestionável da vizinhança ético-social e da comum assunção pela escrita literária da utópica emancipação definitiva do colectivo trabalhador. As personagens Manuel da Bouça ou Horácio de Ferreira de Castro, Manuel Caixinha de Redol, Barbaças de Fernando Namora, Palma de Manuel da Fonseca, Fariseu de Soeiro Pereira Gomes, entre outras, participam de uma mesma comunidade imaginária, onde o herói anónimo emerge pela sua exemplaridade como denúncia

da iniquidade social, da opressão política, e é a expressão das contradições inerentes à dialéctica entre as aspirações individuais e o colectivo. Não se devendo, no entanto, omitir o facto de, tanto para os neo-realistas (cf., a este propósito, a obra de Carlos de Oliveira), como para Ferreira de Castro, o protagonismo proletário estar menos na sua visibilidade enquanto actor primordial da narrativa e mais na perspectiva que a orienta. Aliás, o romance de temática social ou mesmo proletária teve entre nós os seus representantes, já início do século XX, em autores como Abel Botelho, João Grave, Carlos Malheiro Dias ou Teixeira de Queiroz, embora este populismo de raiz naturalista não se possa confundir com o realismo social de Ferreira de Castro ou com os romances neo-realistas. Isto não quer dizer, no entanto, que a herança naturalista não esteja implícita naqueles, pois, como Ricardo Alves refere nos seus textos, em Ferreira de Castro a «representação» do real funde-se com o sonho de uma redenção colectiva e, por isso, haveria no autor de *Eternidade* uma óbvia centração no intervalo da

crise, isto é, entre um «velho mundo que apodreceu e o mundo novo que nós desejamos e há-de vir», ainda que esta oposição simbólica entre o já-não e o ainda-não tenha a sua génese nos primórdios do romantismo europeu oitocentista, foi sendo reformulada em conjunturas posteriores e com conteúdos diversos (cf., a este propósito, o volume I das *Memórias* de Raul Brandão).

Caberia a Ferreira de Castro, em suma, a capacidade de romancear a ficção da utopia do homem novo, no âmbito da cosmovisão libertária, tendo implícito o complexo trânsito entre um mundo iníquo e opressivo e um desejável mundo onde todos os homens conquistariam a sua dignidade pela adequada articulação entre as vivências individuais e a nova comunidade.

Para concluir (o tempo e as páginas são escassos, tantos são os tópicos de reflexão espoletados pelos estudos de Ricardo Alves), seria importante salientar o «franciscanismo laico» de Ferreira de Castro forjado, como salienta o autor, numa vida de luta na proximidade sociológica ou ética com todos aqueles que a opressão

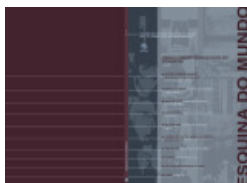
tatuou para sempre, seja na sua experiência precoce de emigrante na selva amazónica ou no contacto que estabeleceu com o submundo da desumanidade enquanto jornalista. Como refere o autor, o seu internacionalismo humanitarista combina-se adequadamente com o apego às suas raízes rurais (a sua Ossela da infância), um localismo místico que irradia para o mundo, tal como se pode ler no conto «O Natal em Ossela», texto, aliás, proibido pela censura como algo subversivo relativamente à cenografia pitoresca da ruralidade específica do Estado Novo. A projecção autobiográfica na ficção romanesca de Ferreira de Castro é acentuada por Ricardo Alves, combinando-se adequadamente com um «etnografismo» que resultou das suas vivências e das suas errâncias pelo mundo.

Este conjunto de estudos de Ricardo Alves, um entusiasta divulgador de aspectos nucleares da vida e da obra de Ferreira de Castro (cf., a este propósito, neste volume, o pertinente «Apêndice Epistolográfico»), deixa prever um futuro ensaio com maior fôlego e coesão e, tendo em conta o seu interesse pela temática libertária na

literatura portuguesa, seria oportuno preencher uma lacuna nos estudos literários portugueses do século XX e que consistiria num levantamento, desde as primeiras décadas do século, da literatura proletária de cariz anarquista.

Vítor Pena VIÇOSO

* * *



Esquina do Mundo, n.º 1, Ossela, Centro de Estudos

Ferreira de Castro, 2003, 160 pp.

A cultura portuguesa, desde o último quartel do século XIX, está em grande parte indissociada das revistas, na sua maioria com um forte pendor literário. Da *Revista de Portugal*, de Eça, à *Águia*, de Pascoais e Leonardo, *Orpheu*, de Pessoa e Sá-Carneiro, *Seara Nova*, de Proença, Cortesão e Câmara Reis, *presença*, de Régio, Gaspar Simões, Branquinho da Fonseca e Casais Monteiro, *O Diabo*, de Artur Inês, Ferreira de Castro e Rodrigues

Lapa, *Fradique*, de Ribeiro Colaço, a outra *Revista de Portugal*, de Nemésio, *Vértice*, de Carmo Vaz a Mário Braga, *Távola Redonda*, de Mourão-Ferreira e Couto Viana, *O Tempo e o Modo*, de Alçada Baptista e Bénard da Costa, entre dezenas e dezenas de outras que pontuaram o percurso intelectual português. Muitas delas tiveram como incentivadores um espírito geracional, grupal e/ou ideológico, características hoje muito atenuadas ou praticamente obliteradas. Terminada a época dos gregarismos, as publicações culturais que actualmente se editam têm uma chancela institucional, que em parte as limitam, ou nascem de afinidades diversas, como é o caso desta *Esquina do Mundo*, projecto levado a cabo pelo Centro de Estudos Ferreira de Castro. Não se é de Ossela impunemente... Castro, como qualquer grande escritor, deixou-nos por legado uma obra que nós, seus leitores mais interessados, vamos estudando, nas páginas da *Castriana* e noutras páginas. Mas deixou também uma herança imaterial que interpela todos quantos sofrem a sua influência benéfica, em especial na região natal,

materializando-se nas iniciativas que o CEFC tem realizado, como as «Jornadas Literárias» de que o autor de *Emigrantes* é patrono, e cuja consequência lógica é a *Esquina do Mundo*. Mas não se limita a ser apenas isso: *Esquina do Mundo* participa do espírito que animou muitas das suas antecessoras, através da publicação de poemas, contos e ensaios inéditos, que, por razões de espaço, não vamos particularizar. Aduziremos, contudo, quatro breves notas a propósito de alguns aspectos que singularizam este número inaugural. Em primeiro lugar, a sua organização interna, intercalando a poesia, o ensaio, a entrevista, o depoimento, o que lhe dá arejamento e um ritmo de leitura compatível com a sua condição de revista; depois, a feliz opção pela valorização plástica, com a inclusão de reproduções de telas (notáveis) de Vítor Ferreira, inserindo-se também aqui numa tradição, pois as artes plásticas marcaram presença na generalidade das melhores revistas culturais; em terceiro lugar, a rubrica «Vozes do Caima», vozes poéticas da região castriana que não fazem esquecer as raízes duma publicação que

pretende romper com os estreitos horizontes locais; finalmente, *Esquina do Mundo* fez por ter a sorte de publicar um texto lucidamente polémico de Luís Adriano Carlos, «Dois poetas e uma novena» (p. 48) – um separar de águas entre a poesia como estética do real e a poética escravizada ao (aparentemente) real: «O real existe para mim e para ti na medida em que a comunicação da poesia, estética por natureza e cultura, jamais se confunda com a comunicação quotidiana e as palavras da tribo.» Fez por ter a sorte, escrevemos acima, por que se trata de um ensaio quase com entoação de manifesto, não podendo, como tal, deixar de ter repercussões, pelo menos, senão consequências – e, por conseguinte, susceptível de trazer o nº 1 de *Esquina do Mundo* para um patamar diferente de agitação e intervenção. O que já seria excelente, se outros méritos não tivesse esta irmã mais nova da *Castriana*, que saudamos com entusiasmo.

Ricardo António ALVES

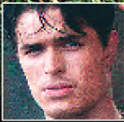
* * *

PAULO TRANCOSO e COSTA DO CASTELO FILMES APRESENTAM

A SELVA



A/W/Portugal



DIOGO MORGADO



MAITE PROENÇA



KARRA ELEJALDE



CHICO DIAZ

UM FILME DE **LEONEL VIEIRA**



PAULO TRANCOSO APRESENTA A SELVA UMA PRODUÇÃO COSTA DO CASTELO FILMES EM CO-PRODUÇÃO COM CCF-BR PRODUÇÕES (BRASIL) LOTUS FILMS (ESPANHA) SKY LIGH (BRASIL) RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA COM A PARTICIPAÇÃO DE CANAL PLUS (ESPANHA) UM FILME DE LEONEL VIEIRA COM DIOGO MORGADO, KARRA ELEJALDE, CHICO DIAZ, MAITE PROENÇA, CLAUDIO MARZO, GRACINDO JUNIOR, ROBERTO BONFIM, ZE DUMONT, FOTOGRAFIA JOSÉ ANTONIO LOUREIRO (AIR) MÚSICA EVA GANZEDO FIGUEIRINHA, MARIA DIAZ, DIRECTOR DE ARTE SÉRGIO SILVEIRA, SOM CARLOS GARRIDO E SILVIO DARRIN, MONTADOR LUIS CASTANÓN, EFEITOS ESPECIAIS VICTOR LOPES, GUIONISTAS IZAIAS ALMADA E JOAO NUNES BASHADO NO ROMANCE A SELVA DE FERREIRA DE CASTRO, DIRECTOR DE PRODUÇÃO OSCAR CRUZ, CO-PRODUTORES BOB COSTA, LEONEL VIEIRA, LUIS MENDEZ AMAGÓ E BRUNO STROFFIANA, PRODUTORES EXECUTIVOS LEONEL VIEIRA E BOB COSTA, PRODUTOR PAULO TRANCOSO, REALIZADOR LEONEL VIEIRA

COM O APOIO FINANCEIRO DO INSTITUTO DO CINEMA AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA / SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO AMAZONAS / PROTOCOLO LUSO BRASILEIRO / PROGRAMA IBERMÉDIA

EM EXIBIÇÃO A PARTIR DE 1 DE NOVEMBRO

<http://selva.sapo.pt>



NOTICIÁRIO

A SELVA DE NOVO NO CINEMA

Leonel Vieira, realizador de um dos recentes sucessos de bilheteira do cinema português, *Zona J*, assinou a nova adaptação de *A Selva*, de Ferreira de Castro, ao grande ecrã, praticamente 30 anos depois da primeira versão, dirigida pelo brasileiro Márcio de Souza. Co-produção de Portugal, Brasil e Espanha, liderada pela Costa do Castelo Filmes, de Paulo Trancoso, tem argumento de Izaías Almada e João Nunes, fotografia de José António Loureiro, música de Eva Gancedo e conta com as interpretações de Diogo Morgado, Maitê Proença, Karra Elejalde e Chico Diaz, entre outras. As edições VHS e DVD foram entretanto lançadas no mercado, já em 2003, incluindo-se nesta última a cena cortada da película, em que intervém Ruy de Carvalho no papel de comendador Aragão.

* * *

A CURVA DA ESTRADA, 12ª EDIÇÃO



A Guimarães Editores publicou em 2002 a 12ª edição de *A Curva da Estrada*, um dos mais importantes romances de Ferreira de Castro, dado à estampa pela primeira vez em 1950, e há vários anos esgotado.

Esta nova edição apresenta um novo tratamento gráfico, na mesma linha da última *A Selva*, embora com abaixamento de qualidade do papel. Um pormenor à atenção do editor: registamos, apesar de tudo, um maior cuidado na disposição da mancha gráfica, mais legível do que em recentes edições anteriores. A presumível intenção de poupar resultava na diminuição do corpo da letra e, pior, na diminuição do espaço

entre cada linha, originando um desagradável empastelamento (ou quase) do texto.

Sobre este notável livro, leiam-se os recentes ensaios de Eugénio Lisboa, «O crepúsculo da vida (A propósito de *A Curva da Estrada*)», *Vária Escrita*, nº 7, Sintra, Câmara Municipal, 2000; e de José Fernando Tavares, «*A Curva da Estrada* - Psicologia social e conflito interior», publicado em duas revistas: *Lingua e Cultura*, II série, nº 7/8, Lisboa, 1998; e *Folhas - Letras & Outros Ofícios*, nº 3, Aveiro, Grupo Poético de Aveiro, 1998.

* * *

A BATALHA DEDICA NÚMERO A FERREIRA DE CASTRO



«Ferreira de Castro e *A Selva*» é o título do dossier que o histórico jornal *A Batalha* dedicou ao escritor, a pretexto da estreia da longa-metragem de Leonel Vieira (VI série, nº 196,

Nov.-Dez. 2002).

São publicados a crítica do filme, por Maria João Neutel, uma recensão ao

livro de Ricardo António Alves, *Anarquismo e Neo-Realismo - Ferreira de Castro nas Encruzilhadas do Século*, por Luís Garcia e Silva e uma cronologia. O Jornal republicou ainda, do seu acervo, o conto de Castro «O escravo redimido», vindo a lume pela primeira vez no «Suplemento Semanal Ilustrado» nº 65, de 23 de Fevereiro de 1925 (edição do sexto aniversário), e a evocação de José António Machado, «Ferreira de Castro, escritor libertário», saído originalmente no nº 16 da actual série, em 24 de Maio de 1975.

Antigo órgão da Confederação Geral do Trabalho (CGT), *A Batalha*, jornal que publicou prosa abundante do autor de *O Intervalo*, é actualmente publicado bimestralmente pelo Centro de Estudos Libertários, de Lisboa.

* * *

A SELVA FOTOGRAFADA POR DUARTE BELO



Fruto da viagem de Duarte Belo à Amazónia, em 2000, levando *A Selva* na bagagem para, a convite do Centro Português de

Fotografia (CPF), reconstituir o percurso do romance de Ferreira de Castro, o fotógrafo expôs 53 dentre as 2500 imagens tiradas, no CPF, no Porto, entre Janeiro e Março de 2003. Da mostra, subordinada ao título «À superfície do tempo», foi editado um catálogo a que a *Castriana* se referirá em próximo número.

Autor de vários livros de fotografia, Duarte Belo, nascido em 1969, é filho do poeta Ruy Belo.

* * *

PRÉMIO FERREIRA DE CASTRO PARA ASCÊNCIO DE FREITAS

O Prémio Literário de Sintra - Ferreira de Castro de Ficção Narrativa 2003 foi atribuído por unanimidade ao original *A Noite dos Caranguejos*, de Ascêncio de Freitas. O júri foi constituído por José Correia Tavares, Liberto Cruz e Ricardo António Alves.

Em anteriores edições foram premiados os romances *Diálogo do Vento e do Mar*, de Guida Fonseca, *Anno Domini 1348*, de Sérgio Luís de Carvalho, *A Criança Suspensa*,

de Risoleta Pedro Natálio, *Elogio do Cavaleiro*, de Serafim Ferreira, *A Siberiana*, de Rui da Costa Lopes e *Um Triângulo no Infinito*, de Teresa Mascarenhas.

* * *

CENTENÁRIO DE ROBERTO NOBRE



Decorreram em São Brás de Alportel, até Março de 2004, as comemorações do 1º Centenário do Nascimento de Roberto Nobre (27.3.1903 - 27.9.1969).

Exposições, sessões de cinema e um colóquio marcaram o mês inicial do evento (Março de 2003), com a participação activa da autarquia e das escolas do concelho. A 29 de Março foi apresentado o livro *Roberto Nobre - 1903-1969*, a que a *Castriana* se referirá mais pormenorizadamente em próximo número.

* * *

JORNADAS LITERÁRIAS FERREIRA DE CASTRO, 2003



O Centro de Estudos Ferreira de Castro (CEFC) organizou a 1.ª edição das «Jornadas Literárias Ferreira de Castro», em Setembro e Outubro de 2003. «O neo-realismo» e «A obra de Manuel da Fonseca» foram duas intervenções de Vitor Viçoso, da Faculdade de Letras de Lisboa, que tiveram lugar na Casa-Museu Ferreira de Castro, em Ossela, na noite de 4 de Outubro, a partir das 21.30 horas. No mesmo local, a 11, realizou-se um «Encontro com o escritor Orlando da Costa». Manuel da Fonseca e Orlando da Costa foram ainda objecto de exposições, respectivamente nas Escolas Secundárias Ferreira de Castro e Soares Basto, em Oliveira de Azeméis.

A iniciativa do CEFC foi patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian, coordenada pelo Museu do Neo-Realismo e apoiada pelas Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e Junta de Freguesia de Ossela.

* * *

PRÉMIO DE LITERATURA JUVENIL FERREIRA DE CASTRO



Foram distinguidos, nesta XXXVI edição do Prémio Nacional de Literatura Juvenil Ferreira de Castro os textos *Pelo sonho é que vamos...*, de Maria Cristina Soutinho Alves, da Escola Secundária Almeida Garrett de Vila Nova de Gaia (Poesia- Escalão A); *O colo do arco-íris*, de Ana Catarina Nunes Dias de Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Poesia - Escalão B); *A nova história da Cinderela*, de Ana Raquel Pinheiro Dias Barbosa, da Escola Básica 2,3 de Arrifes, Ponta Delgada (Prosa - Escalão A); e *De ti*, de Maria João Rodrigues Dias, também da Escola Secundária Almeida Garrett, de Vila Nova de Gaia. Integraram o júri os escritores Alice Vieira, António Torrado e Matilde Rosa Araújo.

Ricardo António ALVES

* * *

«AS MARAVILHAS ARTÍSTICAS DE FERREIRA DE CASTRO»



O Gabinete de Leitura Ferreira de Castro, da Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis, estreou-se publicamente com a apresentação da exposição «As maravilhas artísticas de Ferreira de Castro», por ocasião do centésimo quinto aniversário natalício do escritor.

Esta exposição contempla, quer algumas dezenas de livros consultados por Ferreira de Castro, como apoio à redacção da sua monumental obra, quer uma série de 50 quadros de imagens de arte, colhidas nos dois volumes da Empresa Nacional de Publicidade, acompanhados por excertos textuais, que a elas dizem respeito.

A iniciativa deveu-se ao trabalho de António Amorim, responsável pelo citado Gabinete de Leitura.

Ivone Bastos FERREIRA

* * *

ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CENTRO DE ESTUDOS FERREIRA DE CASTRO

Das actividades levadas a efeito pelo CEFC, após o noticiado em *Castriana 1*, destacamos:

Em 2002:

Instalação da sua sede – Gabinete da Biblioteca de Ossela–, equipando-a com o necessário mobiliário e uma linha telefónica e procedendo à decoração funcional do espaço.

Ao abrigo de um protocolo, obteve o apoio do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela, que cedeu um gabinete nas suas instalações polidesportivas, destinado a arquivo. Electrificação do espaço.

Com a presença de vários escritores e em quatro sessões, realizou em Maio na adega da Casa-Museu o projecto embrionário das jornadas literárias: «Murmurando Maio – Vozes de Homenagem a Ferreira de Castro».

Efectuou entrevistas a contemporâneos de Ferreira de Castro, destinadas aos arquivos memorialísticos do Centro.

Integrou o projecto “Viajarcom – os

caminhos da literatura”, da iniciativa da Delegação Regional da Cultura do Norte. A participação do Centro de Estudos, neste projecto, passa pela elaboração do material para publicar um roteiro e pela inserção de dados sobre o escritor no sítio da Internet do “Viajarcom”.

Realizou o «Fórum *A Selva – A Literatura e o Cinema*», onde estiveram presentes o realizador Leonel Vieira e toda a equipa de produção da Costa do Castelo Filmes, que concretizou a película mais cara da indústria cinematográfica portuguesa.

Em 2003:

Electrificou, depois de projecto apresentado à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, aprovado por esta, a adega da Casa Museu, indispensável à realização das «Jornadas Literárias Ferreira de Castro», 2003.

Adquiriu, em alfarrabistas e a preços aceitáveis, obras do e sobre o romancista, bem como de escritores seus contemporâneos.

Apresentou à Comissão Toponímica de Ossela sugestões toponímicas, para ruas da freguesia, relacionadas com obras e personagens do escritor.

Elaborou e apresentou, à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, o projecto do Roteiro Literário «Caminhos de Ferreira de Castro», a implantar em Ossela.

«Jornadas Literárias Ferreira de Castro», 2003.

As jornadas distribuíram-se por três ciclos, cuja síntese se encontra publicada na Revista «Esquina do Mundo», nº1.

As «Jornadas Literárias Ferreira de Castro» (JLFC) são um projecto/actividade de carácter lúdico e sociocultural, dimensionado a partir da experiência proporcionada pelo projecto-piloto “Murmurando Maio”, levado a cabo em Maio de 2002, que o Centro de Estudos Ferreira de Castro (CEFC) tem vindo a implementar na Casa Museu do autor de “A Selva”, em Ossela, de há dois anos a esta parte.

Eclécticas por natureza e convicção, o seu programa, repartido ao longo do ano em diferentes ciclos e sessões, tem entroncado em figurinos diversos como tertúlias, conferências, encontro com escritores, espectáculos musicais, apresentações multimédia, etc., procurando o CEFC, desta forma, cativar os diferentes públicos e

sensibilidades para o universo da literatura.

Os seus maiores objectivos centram-se na divulgação da actividade literário-cultural num contexto geográfico-social tradicionalmente alheado deste género de manifestações, no reforço do papel da literatura enquanto veículo de conhecimento e humanidade, no contacto com escritores e estudiosos de literatura como forma de criação de um desenvolvimento integrado de conhecimentos, e na promoção de novas formas de abordagem a obras de escritores de referência da literatura portuguesa já desaparecidos.

Para o cumprimento destes objectivos, e procurando tirar o maior partido possível da célebre máxima de Machado de Assis de que “a literatura é menos do que um apostolado e mais do que um divertimento”, as JLFC têm pautado a sua dinâmica por uma informalidade moderada, abrindo as suas áreas de acção à participação de todos os que assim o pretenderem, e criando, sempre que possível, linhas programáticas que permitam a promoção de novos

autores, ideias e projectos.

Dos seus conteúdos não fazem parte, contudo, qualquer género de veiculação estética previamente definida, modernismos despropositados ou acções de natureza religiosa e política, apostando antes o CEFC numa certa rigidez científica que garanta, acima de tudo, o desenvolvimento de iniciativas de qualidade e elevados padrões de exigência.

Revista «Esquina do Mundo», n.º1, Retrospectiva das Jornadas Literárias Ferreira de Castro, 2003.

Esta publicação foi apresentada em Janeiro de 2004.

Carlos Alberto CASTRO

* * *



Autor: João Rocha

Título: “1912” Dimensões: 40 x 40cm Técnica: óleo

Comentário: o objectivo é retratar o mal que o Homem Branco fez rasgando a floresta e o corpo dos negros.

Autor: João Rocha, aluno do 12º Ano da Escola Secundária de Ilhavo, 2004

**CONGRESSO INTERNACIONAL DOS 75
ANOS DE A SELVA
(28, 29 e 30 de Julho de 2005)**

Por ocasião do 75º aniversário da publicação da **SELVA**, vai este Centro de Estudos co-organizar com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, um Congresso Internacional para assinalar a efeméride, de 28 a 30 de Julho de 2005, em Ossela e Oliveira de Azeméis, terra natal e sede de concelho de Ferreira de Castro.

Ferreira de Castro tentou criar a última página do Génesis, que segundo Euclides da Cunha, ainda restava por escrever, seguindo talvez a sugestão do autor dos *Sertões*, o qual foi objecto de uma homenagem epigráfica na portada da sua grande epopeia. *Forêt Vierge*, assim intitularam os franceses a tradução deste grande romance.

Este romance que percorreu e continua a percorrer o mundo, traduzido em dezenas de línguas = o que faz dele o livro que mais deu a conhecer a literatura portuguesa e o inferno amazónico a povos de todas as latitudes = , relata, como escreve Ferreira de Castro, no “Pórtico”, a luta inglória de *gente sem crónica definitiva, que à extracção da borracha entregava a sua fome, a sua liberdade e a sua existência.*

Obra-prima, cuja *maior parte foi escrita à luz difusa de um candeeiro de petróleo*, por alguém que viveu os horrores e os êxtases

que descreve, *como se [ele] a escrevesse realmente na selva, numa dessas barracas perdidas nas imensas solidões, onde a electricidade, como elemento de progresso e conforto, havia apenas a notícia de que ela existia, mas em lugares mais felizes, longe, muito longe dali*, como confessa o autor na «Pequena História de “A Selva”».

Livro brasileiro escrito por um escritor português, no dizer de Afrânio Coutinho, que viu nele o *filme ideal* da Amazónia, um *romance vivido e vivo*, delineado por Ferreira de Castro, *um Gorki, transplantado na América*.

Um dos seus principais tradutores, Blaise Cendrars confessou ter encontrado em Ferreira de Castro *enfin un écrivain qui savait évoquer comme personne les beautés et les horreurs de l'Amazonie, décrire la nature du tropique, noter les bizarreries, les caprices, les extravagances qui naissent sous ce climat d'eau et de feu, mais encore qui parlait aussi des hommes qui habitent cette terre, qui vivent, qui luttent, qui souffrent dans des clairières de la forêt vierge, les sauvages, les primitifs, les autochtones, les natifs, les «caboclos», les paysans libres, les ouvriers agricoles, les colons, les planteurs, les négociants, mais aussi les transplantés et les émigrants – et, parmi ces derniers, un civilisé comme Ferreira de Castro lui-même, qui est allé en forêt, non pour écrire un livre ou par curiosité, mais comme le plus humble des émigrants portugais pour y gagner son pain et, qui, des années plus tard, s'est vu contraint d'écrire son fameux roman sur l'Amazonie pour se libérer d'une hantise*.

Há pouco mais de um lustro, por ocasião do 20º aniversário da morte de Ferreira de Castro, Agustina Bessa-Luís confessou que deve à leitura de A SELVA a sua vocação literária e evocou uma viagem que

fez pela selva amazónica procurando o *encontro com o português de Manaus como uma espécie de oração*, prendendo-se a cada passo por ele dado, porque para a autora de *A Sibila, o Amazonas resplandecia da presença de Ferreira de Castro*.

Ora, um dos mais celebrados de sempre, no estrangeiro e no seu país, de todos os escritores portugueses está votado ao esquecimento = como muitos outros grandes criadores da sua estirpe = por via de modas e futilidades e também por ignorância daqueles que nem sequer podem fazer uma pequena ideia da projecção internacional e do renome literário que alcançou, impossibilitados assim de tirarem proveito da magnífica lição de humanismo e de literatura que nos legou.

O Centro de Estudos Ferreira de Castro, ao organizar este Congresso Internacional, pretende contrariar esta tendência e prestar homenagem a quem levou tão longe e ergueu tão alto o nome de Portugal e das letras lusas.

As áreas temáticas previstas para serem abordadas nas diversas sessões do Congresso são: *A SELVA* na literatura portuguesa e internacional, *A SELVA* e os seus tradutores, *A SELVA e os seus ilustradores*, *A SELVA* e o ensino da literatura, *A SELVA e o cinema*, *A SELVA* e os editores.

O Coordenador Científico do Congresso

Prof. Doutor Pedro Calheiros

(Prof. de Literatura Portuguesa e Brasileira da Universidade de Aveiro)



Nota: ficha de inscrição no final da revista.

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Carlos Alberto Castro – Centro de Estudos Ferreira de Castro
- Dr^a. Clara Sacramento – Esc. Secundária Dr. Mário Sacramento (Aveiro)
- Filipe Ferreira – Centro de Estudos Ferreira de Castro
- Dr^a. Ivone Ferreira – Centro de Estudos Ferreira de Castro e Escola
Secundária Ferreira de Castro
- Prof. Doutor Pedro Calheiros – Universidade de Aveiro
- Dr. Ricardo António Alves – Centro de Estudos Ferreira de Castro e
Museu Ferreira de Castro (Sintra)
- Dr. Silas Granjo – Universidade de Aveiro

Centro de Estudos Ferreira de Castro Associados

- 71 Maria de Lourdes Tavares De Castro
- 72 António Augusto Bastos Martins Leite
- 73 Avelino Soares Cabral
- 74 Aníbal Augusto Barbosa da Costa
- 75 Carlos Manuel Silva Marques
- 76 José Luís de Almeida Pinho
- 77 Pedro Miguel Coelho Pinho Sousa Rodrigues
- 78 Maria Antónia Fiadeiro
- 79 Margarida Augusta de Pinho
- 80 Maria Eva Brás Letízia
- 81 Hélder Miguel Oliveira Teixeira
- 82 Sérgio Miguel Correia Almeida
- 83 Nuno Manuel Pinto Martins Ferreira
- 84 Armando de Oliveira Martins Alves
- 85 Junta de Freguesia de Caldelas
- 86 Amadeu Carvalho Tavares da Silva
- 87 Mário Rui Simões Lopes
- 88 José Manuel da Cruz Lopes
- 89 Djalma Pinto de Sá Moscoso Marques
- 90 Maria de Fátima S.P.C. Domingos
- 91 António Mota Redol
- 92 Francisco Luís Amaro
- 93 Gabriel Paulo Ramos de Sousa Roldão
- 94 Américo Bastos Martins Leite
- 95 Margarida Maria de Jesus Simões Pandeirada
- 96 Vitor Manuel Pena Viçoso

CENTRO DE ESTUDOS FERREIRA DE CASTRO
PROPOSTA PARA ASSOCIADO SINGULAR/COLECTIVO

Sócio Proponente : _____ Nº Sócio : _____

Sócio Proponente : _____ Nº Sócio : _____

Nome : _____ Data Nascimento : ___/___/___

Nacionalidade: _____ Profissão : _____

Nº de Contribuinte: _____

Morada (Av., Rua, Lugar;etc.) : _____

Freguesia : _____ Concelho : _____

Codigo Postal : _____ - _____

Telef. Residencia : _____ Emprego : _____

Telemovel: _____ E-mail : _____

Consulta o e-mail : Diario Semanal Mensal Raramente _____

Agradecemos que faça um X no espaço referente à «Qualidade de Sócio» escolhida (Joa de Inscrição: 5 Euros):

EFECTIVO (SINGULAR) 18 EUROS ANUAL **P**RESTIGIO 250 EUROS ANUAL

EFECTIVO **M**AIS 60 EUROS ANUAL **E**XCELÊNCIA 500 EUROS ANUAL

EFECTIVO **S**UPRA 150 EUROS ANUAL

PERGUNTAS DE **R**ESPONSA **F**ACULTATIVA

Indique, p/f, o nível de ensino mais elevado que frequentou:

BÁSICO – 1º CICLO **S**ECUNDÁRIO **L**ICENCIATURA

BÁSICO – 2º CICLO **M**ÉDIO **M**ESTRADO

BÁSICO – 3º CICLO **B**ACHARELATO **D**OUTORAMENTO

Se tem Curso Superior, indique, p/f, qual : _____

Se é Mestre ou Doutor indique, p/f, qual a tese defendida e em que Universidade : _____

Assinatura : _____

Por favor, anexe 1 foto “TIPO PASSE”

Aceite em reunião de Direcção de ___/___/___

Asst. : _____

Asst. : _____

Obs : _____

Ossela, 24 de Março de 2001

Modo de pagamento:

Cheque nº _____ Banco: _____

Vale CTT

Comprovativo do caixa: Banco _____

NOTA: Para que a subscrição tenha validade, deverá ser expedido anexo à mesma o respectivo pagamento, do seguinte modo:

* Portugal: Cheque ou vale dos CTT à ordem do Centro de Estudos Ferreira de Castro ou comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do CEFC.

* Resto do Mundo: Comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do Centro de Estudos Ferreira de Castro.

NIB: 0033 0000 00049416407 58 - Banco Atlantico.

CASTRIANA

Estudos sobre Ferreira de Castro e a sua Geração

ASSINATURA

Nome: _____

Morada (Rua/Av./ lugar): _____

Freguesia: _____

Concelho: _____

Código Postal: _____ - _____

País: _____

Telefone(s): _____

Fax: _____

E-mail: _____

Profissão: _____

Subscrição de quatro (04) números da Castriana (portes incluídos):

Portugal: 25 Euros; Europa: 29 Euros; Resto do Mundo: 32 Euros

Data: ___/___/_____

Assinatura : _____

Modo de pagamento:

Cheque n° _____ s/ Banco: _____

Vale CTT

Comprovativo do caixa: Banco _____

NOTA: Para que a subscrição tenha validade, deverá ser expedido anexo à mesma o respectivo pagamento, do seguinte modo:

* Portugal: Cheque ou vale dos CTT à ordem do Centro de Estudos Ferreira de Castro ou comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do CEFC.

* Resto do Mundo: Comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do Centro de Estudos Ferreira de Castro.

NIB: 0033 0000 00049416407 58 - Banco Atlantico.

ESQUINA DO MUNDO

ASSINATURA

Nome: _____

Morada (Rua/Av./ lugar): _____

Freguesia: _____

Concelho: _____

Código Postal: _____ - _____

País: _____

Telefone(s): _____

Fax: _____

E-mail: _____

Profissão: _____

Subscrição de quatro (04) números da Esquina do Mundo (portes incluídos):

Portugal: 45 Euros; Europa: 50 Euros; Resto do Mundo: 60 Euros

Data: ___/___/_____

Assinatura : _____

Modo de pagamento:

Cheque nº _____ s/ Banco: _____

Vale CTT

Comprovativo do caixa: Banco _____

NOTA: Para que a subscrição tenha validade, deverá ser expedido anexo à mesma o respectivo pagamento, do seguinte modo:

* Portugal: Cheque ou vale dos CTT à ordem do Centro de Estudos Ferreira de Castro ou comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do CEFC.

* Resto do Mundo: Comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do Centro de Estudos Ferreira de Castro.

NIB: 0033 0000 00049416407 58 - Banco Atlantico.

CONGRESSO INTERNACIONAL DOS 75 ANOS DE A SELVA

(28, 29 e 30 de Julho de 2005)

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome	_____
Morada	_____
Telefone(s):	_____ Fax: _____
E-mail:	_____
Instituição:	_____
Categoria Profissional:	_____
Área de Investigação, Ensino ou de Trabalho:	_____

Apresenta comunicação ?	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Área temática:	_____
Língua utilizada:	PORT <input type="checkbox"/> ESP <input type="checkbox"/> FRANC <input type="checkbox"/> INGL <input type="checkbox"/>
Título:	_____
Sumário:	_____

Jantar convívio, dia 30:	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Se associado, qual o nº?:	_____

Inscrições realizadas até 31 Dezembro de 2004:

Associados do CEFC com as quotas regularizadas à data do Congresso: 10.00•
Não associados: 25.00•

Inscrições após 1 de Janeiro de 2005:

Associados do CEFC com as quotas regularizadas à data do Congresso: 15.00•
Não associados: 35.00•

Jantar Convívio: 20.00•

NOTA: Para que a inscrição tenha validade, deverá ser expedido anexo à “Ficha de Inscrição”, o respectivo pagamento, do seguinte modo:

* Portugal: Cheque ou vale dos CTT à ordem do Centro de Estudos Ferreira de Castro ou comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do CEFC.

* Resto do Mundo: Comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do Centro de Estudos Ferreira de Castro.

NIB: 0033 0000 00049416407 58 - Banco Atlantico.

A pré-inscrição, que será considerada após a recepção do pagamento, poderá ser feita em www.ceferreiradecastro.org.

Hospedagem

Centro de Oliveira de Azemeis:

1. Hotel Dighton (****) tlf.: 256.682.191
2. Pensão Anacleto (**) tlf.: 256.682.541
3. Residencial La-Salette (*) tlf.: 256.674.890

Arredores:

1. A 3 Km: Residencial Albergaria do Campo (****) tlf.: 256.682.745/6
2. A 4 Km: Residencial Pinheirense (**) tlf.: 256.999.485
3. A 15 Km: Pensão Suissa (*) tlf.: 256.462.233
(Macieira de Cambra - Vale de Cambra)

ÍNDICE

- 3 Pórtico
- 5 José Maria Ferreira de Castro, uma vivência de emigrante nas terras do Brasil
Maria Eva B.K. LETÍZIA
- 57 Ferreira de Castro, um viajante português na Europa (1929-1935).
As narrativas de viagens
Maria de Fátima SANTOS
- 77 **ARQUIVO**
Ferreira de CASTRO *De Oliveira de Azémeis a Vale de Cambra*
- 89 Raul Proença, Ferreira de Castro e o Guia de Portugal
Ricardo António ALVES
- 99 Carta inédita de Raul Proença a Ferreira de Castro
- 103 *A Lã e a Neve*: testemunho corajoso sobre homens ousados
Pedro CALHEIROS
- 103 1.A Covilhã e a Serra da Estrela a caminho do mundo
- 105 1.1.As capas das traduções – imagens múltiplas da Covilhã
- 107 1.2.O sucesso em Portugal – as numerosas reedições
- 110 1.3.O sucesso no estrangeiro – as múltiplas traduções
- 114 1.4.O excelente acolhimento da crítica
- 126 2.A Lã e a Neve – um «Bildungsroman» dum pastor da Serra da Estrela
- LEITURAS**
- 135 Cartas do Sertão (*Recensão de Bernard EMERY*)
- 138 Le Petit Garçon d’Ossela - Brève Monographie Illustrée de José Maria Ferreira de Castro (*Recensão de Maria Eva B. LETÍZIA*)

- 151 Fernando Pinto do Amaral 100 Livros Portugueses do Século XX.
Uma Selecção de Obras Literárias (*Recensão de Miguel REAL*)
- 157 António Amorim, ...Redescobrir Ferreira de Castro
- 158 Contra as Touradas (*Recensão de Luís Garcia e SILVA*)
- 159 Ricardo António Alves, Anarquismo e Neo-Realismo – Ferreira
de Castro nas Encruzilhadas do Século
(*Recensão de Vítor Pena VIÇOSO*)
- 166 Esquina do Mundo (*Recensão de Ricardo António ALVES*)

NOTICIÁRIO

- 169 *A Selva* de novo no cinema
- 169 *A Curva da Estrada* 12ª Edição
- 170 *A Batalha* dedica número a Ferreira de Castro
- 170 *A Selva* fotografada por Duarte Belo
- 171 Prémio Ferreira de Castro para Ascêncio de Freitas
- 171 Centenário de Roberto Nobre
- 172 Jornadas Literárias Ferreira de Castro, 2003
- 172 Prémio de Literatura juvenil Ferreira de Castro
- 173 «As maravilhas artísticas de Ferreira de Castro»
- 173 Acções desenvolvidas pelo Centro de Estudos Ferreira de Castro
- 177 Congresso Internacional dos 75 Anos de *A Selva*
- 181 Lista de Associados (71-96)
- 183 Proposta Para «*Associado Singular/Colectivo*»
- 185 Assinatura «*Castriana*»
- 187 Assinatura «*Esquina do Mundo*»
- 189 Ficha de Inscrição «Congresso Internacional do 75 Anos de *A Selva*»